

3

No Olho da Rua: valorização e ampliação do espaço público do Rio de Janeiro na década de 1880

3.1

A Política na Rua

Sem explicitar o ocorrido, o jornal *O País*, na sua edição de 1º de janeiro de 1889 traz uma matéria sob o título “Graves Conflitos”, estampado na sua primeira página.

Essa não explicitação fala por si mesma da imensa repercussão — primeiro na capital depois em todo o país — dos acontecimentos que envolveram a conferência de Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica no dia 30 de dezembro de 1888. Em duas palestras — uma a 23, outra a 30 de dezembro — pretendeu o propagandista responder aos “argumentos republicanos” que Joaquim Nabuco contestava no mesmo jornal¹.

Já se fizera, então, contumaz os ataques da Guarda Negra aos *meetings* e a personalidades republicanas. Fora essa entidade criada após o 13 de Maio para defender a princesa Isabel e as instituições. Era composta por libertos e capoeiras e, de fato, agredia e ameaçava republicanos com atitudes provocadoras, vivendo a monarquia, dando “morras” ou perpetrando mesmo atos violentos, o que provocava constantes tumultos nas ruas. Dizia-se que fora ela idealizada por José do Patrocínio após sua adesão ao monarquismo. No dia 23, testemunhou Silva Jardim:

Ao sairmos dessa conferência, assistida pela fina flor da sociedade fluminense, um grupo de pretos perfidamente inspirados, correu sobre mim com a intenção de agredir-me. Um punhado de valentes amigos populares impediu-os de me atingirem. Barata Ribeiro e Chagas Lobato iam-se sacrificando (...).²

O anúncio da conferência do dia 30 foi acompanhado de boatos de toda a ordem: a Guarda Negra impediria a sua realização, provocaria grandes distúrbios

¹ Já em outras oportunidades, Silva Jardim respondera, através de conferências, artigos de Joaquim Nabuco, como quando reclamou este da recusa do deputado Paiva Manso em fazer o juramento católico para assumir o mandato. Explicou ele: “Era assim que ia aparando na tribuna popular os golpes vibrados contra a propaganda na imprensa ou na tribuna” (*Memórias e Viagens*, p. 201).

² Ibid., p. 226.

e Silva Jardim seria assassinado dentro do salão. Membros do Partido Republicano instaram com o propagandista para que cancelasse o evento, enquanto os mais exaltados ofereceram-lhe sua proteção. Mas a ameaça era tal que não achavam casa para se apresentar. Todas recusavam por medo de represálias. O *Politeama*, por exemplo, foi ameaçado de incêndio. Por fim, alugaram a sala da Sociedade Francesa de Ginástica. O poeta e jornalista Medeiros e Albuquerque publica no *Novidades* — periódico que, nesse momento, fazia campanha republicana e que tinha como seu redator-chefe Alcindo Guanabara —, no qual colaborava, os boatos correntes e dos quais foi certificado por um empregado da polícia³. Tal estratégia tirava do governo qualquer possibilidade posterior de argumentar ignorância sobre as possibilidades de distúrbios que exigissem providências prévias de proteção policial.

A conferência estava marcada para as 12 horas, mas desde cedo as cercanias da Travessa da Barreira (hoje, rua Silva Jardim) era freqüentada por negros empunhando cacetes e navalhas, ameaçando os passantes e obrigando-lhes a dar “vivas à monarquia”. Assegura Medeiros e Albuquerque que “a Travessa da Barreira estava literalmente apinhada de uma turbamalta sanguinária e ululante.”⁴ Como consequência, as conferências de Silva Jardim que atraíam multidões de 2 a 3 mil ouvintes, desta feita teve um público diminuto.

O palestrante, homem de reconhecida coragem e com um especial tino da propaganda, fez questão de atravessar sozinho a rua, já lotada de gente, e foi recebido no salão sob aplausos. No fundo do recinto, homens de cor comunicavam-se com pessoas das galerias e pouco tempo depois de ter se iniciado a conferência, apartes e tumultos fizeram o orador pedir silêncio. Um negro foi postar-se, então, por trás de Jardim, obrigando a que um dos seus defensores se colasse nele, segundo o relato do jornal *O País*⁵.

Algum tempo depois, muitos dos agitadores deixaram o salão e começou então a grande balbúrdia do lado de fora. No seu interior, em seguida à

³ Medeiros e Albuquerque, *Quando eu era vivo*, p. 87. O memorialista viu em tais inconfiáveis grande utilidade, posto que preveniu as pessoas para que fossem armadas. Ele mesmo levou “duas caixas de balas e um excelente Smith & Wesson” (ibid., ibidem).

⁴ Ibid., ibidem.

⁵ Durante dois dias (5 e 6 de janeiro de 1889), a coluna republicana do jornal descreveu os fatos ocorridos durante a conferência e nas ruas sob o título “Retificação Histórica”. A narrativa sobre os acontecimentos relativos à conferência de Silva Jardim segue esse relato com intromissões, avisadas, de outras testemunhas. As citações que no corpo do texto estão sem nota foram retiradas dos artigos de *O País*.

advertência “aí vêm eles!”, ouviram-se tiros. Grande parte da assembléia fugiu pelos fundos do recinto, enquanto outros se postaram à porta, gritando slogans republicanos e, feridos mesmo, continuavam combatendo. Dos telhados voavam telhas arrancadas e arremessadas contra os atacantes. Do lado de fora, a Guarda Negra recuava e avançava sem qualquer intervenção da tropa de cavalaria cujas cocheiras davam para o Largo de São Francisco. Viram alguns que um policial insuflava os negros. Das janelas vizinhas projéteis de toda a espécie eram atirados⁶.

O conflito durou cerca de uma hora e Evaristo de Moraes relata que “impressionou muitíssimo a calma de Silva Jardim durante a disputa”.⁷ De fato, naquele ambiente conflagrado, o orador manteve-se destacado no alto da tribuna empunhando o revólver que comprara pela manhã. Diz ele nas suas *Memórias* que assim se portou “para bem simbolizar esse direito [o da liberdade de pensamento]”⁸.

O tumulto só foi serenado com a chegada de um delegado que garantiu à Lopes Trovão — que, na entrada, fora recebido com “morras” desferidos da praça — o controle da situação. A conferência foi, então, retomada, por insistência da platéia, do ponto em que havia sido interrompida. No final — quando já só havia no salão perto de 30 pessoas — o Dr. Teixeira de Souza ainda atendia aos feridos, no que não teve o auxílio do colega Barata Ribeiro que estava diretamente engajado na luta.

Na saída, o comissário de polícia pediu que os republicanos evitassem deixar a Academia pela porta da frente e em bando e ofereceu proteção aos que quisessem acompanhá-lo para a rua do Lavradio. Lopes Trovão, “que sempre foi muito medroso, aceitou a proteção policial”⁹, como diminui Medeiros e Albuquerque, mas Silva Jardim a recusou e, ao lado de Barata Ribeiro, Medeiros e Albuquerque, Anacleto¹⁰ e uma outra pessoa, capitaneou o grupo que desceu a

⁶ Medeiros e Albuquerque diz que sua tarefa — e a de alguns outros — era a de carregar seguidamente os revólveres e por uma fresta da janela atirar a esmo contra a multidão e conclui: “das cem balas que eu levava fiquei apenas com cinco ...” (Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 88).

⁷ Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República*, p. 21.

⁸ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 230.

⁹ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 88.

¹⁰ Anacleto de Freitas era um negro adepto de Silva Jardim “que se batia por ele nas ruas contra a Guarda Negra” (Evaristo de Moraes, op. cit., p. 20). Nas suas memórias, o propagandista também se refere à Anacleto.

rua, seguido de muito povo simpatizante¹¹. Nas suas memórias comenta o propagandista: “Todos os olhares dos pretos convergiam sobre mim. Eram olhares furiosos. Eu fitava-os sereno e continuava o meu caminho.”¹²”

Adentrando o Rocio (hoje, praça Tiradentes), onde se postavam soldados da cavalaria, ouviu-se: “Morra Silva Jardim! Morra Barata! Abaixo a república! Viva a monarquia!” E do meio da multidão, surgiram negros armados que avançaram sobre o grupo republicano, gritando: “mata! mata!”. Ao que reagiu Barata Ribeiro mostrando-se a si mesmo e ao orador. O povo então afastou-se temeroso e um oficial da polícia dispersou a Guarda Negra, segundo o relato do jornalista de *Novidades*, que comenta nas suas memórias: “Do que nunca me esqueci foi do olhar de profundo espanto com que os negros se voltaram para o oficial”. Estavam, então, na rua do Teatro. O que quis notificar Medeiros e Albuquerque é que o espanto dos atacantes tinha razão de ser porque eles tinham sido “recrutados e incitados pela polícia para dar cabo de Silva Jardim”¹³.

A procissão continuou pela rua do Ouvidor, quando Barata parou para atender um homem agredido por um negro e, embora pedindo a prisão deste aos policiais, não foi atendido. No *Café Londres*, ficou Silva Jardim com alguns amigos. Mais tarde, acompanhado tão somente por populares, foi aguardar o bonde que o levaria a Santa Teresa, onde morava. Lopes Trovão foi voluntariamente escoltado por dois militares¹⁴.

Um grupo de negros postado defronte ao jornal *Cidade do Rio* — de José do Patrocínio — dirigiu-se para o *Café Londres*, que fechou suas portas. Daí, à noite, retirou-se Barata Ribeiro para sua residência, no Catete. Novos boatos davam conta de que as moradias dele e de Jardim seriam atacadas de noite, enquanto “hordas de desordeiros” percorriam as ruas agredindo os transeuntes. Com “morras ao Barata” e “abaixo a república”, pedradas foram desfechadas contra a casa do médico durante a madrugada.

¹¹ Medeiros e Albuquerque afirma que se mais pessoas não acompanharam Silva Jardim foi porque ele não o permitiu. O que ele queria mesmo era sair sozinho, alegando que era o alvo da Guarda Negra e que não queria, por isso, colocar outras vidas em perigo (op.cit., p.88-89).

¹² Antônio da Silva Jardim, op.cit., p. 233.

¹³ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 89.

¹⁴ Medeiros e Albuquerque relata que a polícia fez de tudo para que Silva Jardim tomasse um carro, o que ele recusou alegando que era seu hábito seguir para casa de bonde. Em contraste com a valentia do seu ídolo, o jornalista tinha reticências quanto à Lopes Trovão que, por sua vez, era admirado por muitos e, em geral, mais bem aceito do que Jardim nos meios não ativistas.

Aproveitando “os bons resultados desse incidente”¹⁵, Silva Jardim lança pelo *O País*, a 6 de janeiro, a sua “Carta Política ao País e ao Partido Republicano”, dando sua versão dos acontecimentos, pelos quais culpava a polícia, o ministério da Justiça e a “falsa Regente”. Dá à conferência um lugar de marco inaugural da grande luta no “único reduto da monarquia”, que era a cidade do Rio de Janeiro, mas da qual não descreia e contava ganhá-la para a causa republicana, porque era preciso ser vitorioso aí para que o novo regime vingasse. Para isto estava disposto a dar a vida: “VENCER OU MORRER”, passava a ser seu lema. Lema pelo qual assumia abertamente uma opção revolucionária frente a atitude moderada da direção do Partido.

E continua no seu arrazoado: o povo pedia as reformas — uma “revolução governamental” —, obra que a monarquia era incapaz de realizar. Cabia, então, a “revolução, que é a reforma popular”, ou seja, uma revolução por baixo. E a revolução brasileira devia estalar no ano de 1889: “O castelo fluminense deve cair no ano excepcional em que caiu no pó dos tempos a fortaleza de Paris!”. Depois de explicitar o programa de um governo republicano, declara que “só a ausência completa de apoio me poderia fazer recuar do compromisso tomado”¹⁶.

Nos relatos que tomaram a imprensa nos começos de 1889, insistiu-se, em alguns casos, em desqualificar os republicanos por terem fugido quando atacados. A coluna republicana de *O País* atribui a notícia a “agentes do Sr. Ferreira Viana”, o ministro da Justiça, que, segundo o que correu de boca em boca na ocasião, assistiu ao desenrolar do tumulto do morro de Santo Antônio, onde residia¹⁷. E afirma o articulista ter tido notícia de que tendo um republicano pedido à polícia para impor a ordem, ouviu dela que recebera instruções para só atuar após a conferência.

¹⁵ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 235.

¹⁶ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 319, 320, 322, 327, 328, 331, respectivamente.

¹⁷ Escrevendo anos depois, Medeiros e Albuquerque rememora o momento em que acompanhando um delegado do Governo Provisório que ia efetuar algumas prisões em 18 de dezembro de 1889, quando houve um qualquer arremedo de contra-golpe, não bem esclarecido, esteve ele no Convento de Santo Antônio onde residia Ferreira Viana para levá-lo às grades. Depois de tecer interessantes considerações sobre caráter do ex- ministro, transcreve o diálogo que tiveram. Ferreira Viana alegou que os republicanos não tinham razão para guardar-lhe rancor ou antipatia. O memorialista retruca com uma negativa lembrando-lhe os acontecimentos de 30 de dezembro de 1888. Argumentou então Medeiros e Albuquerque que estivera, naquele dia, na Travessa da Barreira “cercado da malta de assassinos que V. Exa. incitou contra os republicanos” e que daquela mesma janela, onde se encontrava ele apoiado no momento, deveria ter Ferreira Viana, naquela ocasião pretérita, assistido “à execução de suas ordens”. O ex-ministro mostrou-se espantado, assegurando que aquilo fora uma calúnia (op. cit., p. 125).

O primeiro número da *Revista Ilustrada* de 1889 é quase todo tomado por comentários e notícias dos fatos ocorridos a 30 de dezembro. Na sua parte ilustrada, o conflito é narrado nas páginas centrais: pessoas correndo pelos telhados, projéteis sendo arremessados de prédios vizinhos, vultos armados nas janelas. Também nas ruas aparecem indivíduos portando armas. Uma senhora cobre protetoramente com seu corpo uma criança. Na figuração, vê-se tanto pretos como encartolados pelas vias públicas. Em outra cena, registra-se o ataque ao jornal *O País*.

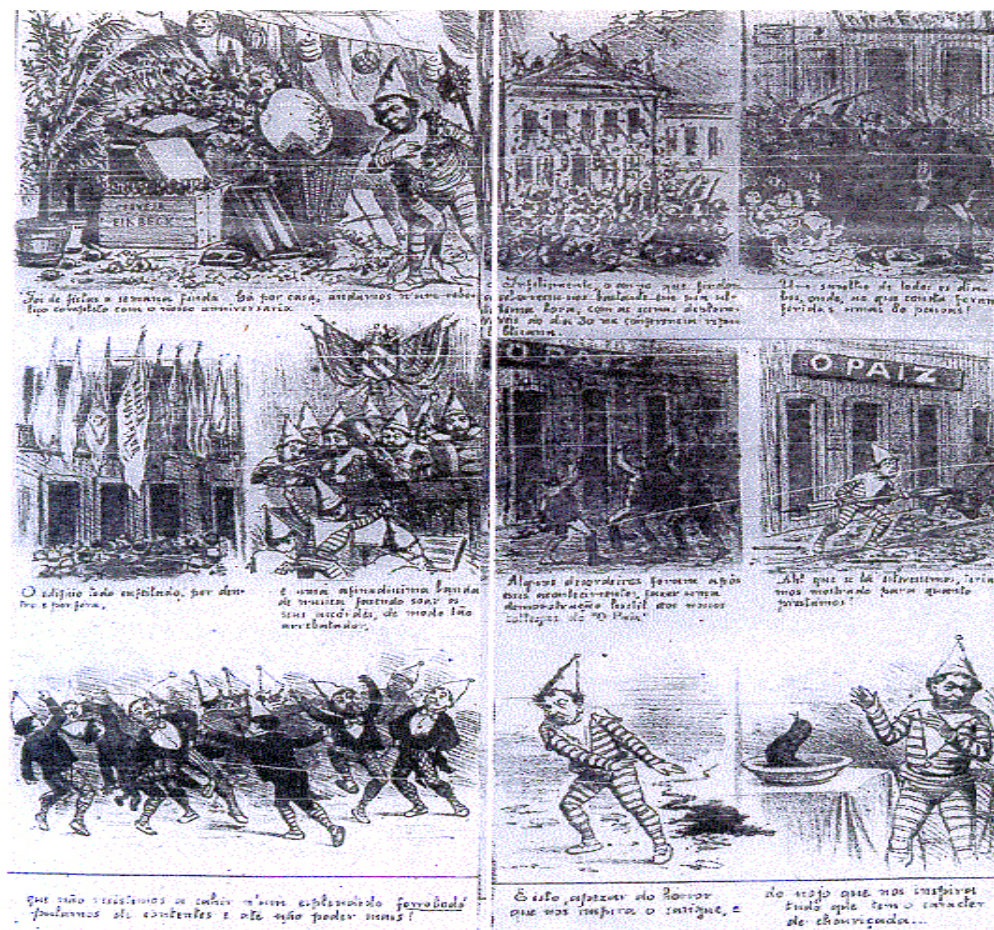


fig. 1

¹⁸ Silva Jardim diz que alguns companheiros “mais tímidos” tinham escapado pelos fundos (op. cit., p. 232).

¹⁹ “O Partido Republicano” in *O País*, 6 de janeiro de 1889.

uma folha brilhante, que é hoje um luminar de nossa imprensa”. Espanta-se e se pergunta qual seria, então, o “matiz de opinião” que ataca um periódico que “foi um dos maiores esteios da abolição”²⁰, sabendo, com certeza, quem eram os “inclassificáveis”. Estranho é que a coluna “Partido Republicano” de *O País* não tenha se referido a esse ataque ao seu próprio jornal.

A indignação da *Revista* não se estende, no entanto, com a mesma veemência quando trata do ataque à conferência. No artigo “Graves Acontecimentos”, o que se lamenta são os “quadros sanguinolentos e trágicos das *lutas civis*” que se assistiram. Pelos comentários, fica-nos a idéia de que atribui-se ali alguma culpa aos republicanos que vinham proferindo nas ruas “gritos subversivos”. Diz o artigo que os adversários se culpavam uns aos outros pelo ocorrido. O que lhe parecia inadmissível é que tendo o evento sido fartamente anunciado pela imprensa, que as pessoas que foram assisti-lo tenham sido recebidas a tiros. E, advertindo que apesar de não costumarem “freqüentar essas conferências”, achavam que “isso tinha sido reconhecido como um direito inconcusso!”. Lembra, então, o mesmo artigo que o Partido Republicano não vinha atendendo aos apelos da *Revista* por moderação e que não escolhia meios para sua propaganda, valendo-se mesmo da “linguagem, mais excitante, que açula as paixões e que pede cabeças como quem pede croquetes!”²¹.

∴

Se um tumulto dessa ordem marcou o fim da década, outro de maiores proporções a inaugurou. E não foi só a coluna de *O País* que viu naquele uma analogia com a “epopéia” de 1º de janeiro de 1880, marcando-lhe “quase o aniversário”. Inventava-se aí uma tradição de combatividade republicana, que foi partilhada por um bom número de pessoas naquele momento.

Essa **comemoração** tumultuária, se comemoração o fosse, poderia ser atestada pelas primeiras edições da *Revista Ilustrada* de 1889 e 1880. Igualmente, quase todo o número de 7 de janeiro desse último ano é tomado pela “Revolta do Vintém”, cuja narrativa ilustrada também ocupa as páginas centrais, fazendo sobressair a figura de Lopes Trovão. A *Revista* registra um contingente de 4 a 5000 pessoas envolvidas na rebelião (fig. 2a, 2b, 2c).

²⁰ Júlio Verim, “Liberdade de Imprensa” in *Revista Ilustrada* de 5 de janeiro de 1889.

²¹ Ibid, Ibidem.

Ligeiros croquis sobre os acontecimentos dos primeiros dias do anno 1880 na Corte



fig. 2a

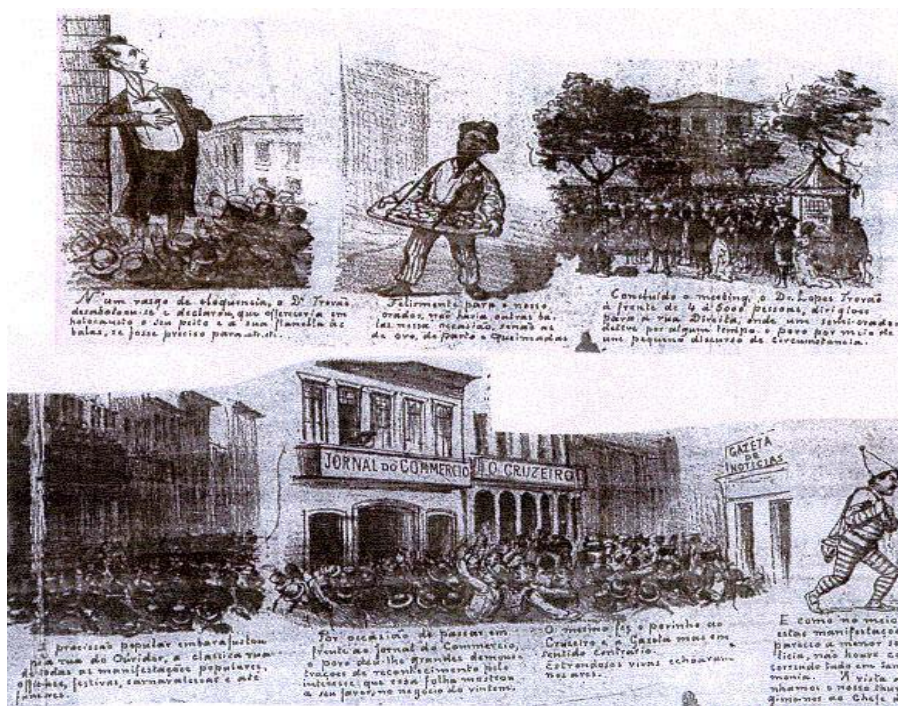
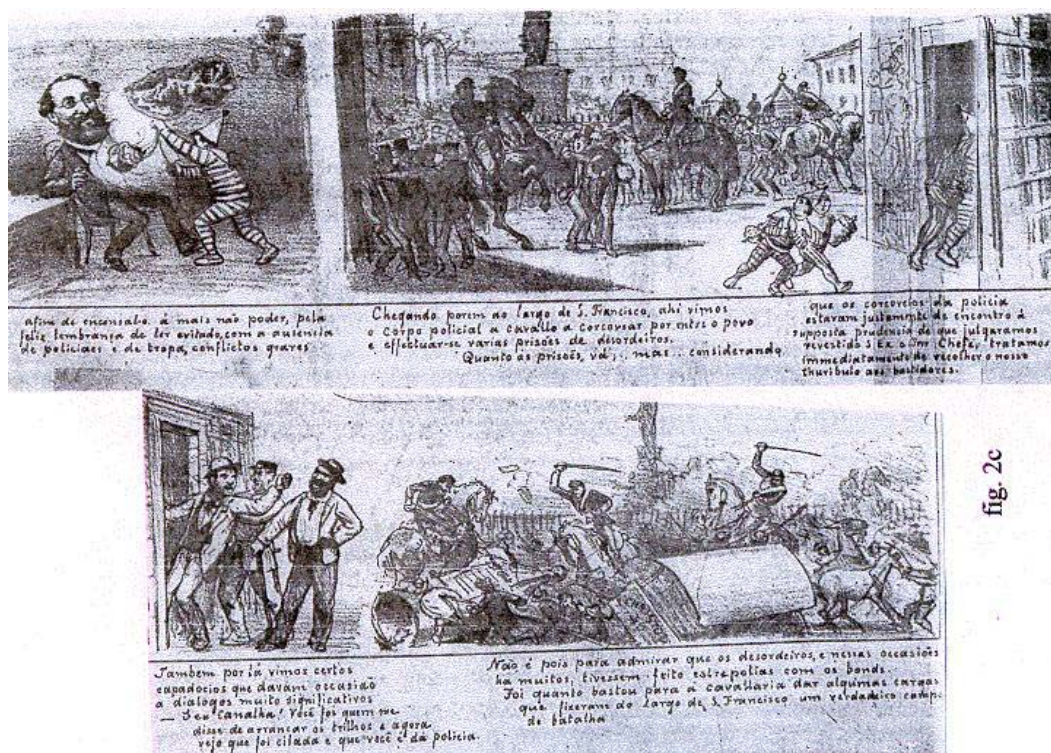


fig. 2b



Mas, diferentemente da edição de 1889, em 1880 só há louvores na *Revista*. A atitude do povo do Rio de Janeiro que saía da “apatia perigosa”, na qual o regime pretendia mantê-lo, é incensada. E comenta ela: “a verdade é o melhor protesto contra esse governo que, divorciado da opinião pelos desmandos, ameaça sustentar-se pelo abuso, pelo crime.”²² Refere-se ainda ao “cordão sanitário entre o povo e a coroa”, moralmente culpada pelas desordens por não impedir nem punir a agressão contra o povo, por desconhecer que “a nação não se personifica nos homens da corte”²³. Nesse mesmo dia, noticia que tendo o chefe de polícia apreendido grande contrabando de revólveres, rejubila-se em provar que “a república lavra”. E justifica-se: “não vai no que fica escrito nem uma esperança de republicano, nem um aviso de monarquista”, declarando-se neutra. Mas adverte: “Nesse ínterim, o partido republicano (...) fica à espreita a ver em que param as modas e se for possível, no momento oportuno dirá ao povo qual a melhor forma de governo, na sua opinião ... e põe seus serviços ao dispor do povo (...)”.

A Revolta do Vintém foi um movimento de massa, cujas dimensões, por inusitadas, assustaram os governantes e como que os despertaram.

²² *Revista Ilustrada*, 7 de janeiro de 1880.

²³ *Revista Ilustrada*, 9 de janeiro de 1880.

O ministério Cotegepe passara a 31 de outubro de 1879 a lei do orçamento que previa um imposto de vinte réis para as passagens de bondes e trens. O ministro da Fazenda, Afonso Celso, viu na taxaão um alívio para a situação financeira do país. Dentro do governo não havia discordância quanto ao imposto, mas pensavam alguns que seria mais prudente cobrá-lo às companhias dos carris, do que discordava veementemente o ministro, pelo o que foi alcunhado de “Afonso vintém”.

A reação popular se fez logo ouvir. Ainda no final de dezembro, uma multidão de cerca de 4000 pessoas se dirigiu à São Cristóvão para entregar uma petição a D. Pedro, que não a recebeu. A imprensa exortava o povo. Da coluna da *Gazeta de Notícias*, refletia Lopes Trovão: “Só por meio de uma revolução, o povo conseguirá chamar o poder ao cumprimento dos seus deveres”²⁴. Comícios eram realizados. Lopes Trovão e Ferro Cardoso promoveram dois deles: em São Cristóvão e no Largo do Paço. Já no primeiro, ouviram-se alguns vivas à república, gritos que foram mais freqüentes no segundo *meeting*.

No entanto, Trovão não incitou a população, ao contrário, espantado com a virulência das manifestações, apelou para a ordem, pedindo ao povo que retornasse às suas casas. Não foi atendido e a exaltação espalhou-se pela cidade. Populares ergueram barricadas à frente do pequeno jornal *Gazeta da Noite*, cujo redator-chefe era o grande orador republicano. Das janelas do jornal, este discursou assim como Ferro Cardoso e José do Patrocínio, que, então, começava a distinguir-se na *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo de Proudhomme.

Na manhã de 1º de janeiro quando o imposto começaria a vigorar, o governo mandou postar policiais e tropas de linha nas estações e locais mais concorridos. A exaltação popular ultrapassou qualquer expectativa. O povo aplaudia freneticamente os oradores antimonarquistas como Ferreira de Menezes, Ferro Cardoso, Lopes Trovão, José do Patrocínio e o tenente Carvalho, vivendo mais entusiasticamente os discursos mais radicais. Mas, o maior herói daqueles dias foi Lopes Trovão que, com sua oratória contundente, entusiasmava a multidão.

No centro da cidade, os trilhos foram arrancados, os burros desatrelados, os carros quebrados, as ruas descalçadas. Os conflitos provocaram vários mortos e

²⁴ Apud Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa*, p. 266.

muitos feridos. As manifestações mais violentas foram atribuídas ao calor da revolta, mas fontes mais isentas falaram de uma estratégia da própria polícia para justificar a repressão que valeu-se, ademais, de capoeiras, armados de navalhas. Três cadáveres passaram horas sem socorro, estirados no chão. Na rua do Ouvidor, José do Patrocínio foi atacado pelo secretário da Câmara Municipal, que fora por aquele vilipendiado pela imprensa.

O tumulto continuou por três dias consecutivos. O comércio manteve suas portas fechadas, mas tentou-se saquear as lojas de armas. Em cantigas populares, o imperador era ridicularizado como o “Pedro banana”. No dia 2 de janeiro, indo o imperador ao Colégio Pedro II para assistir a um exame, ouviu de um passageiro, em alto e bom som, a declaração de que não pagaria o imposto. Enquanto isso, num outro canto, um grupo de pessoas resmungava contra ele.

Os passageiros que se recusavam a pagar o imposto eram arrancados dos bondes por baionetas. A imprensa tudo notificava com repercussão em todo o país e até no exterior. No dia 4 surgiu o boato de que o imposto seria suspenso, mas como a Câmara não se reunia em janeiro, a solução foi fazer vista grossa aos que resistiam ao pagamento. A rebelião então serenou²⁵. A partir daí a historiografia diz que não há notificação de outros incidentes tumultuários até a campanha abolicionista. Lopes Trovão vai para a Europa de onde só retorna no final de 1888. A memória de sua atuação na revolta, porém, se manteve viva, revestindo-lhe de perene prestígio.

Notificou-se muito na imprensa, após a Revolta do Vintém, que o imperador se desgostara da forma como se reprimiu a rebelião. No entanto, numa carta à condessa de Barral, diz ele: “(...) mas que remédio. A lei deve ser respeitada. Creio que houve prudência da parte das autoridades.”²⁶

A repercussão do motim foi nacional e levantou os ânimos republicanos. Embora entendendo que não fosse ainda uma revolução contra a monarquia, no jornal *Colombo*²⁷, Lúcio de Mendonça o descreve com tintas fortes, falando em

²⁵ Sobre a Revolta do Vintém, ver especialmente Sandra Lauderdale Graham, “The Vintém Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880” in *Hispanic American Historical Review*.

²⁶ Apud Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 237.

²⁷ O periódico era editado na cidade sul-mineira de Campanha, mas teve artigos seus reproduzidos nos jornais cariocas *Globo* (de Quintino Bocaiúva), *Gazeta da Tarde* (de José do Patrocínio) e *Gazeta de Notícias* (de Ferreira de Araújo). Ainda, no *Província de São Paulo* (de Rangel Pestana) e no gaúcho, *Federação* (de Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcelos) e foi citado no Senado por Cristiano Ottoni. José Murilo de Carvalho, referindo-se   Revolta do Vintém, fala de uma “multidão de mais de cinco mil pessoas” (*Os Bestializados*, p. 70).

mais de 8000 pessoas rebeladas. Estavam já aí os elementos de uma revolução, segundo ele, o que devia mostrar aos correligionários paulistas a necessidade de organizar o partido porque se avizinhava o momento de entrar em ação, mas “parece infelizmente, que a hora nos surpreende desprevenidos.” Os fatos davam-lhe “razão antes do que esperávamos, antes, talvez, do que fora para desejar”²⁸. Os acontecimentos haviam demonstrado a validade da sua pregação pela revolução antimonárquica. Em outro artigo sobre o mesmo assunto, diz que o governo agora ataca “o verdadeiro povo” e que “o usurpador, que se fingia de pai, confessa-se inimigo”. E declara: “a monarquia já não ilude ninguém.”²⁹.

Também Raimundo Correia lança o monarca em descrédito por sua atitude na revolta:

Tu que és da direção das massas investido,
 Tu que vingas o crime e que o Povo defendes,
 E executas a lei penal, e do bandido
 No topo de uma força, o cadáver suspendes;
 Tu que tens o canhão, a tropa, a artilheria [sic],
 Tu mesmo és quem fuzila a inerme população;
 Incurso estás também no Código, e devia
 Para ti também se erguer uma força na praça.³⁰

∴

Entre esses dois extremos da década — 1880 e 1889 — foi a campanha abolicionista que mais ocupou o espaço público com progressiva intensidade a partir de 1884, depois de seu despertar em 1880. Aquela intensidade vazou do Parlamento para as ruas, encheu as salas de conferências e os teatros com peças anti-escravistas. Inúmeras sociedades e associações emancipadoras foram criadas em todo o país desde 1880. A campanha ganhou a imprensa — com destaque para os jornais *O País*, *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias* —, encheu suas páginas e compôs imagens contundentes na *Revista Ilustrada*, por isso chamada pelos escravocratas de “revista vermelha”. Penetrou profundamente nas academias — inclusive na militar — e nos meios positivistas. Ergueu líderes de renome nacional como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, mas também num âmbito mais restrito, Luís Gama, João Clapp, Ferreira de Menezes, Rui Barbosa, André Rebouças, Antônio Bento ou até mesmo um Antônio Prado. Provocou comoções e

²⁸ Lúcio de Mendonça, “A Gota d’Água” in *A Caminho*, p. 88.

²⁹ Lúcio de Mendonça, “Nova Fase?” in op. cit., p. 90-91.

³⁰ Raimundo Correia, “O Poder Público” in *Sinfonias*, p. 169.

ódios, aciou governos e feriu mortalmente o regime numa nítida demonstração da ressignificação da rua e da progressiva importância da opinião pública na década de 1880. É o que deixa claro essa declaração de Rebouças:

Aristocracia territorial e Plutocracia; riqueza e prestígio; tudo foi vencido pela Propaganda, sem outras armas além da palavra e da Imprensa... Fizemo-nos empresários de espetáculos para o público a 500 réis por pessoa; varremos teatros e pregamos cartazes; éramos simultaneamente redatores, repórteres, revisores e distribuidores; leiloeiros nas quermesses; propagandistas por toda a parte, nas ruas, nos cafés, nos teatros, nas estradas de ferro e até nos cemitérios, junto aos túmulos de Paranhos, de Ferreira de Menezes, de Luís Gama e de José Bonifácio.³¹

Foi essa mesma opinião pública que associou o abolicionismo ao republicanismo. Se o Manifesto Republicano de 1870 fora cauteloso quanto ao “privilegio de raça”, se o Partido Republicano Paulista se esquivava ou era reticente na questão, se a emancipação também atraiu monarquistas, para a opinião pública, Abolição e República eram faces — e até fases, ou melhor, etapas — de um mesmo caminho para a liberdade. Nem mesmo a intensa campanha para denegrir o republicanismo em razão das adesões de escravocratas — chamados de “republicanos de 14 de maio” — conseguiu desfazer a percepção daquela complementaridade. Dessa relação entre aqueles ideais muito se aproveitou a propaganda republicana.

Desde seus primeiros momentos, o movimento abolicionista percebeu a necessidade de empolgar a sociedade. Sua primeira associação, a “Sociedade Brasileira contra a Escravidão”, fundada a 7 de setembro de 1880, objetivava combater o regime servil pela propaganda, buscando inventar uma narrativa emancipacionista da nação que começava com José Bonifácio, passava pela revolução de 1817 e se continuava através de parlamentares brasileiros.

Depois de seu impacto inicial, o movimento perde o ritmo até 1884. Joaquim Nabuco tem uma votação irrisória em 1881, deixando em seguida o Brasil. Os jornais, ligados na sua maioria aos interesses agrícolas e comerciais, davam pouco apoio à causa. Desse tempo, de maior repercussão nacional, foi a recusa dos jangadeiros do Ceará em embarcar escravos. Mas os clubes e associações foram se espalhando pelo país, contando o ideal com o irrestrito apoio dos positivistas. Em 1882, José do Patrocínio esteve três meses naquela província

³¹ Apud Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, p. 319.

do norte, quando foram libertados todos os escravos do primeiro município do país a fazer a Abolição.

O acontecimento que aglutinou novamente as forças foi a abolição da escravidão no Ceará, em março de 1884. A partir daí, o movimento ganhou expressão popular numa progressiva adesão de diferentes setores da sociedade, capitaneados por nomes da vida intelectual e pela entusiástica filiação de estudantes.

A emancipação do Ceará foi comemorada no Rio com uma quermesse carnavalesca que durou três dias. O *Teatro Politeama* — que ficava na rua do Lavradio —, centro maior das conferências libertadoras na capital, apresentou-se todo enfeitado e florido, com as bandeiras das sociedades abolicionistas dispostas pelas paredes, onde se liam os nomes de grandes ativistas já mortos. Esta festa seguiu o ritual dos outros *meetings* abolicionistas, excetuado as alforrias com as quais eram fechadas as sessões: músicas, declamações e discursos. Ao final da tarde, o salão já estava tão apinhado de gente que uma ordem oficial, temendo perigo público, proibiu a venda de mais ingressos. Um imenso desfile da rua 1º de Março até o Passeio Público, com paradas para saudar abolicionistas cearenses, fechou a festa desse dia. Mas ela se continuou por mais tempo, levando à rua mais de 10.000 pessoas, tornando, a partir daí, o abolicionismo um movimento popular.

Disto se deu conta o governo que foi obrigado a retomar a iniciativa, o que se fez através do projeto Dantas que, retocado e desfigurado, é aprovado, em 1885, como a Lei Saraiva-Cotegipe que emancipou os escravos maiores de 60 anos.

Em 1886 os escravocratas ainda são bastante fortes para fazer maioria no Parlamento, apesar de José do Patrocínio ter sido conduzido à Câmara Municipal. No entanto, o único abolicionista eleito para a Câmara dos Deputados, o pernambucano José Mariano, teve seu direito à cadeira negado. Este fato levou 8.000 pessoas ao *Teatro Politeama* e 3.000 às ruas de Recife.

No mesmo ano, a opinião pública extraiu um avanço do governo. Divulgado em *O País* por Joaquim Nabuco, dois escravos condenados a 300 açoites vieram a falecer, em Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro. A imprensa se incumbiu de espalhar a notícia no território nacional e a *Revista Ilustrada* carregou nas tintas para denunciar o horror e a bestialidade da

escravidão. Diante de clamores de toda a parte — e da notícia da emancipação servil em Cuba — o Parlamento votou, com impressionante rapidez, a abolição dos castigos corporais no país³².

Em 1887 foi de São Paulo que vieram os fatos mais decisivos. Antônio Bento e seus “caifazes”, descrentes dos métodos legais, incitaram fugas em massa de escravos que, muitas vezes, atacavam as cidades e as estradas³³. O movimento foi de tal ordem que desorganizou gravemente a produção, levando os proprietários paulistas a buscar a rápida substituição dos trabalhadores escravos por imigrantes. Como a solução se mostrou factível e proveitosa, deu-se a conversão deles em emancipadores, libertando a capital da escravidão. A atitude de São Paulo pesou sobre as províncias escravistas, sobrando como seu reduto maior a do Rio de Janeiro.

Com a exacerbação do tom abolicionista, aumentou também a repressão aos comícios e conferências que se faziam debaixo de ataques de capoeiras ligados à polícia. Os choques se amiudaram. O chefe de polícia do Rio de Janeiro, Coelho Bastos, proíbe tais reuniões em edifícios públicos à noite, mas os abolicionistas desafiam o governo e os choques são constantes.

Os *meetings* se tornaram freqüentes na década, especialmente a partir de 1887. Nada pôde se comparar, entretanto, às imensas demonstrações de apreço e alegria por ocasião da proclamação da Lei Áurea, seguida de festas, discursos das sacadas de jornais, conferências e uma colossal missa campal, no dia 17, em São Cristóvão, evento que contou com mais de 20000 pessoas. No dia 20, uma marcha cívica reuniu “quase todas as associações e classes fluminenses”, quando se gastava duas horas para se andar uma légua, segundo a *Revista Ilustrada*³⁴. No dia da votação da lei, as imediações do Senado estavam apinhada de gente na rua, nas

³² Sem me ater às reações dos escravocratas que, a par entenderem que o governo se imiscuia num direito senhorial, viram na medida uma pedra de cal sobre a escravidão no Brasil, posto que sem a punição exemplar não haveria meios de conter os escravos nas fazendas, prefiro lembrar como a nova lei teve alto valor simbólico, usando o recurso da literatura. Raul Pompéia, nos muitos retratos que faz do barão de Macaúbas, o Aristarco de *O Ateneu*, põe na sua boca um louvor ao progresso, no qual engloba os seus métodos pedagógicos. Quer ele mostrar-se aberto às necessidades vindouras: “E as reformas futuras? Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência passável.” (*O Ateneu*, p. 21).

³³ Membros de diferentes grupos sociais se fizeram caifazes, especialmente os estudantes de Direito, dentre os quais se destacou Raul Pompéia que exigia dos republicanos coerência com suas crenças. Diante do volume e da dimensão das fugas, autoridades provinciais apelavam para o governo central. Acontece que as Forças Armadas não mais se dispunham a servir de capitães do mato. Deodoro da Fonseca, presidente do Club Militar, leva à Regente uma petição da categoria para que a eximisse de tal função.

³⁴ “A Vida Política” in *Revista Ilustrada*, 9 de junho de 1888.

árvores, nos postes e nos telhados. Quando a notícia da aprovação correu, o povo explodiu em vibrações de alegria ruidosa, abanando lenços, atirando chapéus ao ar e saltando foguetes. Dos fortes e dos navios, ouviram-se detonações, na descrição de Coelho Neto em *A Conquista*: “O entusiasmo recrudesceu chegando às raias do delírio.”³⁵ José do Patrocínio, que se prostrou aos pés da princesa nesse dia, foi o seu herói maior: “E, de tranco em tranco, asfixiado, rouco, a gesticular, chorando e rindo, vinha um homem de bronze por entre o tumulto, de braço em braço, como um ídolo que todos quisessem veneradamente tocar e sentir — era Patrocínio.”³⁶ O povo arrancava-lhe botões da sua roupa para guardar de *souvenir*.

Do Senado, o povo desfilou até o Paço para aguardar a princesa. Assinado o decreto da Abolição, a rua do Ouvidor, já enfeitada com bandeiras em arco, entupiu-se de gente. Bandas de música, serestas, negros com maracás, reco-recos e discursos sucessivos das janelas dos jornais, onde se revezavam Joaquim Nabuco, Quintino, Rui Barbosa. Diz Coelho Neto que Luís Murat fez mais de vinte discursos, que Bilac já não tinha mais voz.

Com grande dificuldade, Patrocínio conseguiu chegar ao *Cidade do Rio*, onde um negro se ajoelhou a seus pés. Fez mais uma série de pronunciamentos da sacada. Ao jantar, já exausto, lhe pediam outras vezes a palavra no restaurante e nas ruas. Queriam arrancar-lhe fios do cabelo como recordação. Pelo relato de Coelho Neto, nesse dia, o “tigre da abolição” fez mais de 46 discursos. Os festejos vararam a noite e duraram oito dias. Apesar de rechaçado pelos republicanos, por sua conversão à monarquia, na edição de 27 de outubro de 1888, a *Revista Ilustrada* registra que a quinta conferência de Patrocínio no *Teatro Dramático*, “transbordava de povo”. Em 1889, quando a agenda política já estava tomada, então, pelo tema da república, o prestígio de Patrocínio decresce um pouco. Medeiros e Albuquerque fez questão de lembrar de uma estória que rolou nessa época de que numa conferência de Silva Jardim, Patrocínio, vaiado pela platéia, sai ovacionado do teatro após ter usado da palavra. Reage o memorialista:

Eu tenho bem certeza de que esse episódio não ocorreu, porque não faltei nunca a nenhuma conferência de Silva Jardim. Por outro lado, no estado de exaltação de espíritos que então havia, ninguém permitiria que Patrocínio falasse em uma

³⁵ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 257.

³⁶ Ibid., ibidem.

conferência republicana. Dificilmente, ele escaparia de ser linchado, se em alguma se aventurasse ...³⁷

∴

Os textos historiográficos costumam referir-se a um marasmo político desde os primeiros anos da década de 1880 até, pelo menos, 1886-1887. A afirmação talvez nos pareça um tanto forçada. E não só pelo pequeníssimo apanhado, aqui feito, de algumas poucas das muitíssimas agitações abolicionistas, mas porque a população das cidades e, principalmente a do Rio de Janeiro, aprendera a reivindicar nas ruas e pela imprensa. Nem que fosse pela galhofa.

A rua é ressignificada. Adquire ela, agora, um sinal positivo como o espaço do uso público da razão — da crítica, nos termos da época — e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passa a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do 1º Reinado e da Regência hesitou em assumir. A proposta liberal que recuou ante o discurso “saquarema” vai retomando o campo cedido, principalmente no insistente apelo por reformas. O sentimento democrático vai encurralando o elemento aristocrático. Essa sensação de retomada histórica, de recomposição dos fios de uma tradição esgarçada ou silenciada deve ficar patente com o correr da dissertação dessa tese. Em relação ao período da Regência, disse exageradamente Ferreira de Resende: “O Brasil vivia muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico.”³⁸

O Império estigmatizou a rua como o lugar da desordem. Contra ela e frente a ela se impunham o Estado e a Casa, os espaços do governo — quais sejam, os da ordem, pública e privada. Foi a vitoriosa solução “saquarema” que superou os espectros vivenciados na Regência, onde a rua era sentida como o espaço da democracia e da liberdade. No novo arranjo, a política fica enfeixada no Estado e a Casa se civiliza — para o que foi de especial serventia a literatura romântica. O que permaneceu foi o medo da rua, local de escravos e de vadios, de doenças e de sujeira³⁹.

³⁷ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 73.

³⁸ Apud Ilmar R. de Mattos, op. cit., nota nº 93, p. 126.

³⁹ Seguimos aqui a interpretação já clássica de Ilmar R. de Mattos que traduziu a configuração do sistema imperial brasileiro montado pelos “saquaremas”, referindo-se aos “Três Mundos”: do governo, do trabalho e da desordem. O primeiro deles ficava desdobrado, quanto ao público e ao

É nesse panorama renovado que o projeto de reforma eleitoral do Ministério Saraiva (1881), por exemplo, deu ensejo a um comício, convocado por Lopes Trovão, no Largo do Rocio. A presença de uma multidão provocou a intervenção da polícia, chefiada por Trigo Loureiro — acompanhado de capoeiras. Os participantes do *meeting* davam vivas à república ao que os policiais respondiam vivendo a monarquia. Ao que parece, esteve o orador ameaçado de morte. À noite, a balbúrdia ainda continuava. Houve uma tentativa de assalto à *Gazeta da Tarde*, folha dirigida pelo liberal republicano Ferreira de Menezes. Mas o pessoal do jornal os aguardava armados. A *Revista Ilustrada* retratou o tumulto. Desenhando a estátua equestre de D. Pedro I naquela praça mostra, na narrativa figurada que sempre ocupava suas páginas centrais, o rei saltando da montaria com sua espada em riste contra a polícia, enquanto as personagens e os animais esculpidos na base da estátua fogem espavoridos. Proclamando o direito do livre pensamento, ironiza a *Revista*: “esteve [D. Pedro I] quase a meter a espada em todos esses monarquistas e gritar: viva a república”⁴⁰.

Em conseqüência, o governo deportou estrangeiros republicanos. Lopes Trovão, como correspondente do jornal *O Globo*, partiu para a Europa e as agitações de rua tomam um caminho ainda mais tumultuário e esparso. Mas a crônica política não deixa a imprensa, enquanto o republicanismo ganha mais adeptos nos meios acadêmicos e positivistas, entre artistas, literatos e na *intelligenza* em geral. Na Faculdade de Medicina, destacam-se os nomes de Barata Ribeiro, Érico Coelho, Domingues Freire. Na Politécnica, Enes de Souza, Timóteo da Costa, Joaquim e José Murtinho.

Eram freqüentes as conferências públicas. Não cito as da Glória — das quais muitas vezes participava o imperador — porque seus temas eram mais literários ou científicos. Na coluna “Pequeno Correio” de 26 de março de 1882, a *Revista Ilustrada* noticia, por exemplo, uma série de encontros em defesa da “grande naturalização” que foram inaugurados por Saldanha Marinho, mas que seriam continuados por Pereira da Silva, Magalhães Castro, Ubaldino do Amaral, José do Patrocínio, Nicolau Moreira, Vicente de Souza, Lopes Trovão, Sílvio Romero, Ferro Cardoso e Quintino Bocaiúva. A plêiade de oradores — todos

privado, no governo do Estado e no governo da Casa. O último se distinguia dos dois primeiros pelo critério da civilização (op cit., p. 103 a 121).

⁴⁰ *Revista Ilustrada*, 5 de novembro de 1881.

republicanos — dá uma amostra de porque o povo ligava-os às “idéias avançadas”.

As conferências, *meetings* e reuniões políticas, realizadas em teatros quase sempre repletos, costumavam extravasar para a rua o seu entusiasmo. Era também nas vias públicas que se reclamava das medidas administrativas prejudiciais a categorias profissionais ou a todo o povo, como na ocasião em que um projeto do governo decidiu onerar a distribuição de água.

A *Revista Ilustrada* relata e põe em imagens as repercussões de um *meeting* no *Teatro Príncipe Imperial* contra abusos da Companhia de Gás, em novembro de 1882. Afirma ela que à tarde, “a rua do Ouvidor encheu-se de povo e de comentários”. Os lampiões, no começo da noite, não foram acesos em sinal de protesto. Os lojistas que não se submeteram à decisão dos revoltosos tiveram seus estabelecimentos apedrejados. A balbúrdia foi de tal ordem que exigiu a intervenção de tropas da cavalaria. Muito me interessa o comentário da *Revista* para se perceber os novos sinais que a rua vinha emitindo: “De toda essa bernarda, concluímos que para se obter alguma coisa do governo em benefício público, é preciso fazer chinfrim. Pois viva a chinfrinada!”⁴¹

Em setembro de 1888, Silva Jardim publica um artigo no *Novidades*, pronunciando-se contra a entrega do abastecimento de água da cidade a particulares. Em outubro do mesmo ano ele é chamado por comerciantes para apoiá-los na sua luta pelo descanso semanal. Nessa conferência, realizada no *Teatro S. Pedro de Alcântara*, a convite da Associação dos Empregados do Comércio, o propagandista defendeu a conciliação entre o capital e o trabalho, mas o que importa aqui é essa sua observação: “os processos que empregam [os comerciantes] são os de que usam as classes intelectuais mais elevadas, a tribuna e a imprensa, isto é, os meios empregados para uma modificação social qualquer (...)”⁴².

Em março de 1889, a *Revista* registra a “enorme quantidade de povo” que assistiu a um comício de Lopes Trovão no Largo da Lapa. Uma vez disperso pela polícia, o povo o acompanhou até a rua do Ouvidor, onde a repressão foi ainda maior. No dia seguinte, houve um desfile na mesma rua com pessoas portando

⁴¹ *Revista Ilustrada*, 18 de novembro de 1882.

⁴² Antônio da Silva Jardim, “Fechamento das Portas” in *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 214 a 231.

cartazes onde se lia “água”, “limpeza”, “socorro”, “desinfetantes”, pois que a falta da d’água fora o motivo do *meeting*. Rui Barbosa sobre a questão escreveu diversos e extensos artigos no *Diário de Notícias*, propondo soluções, mas também batendo-se contra a repressão em termos contundentes: “porque os nossos concidadãos estão caindo, feridos pelas balas de quadrilhas insufladas com a senha do terceiro reinado.”⁴³

A repressão policial aos *meetings* era sempre objeto de crítica pela imprensa. Protestava-se contra o emprego de capoeiras — e, a partir de 1888, da Guarda Negra — e do cerceamento à liberdade. Um artigo da *Revista Ilustrada* de 13 de agosto de 1887 assim explica a reação do poder público: “O governo sentindo-se fraco e confessando haver perdido a força moral (...) quer governar pelo terror.” No mesmo artigo acima citado, Rui Barbosa descreve a repressão a um “legítimo” comício republicano em Campos que “foi alvo de um atentado ao nível da Cafraria”. Policiais e libertos invadiram o prédio, atemorizando as senhoras presentes e espancando convivas ao “fragor de vivas à polícia e à rainha.”

A má impressão causada pela repressão policial e muito especialmente pelo recurso a elementos que a sociedade via como desclassificados, como a ralé, levava à idéia subversiva de que a desordem era provocada pelo próprio governo. Entre muitíssimos outros exemplos, destaquemos essa observação de Rui Barbosa num dos incidentes da “Questão Militar”: “A autoridade é que está demolindo a autoridade. O governo é quem se ocupa em solapar o governo. A *ordem* é quem trabalha pela desordem.”⁴⁴ Quando da viagem que Silva Jardim empreendeu junto com o conde d’Eu às províncias do norte, parece que o propagandista foi mal recebido em Salvador. Entretanto, lembra Rui, diferente foi a reação dos estudantes da Faculdade de Medicina, que embora sequiosos da palavra de Jardim, foram intimados, “sob pena de bordoadas”, a dar vivas à monarquia. Oficiosamente, determinadas pessoas foram destacadas, no dia seguinte, desde às seis horas da manhã, para estarem nos pontos por onde passaria o orador republicano. Rui Barbosa contesta a versão mais corriqueira sobre o assunto, asseverando que as manifestações agressivas não haviam partido da massa

⁴³ Rui Barbosa, “Viva à Rainha”, 19 de abril, in *Queda do Império*, tomo II, p. 65.

⁴⁴ Rui Barbosa, “Quantas numa só”, 18 de setembro, in op. cit., tomo VI, p. 167.

popular, mas “de grupos discrimináveis entre ela”. O que nos interessa nesse episódio, entretanto, é o título que Rui deu ao seu artigo: “Anarquia pelo Rei”⁴⁵.

O Império educara a sociedade na idéia de que ordem e civilização eram termos intrinsicamente interligados. Era, pois, com perplexidade que se assistia a tais ocorrências. Na coluna “Boletim Republicano” do jornal *O País*, Saldanha Marinho notifica:

Ainda ontem a cidade inteira foi testemunha de um espetáculo boçal e bárbaro, que nos envergonha perante a mais atrasada civilização. Imperiais marinheiros, capitaneando conhecida malta de capoeiras e malfeitores percorreram a rua do Ouvidor, de navalha em punho, dando vivas à monarquia e morras aos republicanos.⁴⁶

Para comemorar o centenário da Revolução Francesa, os republicanos prepararam grandes festas. Um grupo dentre eles, formado por estudantes, se concentrou defronte ao *Club Tiradentes* e, em seguida, marchou para o Parlamento, onde fora programada uma sessão especial. Na rua do Ouvidor, deram gritos de viva à república, sendo reprimidos pela cavalaria da polícia com ajuda da Guarda Negra. Esta tentou acertar Lopes Trovão que os capitaneava. Foram ouvidos tiros e pessoas ficaram feridas. A *Gazeta de Notícias* tomou o depoimento de dois dos feridos. Um deles disse ao jornal que estava “no Café Brasil quando ouviu gritos de viva a República e chegando à porta, deu ele um viva à Monarquia, sendo nessa ocasião agredido por alunos da Escola Militar, e agarrando-o um deles disse para os companheiros: ‘Mata este diabo’, recebendo nesse momento o ferimento que apresenta.” Também o outro ferido confirmou que os tiros tinham partido “de um grupo de *homens limpos*, entre os quais se achavam alguns estudantes da Escola Militar.”⁴⁷ Tendo assistido ao tumulto da janela do seu jornal, viu-o diferentemente Rui Barbosa:

Cerca de três horas da tarde, percorria a rua do Ouvidor, em direção ao mar, um troço de maltrapilhos, entoando vivas à monarquia e ao partido liberal. (...) O conflito era inevitável, ante a persistência do estímulo irritante: a jactância insolente da mazorca protegida e a indiferença da força policial. Os sítios mais transitados da cidade estiveram sob o domínio das patas da cavalaria policial (...).⁴⁸

⁴⁵ Rui Barbosa, “Anarquia pelo Rei”, 27 de junho, in op. cit., tomo III, p. 403.

⁴⁶ *O País*, 24 de julho de 1889.

⁴⁷ Apud Celso Castro, op. cit., p. 154, grifo meu.

⁴⁸ Rui Barbosa, “Enxadadas na Coroa”, 15 de julho, in op. cit., tomo IV, p. 150.

Não seria nunca demais insistir no escândalo provocado por essa subversão, palavra aqui tomada no seu sentido mais literal e dessa forma sentida pela sociedade, pela “boa sociedade” inclusive: destruir o que estava assente, confundir, perturbar completamente, desordenar⁴⁹. A versão da civilização brasileira construída pelos “saquaremas” estava sendo desmontada pelo alto, isto é, é o governo do Estado que se vale da ralé para manter a ordem. Uma confusão dos mundos, que se quis estanques, para dar forma ao Império: o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem. Mas dentro deles, era possível estabelecer-se, apesar da inferioridade do mundo do trabalho, dois compartimentos separados pela civilização: o mundo da ordem e o da desordem. Este último não tinha lugar no edifício imperial, escapava ao controle dos governos — do Estado ou da Casa — exprimindo, portanto, a perigosa anarquia.

A mistura desses mundos era sentida como escandalosa, como uma confusão desorganizadora de critérios de pensamento. É o que explica a profusão de textos do período que reverberam esses fatos subversivos. A *Revista*, em tom de indignada surpresa, condena agitações e assassinatos provocados por capangas do Partido Conservador, “o partido da ordem”⁵⁰. É o que nos impele a dimensionar a extensão do quanto foi conspurcada a monarquia, enquanto símbolo, diante desses incidentes, no entanto, tão constantes na década de 1880.

No dia seguinte às comemorações do centenário da Revolução Francesa, o imperador sofreu um atentado a bala quando saía com a esposa de um espetáculo no *Teatro Santana*, situado no Largo do Rocio. O fato provocou grande comoção popular pelo país afora. A edição de 16 de julho de *O País* teve que rodar 32.000 exemplares. A imprensa monarquista quis implicar os republicanos, mas sem sucesso porque o atacante, um cidadão português, “animado talvez pelo calor dos discursos da véspera⁵¹”, logo foi pego e declarou seu delito. A imprensa foi unânime na reprovação do fato, referindo-se sempre à benquerença do povo brasileiro em relação ao Imperador. No dia 17, expressou Rui a opinião difundida de que supor-se aquele um crime político era “não conhecer o sentimento nacional

⁴⁹ Definição do verbo “subverter” em Caldas Aulete: “destruir (o que está assente), arruinar; derrubar; confundir; perturbar completamente; transtornar; desordenar. (Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, vol. IV).

⁵⁰ *Revista Ilustrada* de 20 de agosto de 1885.

⁵¹ Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 356.

em relação à pessoa de Sua Majestade”. D. Pedro II era “um príncipe que nunca inspirou ódio”. E conclui: “O país inteiro está de guarda à vida do imperador.”⁵²

De qualquer maneira, tal fato provocou a proibição de reuniões e de se viver a república em público. Estranhamente, Quintino escreveu um artigo no qual concordava com a interdição. Mais tarde, ele dirá que o tom era irônico. Disso reclamou Medeiros e Albuquerque dizendo que no meio de tão intensa luta não cabia ser literário e toma posição: “jornalismo é ação”⁵³. No artigo do dia 17 de julho em *O País*, no entanto, seu redator-chefe eximiu o Partido Republicano de qualquer responsabilidade no atentado, dizendo que sua meta era “a conquista moral dessa maioria da opinião — fonte donde se derivam todos os direitos e todas as delegações”. Nessa linha de defesa, mas generalizando um impressão mais geral, escreveu Rui Barbosa no artigo acima citado: “Se há interessados, neste país, em evitar crimes políticos, são os partidos adiantados, os espíritos adiantados, cujas convicções amadurecem dia a dia no exame desinteressado da evolução nacional.”⁵⁴

As proibições provocaram protestos indignados. No “Boletim Republicano” da edição de 21 de julho de *O País*, insurge-se Saldanha Marinho: “cavilosa arma de guerra contra os republicanos”. Na *Revista Ilustrada* conclui-se: “Vê-se que é sempre o mesmo sistema; de fingir que se dá liberdade, que se reconhecem direitos e, por linhas travessas, mandam suprimir as garantias dos cidadãos.”⁵⁵ Mais outra vez é Rui Barbosa quem expressa a opinião mais generalizada: “os vivos à república são uma forma natural, decente, pacífica de expressão do pensamento”⁵⁶. E indignado com os atentados da Guarda Negra escreve um contundente libelo no dia 25 sob o título “A Lição do Atentado”. Nele fica claro que a questão da desordem, trocados os sinais, muito impressionava a opinião pública. Atente-se, ademais, que os *meetings* e manifestações políticas na praça pública são, ao contrário, entendidos como um direito, uma expressão da liberdade. Para clarificar essa posição, é preciso, pois, melhor nomeá-la como “arruaça mercenária e boçal”, distinguindo o legal da ilegalidade “licenciada”

⁵² Rui Barbosa, “O Imperador”, 17 de julho, in op. cit., tomo IV, p. 173-174.

⁵³ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 97.

⁵⁴ Rui Barbosa, “O Imperador”, 17 de julho, in op. cit., tomo IV, p. 174.

⁵⁵ Júlio Verim, “14 de Julho” in *Revista Ilustrada*, 20 de julho de 1889.

⁵⁶ Rui Barbosa, “Rodamontadas”, 22 de julho, in op. cit., tomo IV, p. 224.

justamente por aqueles que deveriam ser os guardiões da ordem pública. Vejamos o texto:

O que se quer, pois, abafar não é a desordem: é a idéia republicana, que o ministério, incapaz de combatê-la pela reforma, supõe eliminar pela asfixia. Licença franca à arruaça mercenária e boçal, para se embebedar em entusiasmo pelo rei e anavalhar a pele aos democratas. O banzé e a capoeiragem continuam a ser instrumentos do governo.

(...) banir a oposição democrática da legalidade, tornar a legalidade elástica até ao crime a favor da monarquia.

Vai se formando a idéia de que é o governo o responsável pela agitação mais perigosa nas ruas, graças ao recurso permanente aos capoeiras na repressão. Rui Barbosa fez do “direito de reunião” o libelo maior de seus ataques aos dois últimos governos monárquicos. E alerta: “Não será isso [não reprimir tais atos da Guarda Negra] afugentar da monarquia para a república todos os espíritos liberais e todos os conservadores esclarecidos, aliando o trono à mazorca?”⁵⁷

Em 20 de julho de 1889, em decorrência do atentado sofrido pelo imperador preparou-se um desagravo no *Teatro D. Pedro II*. O barão de Jaceguay puxou vivas “que foram calorosamente correspondidos”, segundo *O País*. O mesmo relato nos conta que quando passou o préstito, ouviu-se em baixo murmúrio: “viva a ...”, que não se completou porque a pessoa que o emitia teve sua boca tapada.

Mas não só fatos políticos provocavam grandes aglomerações nas ruas. Vezes havia que também assim foram saudadas a chegada de políticos queridos, como foi o caso do retorno de Joaquim Nabuco, em setembro de 1887, quando regressava de Londres, onde estivera como correspondente de *O País*. Ou a volta de Lopes Trovão em novembro de 1888. Quando o navio que o trazia apontou na baía, os alunos da Escola Militar acenaram efusivamente. Impedidos de comparecer ao desembarque, aproveitaram a hora da saída para dar vivas ao orador e morras ao comandante.⁵⁸

Quando do retorno de D. Pedro II em agosto de 1888, a cidade engalanou-se. Os bondes desde muito cedo já vinham lotados. Exclamou a *Revista Ilustrada*: “a cidade está em júbilo” e acrescentou: “podendo-se dizer que o imperador

⁵⁷ Rui Barbosa, “Trono e Mazorca”, 20 de abril, in op. cit., tomo II, p. 78.

⁵⁸ Celso Castro, op. cit., p. 146. Silva Jardim, nas suas *Memórias*, descreve a efusão popular com a volta do grande orador, mas retalha: “O contato com a civilização do velho mundo (...) tinha-lhe ameigado o ardor revolucionário.” (op. cit., p. 184)

atravessou a cidade em meio de um viva uníssono e de uma ininterrupta salva de palmas⁵⁹. Às vésperas da sua chegada, no entanto, Silva Jardim fez uma conferência no *Teatro Lucinda* para contrapor republicanos e monarquistas que disputavam vivas da platéia. Pediu ele então às senhoras presentes que subissem ao palco para que diante delas cedesse “o ódio da monarquia”. Mas a agitação tornou-se mais violenta e o orador teve que ser protegido. Quintino, Ubaldino do Amaral e Aristides Lobo foram socorrer um aluno da Escola Militar que fora agredido e que teve de ser atendido por Barata Ribeiro. Dos agitadores se destacaram os “Reis”, apelido pelo qual eram conhecidos os filhos do Conde de Matozinhos, irmão do proprietário do jornal *O País*. Na saída, como de costume, o préstito seguiu pela rua do Ouvidor, onde o orador fez com que a multidão aclamasse os jornais. Alguns republicanos intentaram quebrar os coretos preparados por comerciantes para a recepção ao imperador. Os discursos se continuaram na rua, onde também tomaram a palavra Valentim Magalhães e Sampaio Ferraz, este com um verbo revolucionário⁶⁰.

Nos dois anos finais do Império, a tônica foi a intensa politização da sociedade da Corte. Palestras, *meetings*, comícios — pela Abolição ou pela República —, tudo acompanhado por espíritos exaltados e pela intensa repressão policial. Rui Barbosa nos faz um retrato vivaz no seu artigo de 23 de julho de 1889:

Tudo fiscalizado, tudo regulado, tudo proibido — salvo a mazorca que de navalha a lampear em punho, rondava anteontem a rua do Ouvidor, em clamor entusiástico de vivas à coroa com agentes policiais, que assistiam, na impassibilidade de cúmplices, a este espetáculo ignóbil.

(...)

(...) contra os desvarios da polícia criminosa [apela o jornal *República Brasileira* para o *Diário de Notícias*], que lhe confisca as folhas na rua (...) maltratando-lhe os vendedores (...).

(...) a covardia oficial, que, incapaz de arrostar os tribunais, quer dar na rua, com as armas da capoeiragem, as suas batalhas contra a democracia da palavra.⁶¹

∴

A partir de 1886, outro assunto candente ganha a esfera pública, tornando-se objeto de debates acalorados que toldaram a imagem do governo graças à estratégia de sua divulgação insistente pelas folhas republicanas ou simpatizantes:

⁵⁹ “A Chegada do Imperador” in *Revista Ilustrada*, 25 de agosto de 1888.

⁶⁰ Esta descrição está em Antônio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 199.

⁶¹ Rui Barbosa, “A Bernarda”, 23 de julho, in op. cit., tomo IV, p. 229-230.

a Questão Militar⁶². O jornal *A Federação* do Rio Grande do Sul fora desde o início o porta voz da insatisfação da caserna. Na Corte, *O País* e, a partir de 1889, também o *Diário de Notícias* de Rui Barbosa, estendem esse ruído.

A indisposição dos militares com o governo imperial já era antiga. Costuma-se datá-la dos fins da Guerra do Paraguai, quando se perceberam eles como uma categoria social — ou “classe”, como se apresentavam na época. Essa consciência identitária é grandemente reforçada com a Questão Militar.

Enquanto os rebentos da elite ingressavam nas faculdades de Direito e de Medicina, nas academias militares se alistavam os filhos de militares, mas também os das famílias menos abastadas e os das províncias decadentes.

Acontece que os militares desprezavam os “casacas” — como eles designavam pejorativamente os bacharéis —, responsabilizados por eles pelo atraso nacional com sua retórica balofa e inconseqüente. Enxergando os civis como um grupo coeso, também eles podiam se ver como um todo diferenciado até pelo foco em interesses mais práticos como a industrialização do país e a implantação do trabalho livre.

Desejavam o respeito à dignidade do seu ofício, um lugar de destaque na sociedade, o que sabidamente não era propiciado pelo governo de D. Pedro II, orgulhosa e marcadamente civil. Essa subalternidade da classe militar era mais uma das glórias atribuídas ao regime monárquico que assim nos livrava das quarteladas e do caudilhismo das repúblicas vizinhas. Na década de 1880, a pasta da guerra foi entregue a civis, agravando a menos valia de uma categoria que parca influência exercia sobre o governo.

Na época que nos compete tratar, grande parte da jovem oficialidade ingressara na Academia Militar como meio de sobrevivência e de ascender intelectual e socialmente. Por volta dos 20 anos já se viam em condições de serem financeiramente independentes das suas famílias. Cabe desde logo diferenciar a situação do oficialato do Exército em relação ao da Marinha. Nesta, o ingresso era mais custoso até pelo dispêndio com o enxoval, o que fez com que nela se mantivesse um padrão aristocrático.

⁶² No seu aspecto mais restrito, a Questão Militar se deu entre os anos 1886 e 1887. Alguns autores, entre os quais Sérgio Buarque de Holanda, recuam seus episódios a 1884. E a imprensa republicana — assim como os artigos de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* — ainda usam a expressão para os incidentes ocorridos em 1889.

O que os atraía — e que era para eles motivo de orgulho — era a possibilidade de ascender pelo mérito. Era preciso cumprir pelo menos três dos cinco anos da Escola Militar para se ter acesso às armas “científicas”, escalonadas, conforme o tempo de estudos, em Artilharia, Estado-Maior e Engenharia. Os que não ultrapassavam os dois primeiros anos, ficavam na Infantaria ou na Cavalaria, pertencendo aos quadros dos “tarimbeiros”, militares ligados às tropas.

Embora a mentalidade cientificista tenha ganho as faculdades de Direito e de Medicina, era na Escola Militar que a matemática e as ciências se tornaram matérias hegemônicas de um currículo mais técnico.

Isto não significava dizer que o estilo de ensino não fosse nela também bacharelesco. Aliás, recebiam os formados o título de “bacharel em matemáticas e ciências físicas”. Entretanto, enquanto o curso das faculdades era considerado fácil, o da Escola Militar era marcado pela dificuldade. Mas, em todas elas, era muito mais fora das salas de aulas, através de associações discentes e de revistas acadêmicas, que os alunos aprendiam as novidades do pensamento ocidental que chegavam ao país.

Se o positivismo penetrou na academia militar através de Benjanim Constant⁶³ não tinha essa filosofia e método o consenso do seu corpo docente. E o evolucionismo — de Spencer ou de Haeckel — foi aprendido fora da Escola. Era, entretanto, o positivismo disseminado na Escola Militar. Mas, tal como na sociedade civil, dele se retinha o seu aspecto científico e metodológico. O que interessava na doutrina de Comte para os militares era o destaque dado por ele à matemática e às ciências e o seu desprezo pelos legalistas, que já haviam cumprido sua função histórica no estágio “metafísico” da evolução humana. Para o filósofo, cabia aos cientistas o lugar de proeminência na sociedade que agora se instalava.

Tais eram os fundamentos para que a “mocidade militar” se considerasse mais instruída e preparada para a modernização do país do que os bacharéis com suas literatices e retórica vãs. Viam-se como homens de ação, patriotas e honestos, galgando a escala social pelo mérito: soldados-cidadãos.

⁶³ Benjamin Constant entrou para o magistério da Escola Militar em 1872, através de concurso, assistido pelo imperador. Diante da banca, avisou que, se nomeado, difundiria o positivismo entre os alunos. Em 1882, ele rompeu com a Sociedade Positivista por discordar da orientação “religiosa” que ela assumiu sob a chefia de Miguel Lemos, que refundou-a como Igreja Positivista.

O que parece paradoxal é que o filósofo francês, pela mesma razão teórica que o levava a descartar os legistas, diminuía a importância dos militares no novo momento histórico. Acontece, porém, que as Forças Armadas brasileiras não tinham nenhuma índole militarista e também a elas desagradava a idéia de um governo da caserna.

Mas o que interessa sobremaneira aqui destacar é que à jovem oficialidade não incomodava a interdição de Comte, porque não era ela atraída pela carreira militar tradicional. O treinamento prático era desprezado como coisa para formar “tarimbeiros”. O que lhe interessava eram os estudos teóricos, a possibilidade de ascensão social, de integrar-se à elite pela via da instrução⁶⁴ numa sociedade onde 75% da população era analfabeta e só 1% podia ostentar um diploma de nível superior.

Essa “mocidade militar” que, com denodo, investiu sua energia na proclamação da República, se via como especialmente iluminada e preparada para levar o país ao estágio superior da civilização, no qual estava incluso a instalação de repúblicas. Mais patriota, mais consciente da cidadania, mais preparada que a elite civil, tinha, no entanto, em desvantagem a essa, uma profissão desprestigiada socialmente. Somemos a isto o fato de que a ascensão na carreira, que pretendiam fosse unicamente uma derivação do mérito, esbarrava no descuido e preterimentos do alto escalão burocrático que a retardava por anos a fio.

Portanto, grassava nela o mesmo sentimento de marginalização que acometia a jovem intelectualidade civil. Esse sentimento é um traço comum da “Geração 70” e o móvel de seu engajamento nas lutas políticas da década de 1880⁶⁵.

⁶⁴ Advoga Celso Castro num “estudo sobre cultura e ação política” para reinterpretar a função da “mocidade militar” como agente maior da proclamação da república, que estava ela mais interessada no conhecimento científico do que na carreira militar. Foi de posse das novas teorias sociais e políticas que se convenceram da imperiosa necessidade de uma mudança de regime político no Brasil. Para tanto, teriam delineado um plano revolucionário no qual Benjamin Constant é instrumentalizado como chefe exatamente por sua biografia. Destacado para servir na Guerra do Paraguai, passou ele um ano lastimando a sua sorte, o que explica ao sogro em carta: “não tenho pretensão alguma na vida militar”. E à mulher: “sempre te manifestei o desejo de despir essa incômoda farda”. Quando tirou o título de eleitor, em 1881, no campo destinado à “profissão”, assinalou: magistério. Pelo o que conclui o autor: “O interessante é que Benjamim será levado a desempenhar o papel com que passou à história por uma ‘mocidade militar’ formada por jovens que, como ele, apesar de fazerem parte do Exército, se viam antes como ‘científicos’ que como militares” (*Os militares e a República*, p. 110 e 120).

⁶⁵ Esta é a tese de doutoramento de Ângela Alonso onde defendeu ela que o movimento político e o intelectual da década de 1880 são indissociáveis. Trata-se de uma contestação ao regime monárquico por parte de grupos socialmente heterogêneos, mas que partilhavam a marginalização

Desse modo, há esse importante traço de união, essa comunidade de sentimento, entre a juventude ilustrada, civil ou militar: o pertencimento à escala superior da sociedade e a falta de oportunidades dentro do sistema. Uma refletida adesão à cultura democrática e científica dos finais da década 1880 e a frustração em não vê-la constituída como o cimento do progresso do país.

O que distingue o jovem militar é o descontentamento com a sua carreira, o desprestígio social dessa e as desavenças com o poder político. E ainda a sensação de melhor representar a nação quer pelo devotamento à pátria desses “soldados-cidadãos”, quer por sua origem que, além ser um espelho da vastidão territorial do país, era com maior freqüência que entre os civis, de extrato humilde. Entretanto, militar ou civil, aquele que saía de sua condição social pelo estudo, passava a compor a elite intelectual.

Após a década de 1870, a identidade da jovem oficialidade era composta pela valorização do mérito e pela mentalidade cientificista, fatores que a inclinava ao republicanismo, como o regime político da igualdade e da ciência. Ora, como veremos no próximo capítulo, tais valores eram igualmente incensados pela denominada “Geração 70”, para a qual o termo “mérito” era menos freqüente — mas não inexistente — que o de “talento”.

Se os oficiais “tarimbeiros” tinham ojeriza aos “casacas”, deles se aproximou a “mocidade militar”, participando ativamente do movimento abolicionista e da propaganda republicana.

Tem-se dado como fator decisivo da adesão do exército ao abolicionismo sua participação na Guerra do Paraguai ao lado de escravos. Entretanto, foram os jovens militares que ingressaram na carreira da década de 1880 — e que, portanto, não estiveram no palco da guerra — que se engajaram na campanha. Acontece que assim como ocorria para a juventude civil, o abolicionismo se inseria na mesma vertente progressista e científica à qual ligavam seu engajamento intelectual e político.

Os alunos militares aderiram ao movimento desde a primeira hora, sendo por eles fundada a mais importante sociedade acadêmica de emancipação, em

política. Recorrendo a um novo repertório de idéias para pensar a realidade nacional, reinterpretaram os temas já postos na tradição liberal, inovando as formas de mobilização social. Seriam modalidades do reformismo (*Idéias em Movimento. A Geração 70 na Crise do Brasil- Império*).

1880. A “emancipadora”, como era conhecida, aderiu à *Confederação Abolicionista*, em 1883.

Saudaram eles a emancipação do Ceará em março de 1884. Convidaram o jangadeiro cearense que se recusou a embarcar escravos, quando de sua visita triunfal ao Rio, para visitar a Escola de Tiro de Campo Grande, pelo o que foi punido o seu comandante, o tenente-coronel Sena Madureira.

Arrematavam escravos em leilões para alforriá-los. Furtavam outros e os escondiam em suas repúblicas para depois embarcá-los como criados de oficiais para o Ceará onde, ao desembarcar, se tornavam livres. Para impedir a participação da Escola Militar numa marcha cívica programada para 3/4/1884, o ministro da Guerra colocou a guarnição da Corte de prontidão. Os próprios abolicionistas civis pediram moderação à juventude militar⁶⁶.

Estando assimiladas ao republicanismo as noções de mérito, ciência e evolução histórica, tinha ele a adesão dos jovens militares. Desde 1878 já haviam fundado um clube republicano secreto. Em 1885, fundam outro, também secreto, que prodigalizava seus associados com a assinatura do jornal gaúcho de Júlio de Castilhos, *A Federação* e com exemplares de *A República Federal* de Assis Brasil, que era “bastante lido e conhecido pelos jovens republicanos da Escola Militar.”⁶⁷ Vejamos através de Lauro Sodré, oficial de grande atuação antes e durante a Primeira República, fundador do Club Republicano do Pará, em abril de 1886 e redator do seu manifesto, o grau de engajamento a que podiam chegar muito deles:

Creemos firmemente que há de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tirania, consagrando os instrumentos da democracia. Nós reconhecemos aos povos o direito de insurreição. Há momentos em que os empecos levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social têm de ser removidos pela força das multidões. São fatos naturais na ordem social, esses choques violentos chamados revoluções. (...) É sobre as ruínas e os destroços do passado que se levantará o futuro. Progredir é continuar, mas a construção tem por preliminar indispensável a demolição. Por uma fatalidade imanente, a humanidade não pode dar um passo para diante sem revolver o terreno por onde jornadaia.⁶⁸

⁶⁶ Outras informações sobre a atuação abolicionista da juventude militar em Celso Castro, op. cit., entre as páginas 76-79.

⁶⁷ Alexandre Leal, *Reminiscências*, apud ibid., p. 80. Dados sobre atividades republicanas da “mocidade militar” estão entre as páginas 79-84.

⁶⁸ Apud Celso Castro, op. cit., p. 82.

A “mocidade militar” esteve presente em conferências e *meetings* republicanos. Participou das festividades do centenário da Revolução Francesa. Foi vista dando “vivas à república” das galerias da Câmara dos Deputados quando o novo chefe de Gabinete, Ouro Preto, expôs seu programa de governo, em junho de 1889. E conspirou com civis pela derrubada da monarquia ...

Mas não ia nisso nenhum desejo de militarismo. Todos os segmentos esclarecidos da sociedade brasileira desgostavam da idéia de um governo da caserna, até mesmo os militares. O Visconde de Pelotas, membro do Partido Liberal e general vitorioso de Cerro Corá, que se mostrou antimonarquista durante toda a Questão Militar, reclamou, em 1890, o fato de a República ter sido proclamada através de um golpe oriundo da caserna. Quando Silva Jardim e Sena Madureira montaram uma conspiração para a tomada do poder, Aníbal Falcão, que dela fez parte, pergunta qual governo intentavam eles criar após o golpe. Responde, de pronto, Madureira: “Não quero ditadura militar.”⁶⁹

O importante, como novidade política, é que o exército se tornou um grupo de pressão, que não se dirigia ainda claramente no sentido da república, pelo menos na sua totalidade. Mas o que interessa é que os republicanos históricos souberam aproveitar essa força em proveito da sua causa. Quintino, Aristides Lobo e depois até Rui Barbosa se tornaram os paladinos dos brios militares ofendidos. A Questão Militar se não teve a adesão explícita da maioria do oficialato superior, nem da Marinha, por outro lado, agregou essa “classe” que, se dispendo até ao sacrifício pessoal pela nação, era atacada na sua “honra”, no seu “brio”, no seu “pundonor” — expressões recorrentes nos textos de época.

A grande polêmica que veio a compor a Questão Militar se iniciou com um artigo do coronel Cunha Matos na imprensa, defendendo-se de ataques a ele dirigidos por um deputado do Piauí, em junho de 1886. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, interveio no episódio mandando prender o articulista com base num aviso de 1859 que vetava aos militares discussões pela imprensa sem o consentimento do ministro.

O senador Visconde de Pelotas protestou no Parlamento contra a decisão do ministro, considerando-a arbitrária. Argüiu que o tal aviso se referia

⁶⁹ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 257.

exclusivamente a uma discussão entre militares pela imprensa e não ao direito de um cidadão de desagravar-se de uma injúria e estendeu a ofensa a todo o exército.

No debate longo que se seguiu pelos jornais era o brio e a honra dos militares que estavam em jogo. Em agosto do mesmo ano, um ex-ministro da Guerra, senador Franco de Sá, considerou branda a sua punição de demissão ao tenente-coronel Sena Madureira, comandante da Escola de Artilharia do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, porque este também publicara na imprensa artigos contra ele.

Sena Madureira, no jornal republicano gaúcho, *A Federação*, de Júlio de Castilhos, responde a Franco de Sá. Subindo mais alto, é interpelado pelo governo o comandante das Armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul⁷⁰, o marechal Deodoro da Fonseca, quanto à licença para o pronunciamento do seu subordinado. Deodoro responde pela negativa, mas justifica a atitude do tenente-coronel com os mesmos argumentos de Pelotas. O ministro Alfredo Chaves pune Madureira com uma repreensão, o que muito desagradou Deodoro.

Aquele jornal deu largas à questão em diversos artigos que maximizavam o incidente, apresentando os militares como impolutos frente a um governo corrupto e abriu suas páginas a novo ataque de Madureira. Com permissão de Deodoro, oficiais da guarnição de Rio Grande fazem uma homenagem a seu companheiro perseguido. Estava instalado um confronto direto entre militares e governo.

Em outubro, a questão se estende às casernas da Corte: a Escola Militar da Praia Vermelha se solidariza com os colegas do Sul. Assim ficavam, de um lado, alguns oficiais sob a liderança de Deodoro e, de outro, o governo acuado. O Presidente do Conselho, barão de Cotegipe, chamou o marechal à disciplina, mas este colocou-se do lado dos militares ofendidos na sua dignidade. Tal ato deu a Deodoro a posição de líder admirado da “classe”, cujo sentido de coesão foi capaz de sobrepujar divisões partidárias: Pelotas, liberal, elogia o marechal, conservador. *A Revista Ilustrada*, em duas diferentes edições, expõe o “insulto” e

⁷⁰ Deodoro da Fonseca substituiu provisoriamente o presidente da província, o futuro barão de Lucena, em razão da vinda deste para a Corte, em 1886, a fim de assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados para a qual fora eleito.

a “prepotência” do governo, cujo ministro da Guerra via “o horizonte toldado pelo lado sul”⁷¹.

A partir daí a dissidência com o governo se aprofunda num encadear sucessivo de atos de desobediência e de publicização das desavenças. Alunos e oficiais da Escola Militar do Rio subscrevem um artigo mandado publicar em *O País* contra certos políticos — entre os quais estava Silveira Martins, antigo desafeto do marechal — que, em discursos na Câmara, exteriorizavam sua desaprovação aos militares rebeldes. A extensão do problema se agrava porque os signatários do artigo declaram que um ataque a Deodoro era um ataque a todo o exército.

Diante das pressões, o governo recua e permite pronunciamentos pela imprensa desde que não se tratasse de questões militares. Quando parecia que os espíritos se serenavam, Deodoro não aceita uma intimação de Cotegipe para que proíba uma reunião de oficiais, sendo demitido de suas funções no Sul e transferido para o Rio de Janeiro. Diante disso, Sena Madureira pediu exoneração e, muito homenageados pelos colegas, os dois embarcam para a capital. Apesar de expressamente impedidos, os alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro foram recepcioná-los, e fardados. O general Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro e comandante da Escola, pede, então, demissão. Na cerimônia de despedida, Serzedelo Corrêa, falando em nome dos alunos, e Benjamin Constant no dos professores, lamentam seu desligamento.

Entrementes, a questão com Cunha Matos e Sena Madureira não se resolvera completamente porque, segundo regras castrenses, suas punições continuavam a constar de suas fichas. Foi o que deu ensejo a uma reunião no *Teatro Recreio Dramático*, à qual compareceram Deodoro, Benjamin e muitos oficiais alunos, mas poucos oficiais superiores.

Pelo trancamento das notas, Deodoro levou uma carta ao imperador. O ministro da Guerra pediu a reforma do marechal, mas como não teve sua recomendação acatada, demitiu-se.

O novo ministro, Delfino Ribeiro da Luz, aceitou cancelar as notas, desde que por solicitação expressa dos atingidos, o que pareceu a Deodoro um bom desfecho para a questão. No entanto, os oficiais ofendidos se recusaram a fazer a

⁷¹ *Revista Ilustrada*, 10 e 23 de outubro de 1886.

tal solicitação, exigindo que o governo assumisse publicamente seu erro. Nessa circunstância, é muito referida uma advertência de Benjamin, como indicativo de sua ainda não adesão à república. Repreendeu ele Cunha Matos e Sena Madureira nos termos: “Os senhores são uns turbulentos que querem fazer a República; devem requerer o trancamento das notas.”⁷² Mas também cabe supor que o termo viesse aí acoplado à idéia de agitação, anarquia, à qual muitas vezes se associava a de república⁷³.

Por insistência de jovens oficiais — e sensibilizado com a perseguição que sofreram os que o haviam recepcionado —, Deodoro, voltando atrás, publicou nota em *O País*, dizendo ainda aguardar uma solução para a Questão Militar.

Em maio de 1887, Pelotas e Deodoro assinam um manifesto “Ao Parlamento e à Nação”, proclamando a indignação deles diante da resolução “que nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais que a subserviência dos janízaros.”⁷⁴

O governo capitulou e trancou as notas de punição. A *Revista Ilustrada* que, em 19 de fevereiro, mostrava a rua do Ouvidor “apinhada discutindo a Questão Militar”, na edição de 31 de maio ironiza o desfecho: “Na Questão Militar, o governo que parecia um vulcão, espirrou um ratinho.”

Para não desmobilizar a categoria com o encerramento da questão, os alunos da Praia Vermelha articularam um movimento para fundar uma associação de classe, o que deu origem ao poderoso *Club Militar*, fundado em junho de 1887. Para a sua direção foi eleito o marechal Deodoro da Fonseca, tendo como vice o capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo e Benjamin Constant como tesoureiro. O clube contou com a adesão de cinco generais, dentre os quais figurava o visconde de Pelotas.

Entretanto, cabe assinalar que apesar do apoio da *Confederação Abolicionista*, Deodoro foi derrotado nas eleições a que concorreu, chegando em último lugar. Apesar disso, a *Confederação* quis transformar a derrota num

⁷² Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 341-342.

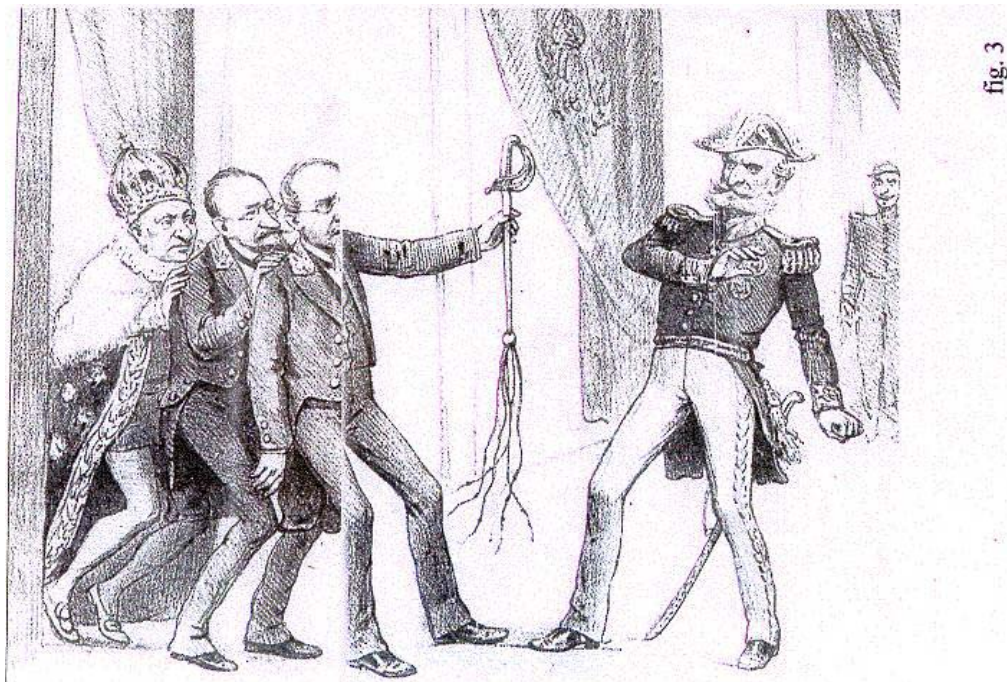
⁷³ Embora seguindo a interpretação geral sobre essa advertência de Benjamin Constant aos jovens oficiais rebeldes, qual seja a de que ele não era ainda republicano naquela altura, é o próprio Celso Castro que destaca, em outro momento do seu trabalho, a “referência pejorativa que fez [Benjamin], em aula de 1880, à ‘anarquia mental’ existente no estudo das ciências, que se assemelhava ‘a uma república’” (op. cit., p. 140).

⁷⁴ Apud Celso Castro, op. cit., p. 96.

triunfo, convocando uma manifestação defronte da casa do marechal, a qual compareceram cerca de duas mil pessoas, segundo a *Gazeta da Tarde*.

Dentre muitas das demonstrações do engajamento político dos jovens militares, da sacada do jornal *O País*, o capitão Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin, saudou em nome da “classe” a vitória de Joaquim Nabuco para a Câmara de Deputados, enquanto alunos da Escola Militar faziam publicar um discurso de Rui Barbosa exaltando a participação do exército na campanha abolicionista.

Em 1887, o exército dá um passo decisivo para sua auto-imagem. Como presidente do *Club Militar*, Deodoro solicita à regente, a Princesa Isabel, para que dispensasse os militares da função de captura de escravos fugidos. A petição nunca foi respondida, mas a disposição levada avante pelos membros da corporação foi elogiosamente divulgada pela imprensa, angariando ampla simpatia popular. A *Revista Ilustrada* visualizou a recusa representando a figura emblemática de Deodoro que, com um olhar austero ao fundo do quadro, parece rejeitar indignado o açoite que o governo entrega aos militares no lugar da espada⁷⁵ (fig. 3).



⁷⁵ *Revista Ilustrada* de 22 de outubro de 1887.

Em 1888, refere o texto da *Revista* a um *meeting* no *Politeama*, no ano anterior, no qual Rui Barbosa associara o exército ao abolicionismo, dizendo que os militares “representam o que resta de honra e integridade da pátria”⁷⁶.

No final de 1888, para esvaziar sua influência, o governo desterra Deodoro em Mato Grosso a pretexto de uma expedição militar, entregando-lhe o comando das armas daquela província. Ao partir, o marechal entrega a presidência do *Club Militar* à Benjamin Constant. Também um golpe para o movimento, foi a morte de Sena Madureira, em janeiro de 1889.

O último gabinete, entregue aos liberais e chefiado pelo visconde de Ouro Preto, houve por bem recolocar militares nas suas pastas específicas: o barão de Maracaju, na do Exército, e o barão de Ladário na da Marinha e fez de Floriano Peixoto, muito estimado e admirado, o ajudante-general.

Mas as escolhas talvez não tivessem sido as melhores. Rui Barbosa diz que Ladário não era apreciado pelos seus pares e estava envolvido em questões com Wandelkolk e Custódio de Melo. Quanto ao chefe da pasta do exército, comenta ele: “O que a opinião pública enxerga no sr. de Maracaju, é uma figura áulica, um vassalo serviçal da dinastia, uma sombra do sr. Conde d’Eu (...)”. Pergunta, então, por que o Presidente do Conselho não escolhera o visconde de Pelotas, esse sim com bom trânsito entre as Forças Armadas⁷⁷.

Caracterizando, mais à frente no mesmo artigo, o novo governo como uma reação contra o movimento democrático, conclui Rui: “Não é o sr. de Maracaju, nem todas as espadas baroniais agrupadas em feixe, que conseguirão abafar as aspirações cívicas do exército, cujos reservatórios de força popular estão nas patentes inferiores.”⁷⁸

De qualquer maneira, outras medidas do governo liberal exasperaram o exército. Com a escolha do barão do Rio Apa, irmão de Maracaju, para o comando da Guarda Nacional, os rumores quanto à uma estratégia de fortalecimento dessa instituição — e da polícia — frente ao exército, ganharam corpo, provocando razoáveis apreensões.

Em setembro de 1889, Deodoro retorna à Corte e logo recebe a desalentadora notícia da nomeação de Silveira Martins para a presidência da

⁷⁶ *Revista Ilustrada*, edição especial para o 13 de maio de 1888.

⁷⁷ Rui Barbosa, “O Ministério”, 10 de junho, in op. cit., tomo III, p. 249.

⁷⁸ Ibid., p. 251-252.

província do Rio Grande do Sul. Nessa mesma época ocorreu um fato insignificante que os republicanos maximizaram para reacender o fogo da Questão Militar. Em visita ao Tesouro, o visconde de Ouro Preto deparou-se com a ausência do comandante da guarda militar, o tenente Pedro Carolino. Tendo notícia de que estava ele dormindo, ordenou sua prisão.

Rui Barbosa no *Diário de Notícias* escreveu muitos artigos sobre o caso, condenando o autoritarismo do chefe do gabinete e a humilhação a que submetera o oficial, desautorizando-o na presença de subalternos. E clama contra “essa afronta, essa degradação, esse enxovalho”⁷⁹.

Também *O País* se ocupou do incidente, dando-lhe, como Rui, uma outra versão: Carolino se ausentara do posto por premências fisiológicas. Pelo diário da filha de Benjamin, ficamos sabendo que jovens oficiais foram procurá-lo para relatar uma nova questão militar⁸⁰.

Em outubro de 1889, o tenente-coronel Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará, se sente desprestigiado por não ter acolhida sua indicação de um tenente para instrutor. Entretanto, graças ao pedido de um político, foi o mesmo nomeado. Mallet escreve ao ministro da Guerra, solicitando a desconsideração dessa nomeação, pois, caso contrário, se veria na obrigação de demitir-se. É o que faz o ministro, mandando submetê-lo a conselho por indisciplina. Essa decisão reacendeu os ânimos militares na Corte e em diversas províncias. Rui Barbosa escreve sobre o caso diversos artigos indignados no *Diário de Notícias*.

Em 8 de novembro, Rui noticia o remanejamento de Carolino para o Amazonas. Antes de partir, o tenente visita o jornal para agradecer o apoio que sempre recebera. Em mais um libelo, conclui o jornalista: “Quer dizer: a liberdade e a honra do oficial brasileiro passarão a ser propriedade do arbítrio oficial.”⁸¹

No dia 23 de outubro de 1889, Benjamin Constant diante do ministro interino da Guerra, na festividade oferecida aos oficiais chilenos do cruzador *Almirante Cochrane*, que estavam no Brasil em missão oficial para a comemoração das bodas de prata da princesa e do conde d’Eu, explicita os

⁷⁹ Rui Barbosa, “Quantas numa só”, 18 de setembro, in op. cit., tomo VI, p. 167.

⁸⁰ Apud Celso Castro, op. cit., p. 159.

⁸¹ Rui Barbosa, “O Exército banido da lei”, 11 de novembro, in op. cit., tomo VIII, p. 104. Também o jornal *O País* na sua edição de 12 de novembro de 1889 noticiou o desterro de Carolino na coluna “Política da Semana”.

antagonismos entre militares e o governo para grande espanto das autoridades presentes e dos estrangeiros. Ao fim do discurso é ovacionado pelos alunos que o haviam convidado para o banquete. O ministro da Guerra retirou-se antes de finda a preleção, mas não sem antes ouvir um “viva a república ... do Chile”.

Três dias depois, outras manifestações de jovens militares tiveram como alvo Benjamin Constant que proclamou o direito de reação dos militares mesmo em praça pública. Rui Barbosa explorou esta audácia no *Diário de Notícias*. Foi sob a impressão causada por esses artigos que Quintino Bocaiúva propôs um primeiro encontro com Rui Barbosa.

O fato é que os republicanos perceberam desde logo a boa oportunidade em aproveitar a irritação dos militares contra o governo — tanto por ser um grupo em condições de derrubar o regime como pelo prestígio de que gozavam —, açulando o espírito de classe e exagerando a gravidade das ocorrências.

Dizia Silva Jardim: “o povo simpatiza com a tropa.” Via ele — e muitos outros — a necessidade de um “acordo explícito”⁸² com a Forças Armadas, mas entendia que o oficialato ainda era estranho à idéia republicana⁸³. Buscou a adesão dos militares desde janeiro de 1888 quando, em Santos, pronunciou a conferência “A Pátria em Perigo”, publicada em folheto com uma tiragem de 4050 exemplares. Essa conferência foi transcrita no jornal *O País*. Com modificações e acréscimos repetiu-a em Campinas, quando dela se tiraram mais 2000 opúsculos.

Aproveitando-se de um confronto entre o chefe de polícia de São Paulo e um batalhão do exército, em novembro de 1888, escreveu o propagandista naquele mesmo jornal o texto “Soldados, em Guarda!”. Ainda valendo-se desse clima exaltado entre os militares, realizou outra conferência sob o título “O Exército e a Nação”. Em todos esses pronunciamentos, desenvolve sempre o tema da liberdade espiritual do cidadão fardado⁸⁴.

Silva Jardim chegou mesmo a montar com Sena Madureira uma conspiração no início de 1889. Essa confabulação teve a presença de Aníbal Falcão, pernambucano, positivista e jornalista republicano, convocado por Jardim. O militar queria organizar um batalhão civil para ajudá-lo no dia decisivo. No

⁸² Antônio da Silva Jardim in op. cit., p. 6.

⁸³ Ibid., p. 34.

⁸⁴ As conferências e a bibliografia de Silva Jardim foram reunidas em *Propaganda Republicana (1888-1889)*, livro editado em parceria pelo Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa e Conselho Federal de Cultura, com prefácio de Barbosa Lima Sobrinho.

plano, o propagandista seguiria para Minas em busca de armamentos, enquanto Sena contataria seus adeptos nas fileiras. Quando retornasse ao Rio, Silva Jardim organizaria um grande *meeting*, inflamado, revolucionário, que provocasse um motim. Diante da inevitável repressão, recorreria ele ao exército para garantir a liberdade de expressão. Iria, então, até à tropa rebelada, diante da qual faria um discurso incendiário. Os militares, sob a direção de Madureira, viriam até ao comício e marchariam, com os civis, sobre o palácio do governo.

Mas acometido por uma moléstia, no dia seguinte, Jardim retirou-se para o *Hotel das Paineiras*, onde senhoras vinham cuidar dele⁸⁵. No entanto, enquanto se restabelecia, morreu Sena Madureira.

Há notícias de outras tentativas de conspiração entre civis e militares para a instalação da República. Afonso Monteiro, nas suas *Reminiscências*, publicadas em 1921, revela que por época do manifesto de Pelotas e Deodoro “Ao Parlamento e à Nação”, em maio de 1887, Campos Sales e Aristides Lobo pediram a Serzedelo Corrêa que intercedesse junto a Pelotas no sentido de mostrar-lhe “a conveniência de se proclamar já a República⁸⁶”.

Que a propagação da idéia republicana no meio militar e o aproveitamento da insatisfação da caserna eram estratégias levadas não só pelo partido como pelos combatentes, fica claro nessa carta-resposta a Evaristo de Moraes, que ainda com 16 anos, buscava ser correspondente de jornais paulistas na Corte. Escreve-lhe a redação de um deles:

Afigura-se-nos que a propaganda exclusivamente popular é insuficiente para provocar a mudança da situação pela qual combatemos; ressuscitar e ativar os desgostos do Exército, sempre prontos a manifestarem-se e sempre abafados pela astuciosa e fingida humildade da Coroa, determinar o conflito decisivo entre os dois elementos, é o fim de *O Grito do Povo*.⁸⁷

De toda a descrição relativa à Questão Militar, o que nos interessa especialmente é a sua exposição pública. Sem entrar no mérito quanto ao seu peso para a proclamação da República, o que cabe nos perguntar é em que medida a

⁸⁵ No Hotel das Paineiras, teve o propagandista o barão de Cotegipe — já afastado da política — como companheiro de estadia e garante ter ouvido deste que não fazia nenhuma oposição à república (A Silva Jardim in op. cit., p. 263).

⁸⁶ Celso Castro, op. cit., p. 96. Sérgio Buarque de Holanda se refere a uma conspiração, em 1871, de um certo capitão Pompílio de Albuquerque para derrubar o trono em cooperação com elementos do recém fundado Partido Republicano. Nessa ocasião, Floriano Peixoto teria sido consultado (op. cit., p. 324).

⁸⁷ Carta achada entre os papéis de Evaristo de Moraes pelo seu filho, que escreve o prefácio do livro do pai, *Da Monarquia para a República*, p. 5.

presença de militares nas agitações de rua — muito embora, na defesa de causas nobres — atingia a sensibilidade da sociedade, culta ou não. Qual teria sido o valor simbólico dessa presença? Não resta dúvida, ouvidas as fontes, que o povo simpatizava com a tropa, como nos disse Silva Jardim. Engrandecia-os o fato de se recusarem a perseguir escravos fugidos. Os jornalistas quando criticavam as repreensões oficiais a atos de indisciplina, falando em questões de honra e brio, não expressavam unicamente opiniões pessoais. Havia acolhida popular a essa interpretação.

Uma “classe” prestigiada e culta, mas armada, participando de atos públicos na rua, era um outro fator da valorização desta. Afinal, tratava-se, no caso das Forças Armadas, da própria encarnação da ordem. E, por fim, foi essa ordem encarnada que se veio a se tornar o perigo para o regime. Por outro lado, em relação a esse importante segmento social, estamos assistindo o regime monárquico perder a guerra simbólica e a ideológica.

∴

Para os nossos fins, o que fica é que na campanha abolicionista como na propaganda republicana, o empenho da ação visou a conquista da opinião pública. Mas em que medida ganharam aqueles ideais a adesão popular⁸⁸? Quanto ao abolicionismo já não há mais como deixar de afirmá-la como positiva. Em relação à propaganda republicana, vejamos, pelo menos, essa apreciação de Afonso Celso Junior na sessão de 6 de junho de 1888 da Câmara dos Deputados:

Desprovidos de recursos materiais, sem poder exercer influência nos negócios públicos, a despeito das deserções e da tibieza de seus chefes, da guerra dos dois partidos coligados, que dispõem, para combatê-lo, de todos os meios de corrupção e da satisfação de ambições e interesses, esse partido [o Republicano] caminhou extraordinariamente durante o tempo decorrido, conquistando aos poucos, o espírito nacional, crescendo, avultando, com progressiva energia e vigor. Hoje, é inegável, a mocidade que surge das academias, dos seminários, do Exército, da Armada, é francamente republicana.

(...) A imprensa mais popular, a mais lida, a mais apreciada, é republicana.

(...) Mais ainda: Martinho Campos declarou uma vez, em plena Câmara, que tinha vergonha de ser monarquista; e o meu ilustre amigo, deputado pelo 1º distrito de Pernambuco [Joaquim Nabuco], em quem eu vejo [um dos] mais sólidos sustentáculos da causa monárquica presentes e futuros, declarou também em

⁸⁸ Barbosa Lima Sobrinho responde a essa questão dizendo que num país de “escassa representatividade, com eleições fraudulentas (...) não seria fácil indicar onde estaria realmente a opinião do país ou a adesão do seu povo” (Barbosa Lima Sobrinho, prefácio em Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana*).

pleno parlamento que neste país havia mais coragem em ser monarquista do que em ser republicano.

(...) Há 10 anos ninguém falava em República. Hoje raro é o dia em que na tribuna e na imprensa não se clama por ela e o Governo ouve os brados, sem os poder reprimir. Juntai a isto as exigências das reformas, que cada vez mais acentuadamente se fazem sentir, a precária situação em que nos achamos em relação à crise do trabalho; as conquistas que o espírito público foi efetuando, e respondi-me em consciência se não vem perto talvez a vitória do sentimento republicano, que tem calado fundamente na alma nacional. Não há no Brasil, uma única classe interessada diretamente na manutenção da monarquia. (...) Não temos tradição monárquica, não temos aristocracia. O povo é, quando muito, indiferente à forma de governo.⁸⁹

∴

No entanto, o Parlamento não deixou de ser um foro privilegiado do debate e da crítica. Grandes oradores lotavam o recinto. Discursos como o de José Bonifácio, o moço, em defesa do sufrágio direto universal, a 28 de abril de 1879, ficaram famosos. Foi dele ouvinte e testemunho o plenipotenciário dos Estados Unidos, Henry W. Hillard. Escrevendo à Secretaria de Estado daquele país conta que “uma compacta multidão comprimia-se nas vastas galerias [da Câmara]”. Sob um respeitoso e tenso silêncio, o deputado subiu à tribuna. A oração, cuja eloquência muito impressionou o estrangeiro, provocou imenso entusiasmo e tumultos, exigindo mesmo a interrupção da sessão, que se terminou, depois, sob delirantes aplausos. Impactado, comenta o diplomata: “nunca assisti a nada que, de longe, se aproximasse de oração como essa em um recinto parlamentar”. Descreve, em seguida, a imensa massa popular que acompanhou o orador até às barcas que o levariam à sua casa, em Niterói.⁹⁰

No dia seguinte, um jovem deputado, Joaquim Nabuco, toma a palavra para explicar que o impacto do discurso de Bonifácio não se sustentava tão somente sobre sua poderosa oratória, mas no fato de que repercutia ele o sentimento da rua que sua voz trazia para dentro da sala. Embora sabendo-se voto minoritário, sabia também ele que “somos poucos, mas que, ainda assim, como certas conchas guardam os ruídos do mar, nós trazemos para esta tribuna, uns a grande repercussão, outros o eco enfraquecido da indignação pública”⁹¹.

Foi esse mesmo Joaquim Nabuco que se tornou, na tribuna, o prócer da Abolição, secundado na rua e na imprensa por José do Patrocínio, cujos discursos empolgavam multidões. Em relação a este, Coelho Neto diz que, em 1888, o povo

⁸⁹ Apud Barbosa Lima Sobrinho, prefácio em Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 17-18.

⁹⁰ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 203.

⁹¹ Apud ibid., p. 209.

enchia o *Teatro Recreio* aos domingos para ouvi-lo e a outros abolicionistas “que ameaçavam o trono”. A palavra de Patrocínio era cortada por “secretas com assuadas e ameaças”. Mas eram repelidos a bengaladas e pedradas. Às vezes, a bala. Era sempre ele acompanhado pelos “discípulos do Messias da raça negra”, ou seja, o grupo dos boêmios: Olavo Bilac, Luís Murat, Guimarães Passos, Paula Ney, Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Pardal Mallet.⁹²

No final dos anos 1880, ficou famosa a sessão de 11 de junho de 1889 na Câmara dos Deputados. Já no dia anterior, Rui Barbosa, que declinara de um convite para participar do novo governo e “tornou-se um gigante”, segundo a *Revista Ilustrada*⁹³, espantava-se com o aspecto da capital que era “inenarrável”: “as ruas borbulham de alvoroço. A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações. Não se crê no que se acredita.”⁹⁴

Nela se fez a apresentação do programa de governo e do ministério de Ouro Preto, o “Afonso vintém” da revolta de 1880, “o único estadista que derramou sangue nacional”, como se reclamou na mesma página da *Revista Ilustrada*. A leitura foi inúmeras vezes aparteada e produziu enorme agitação nas galerias. Cesário Alvim, deputado liberal, e Padre João Manuel, conservador, se declararam republicanos, terminando este o seu discurso com um “viva à república”, “sob os aplausos da turba que ocupava literalmente o recinto”⁹⁵. O grito subversivo é repetido na platéia, inclusive por um militar fardado, o capitão Serzedelo Corrêa. O general Floriano Peixoto que, a paisana, tudo assistia, puxou o colega pelo braço, comentando: “Capitão, como isso vai depressa!...”⁹⁶

O viva dado “no seio de uma representação monárquica”⁹⁷ causou enorme impacto sobre a opinião pública e foi o assunto da rua e da imprensa por bastante tempo. No mesmo artigo, “Ontem e Amanhã”, pressagia Rui: “tudo espalhava no ar [da Câmara dos Deputados] uma impressão de grandes acontecimentos iminentes, um rumor de catástrofes não longínquas.” Advogado do federalismo, que entendia como a reforma salvadora do regime, conclui ele: “o gabinete atual

⁹² Coelho Neto, *A Conquista*, p. 233. Em relação à adesão do exército ao abolicionismo e à atuação de Nabuco, escreve o romancista: “A tropa confraternizava com o povo e, nas duas câmaras, era grande a maioria dos abolicionistas a cuja frente destacava-se, como a de um Apolo, a válida e simpática figura de Joaquim Nabuco” (Ibid., ibidem).

⁹³ Júlio Verim, “O Novo Ministério” in *Revista Ilustrada*, 15 de junho de 1889.

⁹⁴ Rui Barbosa, “O Ministério”, 10 de junho, in op. cit., tomo III, p. 243.

⁹⁵ Rui Barbosa, “Ontem e Amanhã”, 12 de junho, in op. cit., tomo III, p. 269.

⁹⁶ Apud Celso Castro, op. cit., p. 152.

⁹⁷ Júlio Verim, “O Novo Ministério” in op. cit., 15 de novembro de 1889.

está destinado a ser provavelmente o eliminador do terceiro reinado, o derradeiro ministério da monarquia.⁹⁸”

O Parlamento também ganhou a rua.

3.2

O Riso na Rua

A figura imperial de D. Pedro II foi, por essa época, perdendo a sacralidade. Caso quase burlesco foi o do roubo das jóias da Coroa em março de 1882. O fuxico na rua do Ouvidor ampliou o fato com insinuações, às vezes grotescas e maldosas, atingindo a moral do imperador.

Na ausência da família real, foi o palácio de São Cristóvão assaltado e dos seus aposentos particulares foram surrupiadas jóias da imperatriz, da princesa Isabel e de outra dama da Corte. No entanto, objetos valiosos do imperador, que estavam entre as jóias, foram poupados. Quatro dias após o furto, no entanto, com inusitada eficiência, três criados foram indiciados e presos pelo chefe de polícia, Trigo Loureiro.

Mas o povo comentava que para se negociar com jóias de tal valor era necessário o envolvimento de gente mais graúda. Entretanto, muito pouco tempo depois, as jóias foram achadas no quintal de um ex-empregado do paço, Manuel Paiva, um dos detidos. Segundo o relato oficial, de dentro do presídio, pedira ele para ser ouvido pelo chefe da polícia, Trigo Loureiro, ao qual revelou o local onde estavam escondidos os objetos furtados. Disfarçado com longas barbas e secundado por seu auxiliar, o tenente Lírio — este vestido de cocheiro —, rumou o policial para a casa do empregado. Lá, cavando na lama, encontraram eles as jóias dentro de uma lata de biscoito.

Estranhamente, ainda na posse das jóias, seguiram, em seguida, os policiais para a casa do ministro da Justiça e depois para a residência do conselheiro Dantas, chefe político da situação. Mas, para surpresa geral, declarou Loureiro que não havia criminosos, soltando os prisioneiros. Sua alegação era a de que fora um furto e não um roubo e que, sendo crime particular, caberia unicamente ao imperador prosseguir com o processo. D. Pedro II condecorou o chefe de polícia e o tenente Lírio.

⁹⁸ Rui Barbosa, “Ontem e Amanhã”, 12 de junho, in op. cit., tomo III, p. 274.

À opinião pública, porém, abastecida pela imprensa, pareceu haver aí fatos ocultos. A *Gazeta de Notícias* disse que Loureiro só chegara às jóias através de uma carta anônima. Esse periódico descreve diferentemente o caso, para regozijo da cidade. A 26 de maio, as “Crônicas Fluminenses” da *Revista Ilustrada* garantem: “não se fala de outra coisa”. Entra em cena, então, um criado que escondia e propiciava as aventuras amorosas do rei que, por isso, ficava nas mãos dele, exatamente o tal Manuel Paiva, já processado, anteriormente, por estelionato. Nas estórias divulgadas, seria o imperador um pedófilo. Paiva lhe providenciaria as meninas púberes através de arranjos com as famílias delas.

O caso foi abafado. Mas três jovens escritores, sobre esse material, publicaram folhetins nos jornais. O primeiro deles foi *As Jóias da Coroa* que saiu na *Gazeta de Notícias* de 30 de março a 1º de maio de 1882⁹⁹. Sua autoria foi atribuída a Raul Pompéia, — então com 19 anos — por Capistrano de Abreu. O segundo, sob a forma dramática de farsa burlesca, recebeu o título de *Um Roubo no Olimpo* e apareceu na *Gazetinha* de 31 de março a 5 de abril e tudo indica ser da lavra de Artur Azevedo, teatrólogo e redator-chefe daquele jornal. Já o terceiro, intitulado *A Ponte do Catete*, publicado na *Gazeta da Tarde*, de 30 de março a 22 de outubro ficou inacabado e seria obra de José do Patrocínio, dono do jornal.

O bem escrito folhetim de Raul Pompéia conta escabrosa história, cheia de peripécias que instigam a curiosidade e mantém aceso o desejo de acompanhar seu prosseguimento, tudo bem nos moldes de um bom folhetim. Parodiando, poder-se-ia dizer que este, como os outros dois textos sobre o roubo das jóias, é um folhetim “à clef”, onde os personagens, apesar de seus nomes fictícios, são facilmente reconhecíveis. Assim, há um duque de Bragantina que reside na vasta Quinta de Santo Cristo. Tem ele como genro o Marquês d’Etu e um criado alcoviteiro, o Manuel Pavia. O Dr. Louro Trigueiro é o chefe de polícia e por aí vai...

Na estória, Pavia prepara a entrada sorrateira do duque num quarto de sua casa, para onde fora levada uma bela rapariguinha. A vítima ignora, logo se vê, toda a trama sobre ela armada. Tratava-se de uma órfã, que vivia na casa de seus avós e padrinhos, cujo filho, já morto, fora empregado do duque. Nesta mesma moradia reside, de favor, a nora do dono da casa. Trata-se de uma senhora meia

⁹⁹ As informações e o texto dos folhetins estão em Sérgio Goes de Paula (org.), *Um Monarca da Fuzarca. Três versões para um escândalo na Corte*.

amalucada, de maus tratos, que só pela moça demonstra velado carinho e proteção. Viera para a Quinta, já grávida, como esposa daquele criado, mas já portando, desde essa época, um ar triste e doentio.

O encontro é combinado por Pavia com os padrinhos. Entrementes, a duquesa faz uma de suas expedições caridosas à aldeia dos criados e sabe que a tal senhora estava muito doente. Decide visitá-la. Sob pressão de febre alta e já moribunda, a estranha nora conta-lhe o segredo que guardava há 14 anos: numa pequena cidade do interior, uma moça de pais remediados foi seduzida pela beleza e garbo de um nobre que estava de visita à cidade. De noite, desperta estremunhada e é imobilizada no seu leito por seguranças do fidalgo, que a violenta. Do ato espúrio é gestada uma criança. A moça vai atrás do pai, o duque de Bragantina — o nome, então, aparece — que lhe arranja um marido entre seus empregados.

A enferma, reunindo suas últimas forças, revela-se à duquesa como a moça violentada e pede-lhe que vele por sua filha, objeto de cobiça do seu marido. Conta-lhe o acerto que fora feito entre seus sogros e Manuel Pavia — o cúmplice do seu defloramento — para a compra da honra de sua menina.

Nessa mesma noite, o duque penetra sorrateiramente na casa de Pavia, onde se recolhia, de passagem, a moça. Mas, oculta num canto escuro do quarto, aguardava-o a duquesa. No exato momento em que o homem se aproxima da donzela adormecida, a nobre senhora lança-se sobre o marido, revelando-lhe a paternidade.

Pavia que, no começo da estória, estava também envolvido num roubo de jóias da família senhorial — o que vinha sendo investigado por Louro Trigueiro — é posto em liberdade, sendo acusado um qualquer outro empregado do duque.

Já o drama satírico-burlesco de Artur Azevedo se passa no Olimpo. Mercúrio arranja para Júpiter uma bela tebana, Alcmena. Passeando o mensageiro dos deuses pelo palácio, abre um armário em busca de comida e lá encontra preciosas jóias, que logo surrupia. Conhecido o roubo, Juno chama Argos, dizendo desconfiar de Mercúrio. Este chantageia Júpiter que, acompanhando-o, enterra os valiosos objetos. O deus dos deuses chama, então, Argos e lhe entrega uma carta anônima indicando o local onde foram escondidas as jóias e manda

soltar Mercúrio. Ao final, o coro canta o triunfo de Argos, que termina com estes versos:

Hás de ser por nós c'roado
C'uma c'roa de loureiro (...)
E quando te virmos
Olé!
Diremos: Meu louro,
Dá cá o pé!¹⁰⁰

O folhetim de Patrocínio além de inconcluso, está com os originais incompletos. Mas o tema é a mesma lubricidade ... do sr. Bourbon, nobre que “se fosse como o pai, a relação de bastardos era enorme.” Era acompanhado pelo criado Manoel, de uma família de serviçais alcoviteiros que já prodigara encontros ao rei aventureiro e à avó, a Rainha Carlota. Esta, como a sua posição social impedia-lhe de ser seqüestrada, “dava-se”¹⁰¹

∴

Os incidentes descritos são outro índice do engajamento crítico de uma parcela expandida da população, de uma opinião pública em formação, que verbalizava nas ruas, nos teatros, em conferências, no Parlamento, na imprensa, as suas adesões e aversões, através do uso público da razão crítica. Essa intensa politização da sociedade da Corte era percebida pelos contemporâneos com aplausos de uns e desagrado de outros. E o sistema teve que se haver com esse fenômeno da amplificação do palco político.

São, no entanto, mobilizações inorgânicas. Mesmo as organizações políticas não partidárias como as sociedades abolicionistas e clubes republicanos tiveram a duração de seu engajamento conjuntural.

Por outro lado, os “cidadãos inativos” mantinham associações não políticas duráveis: as sociedades religiosas e de ajuda mútua¹⁰². Também se faziam ruidosamente presentes nas festa da Glória e da Penha, aquela mais formal, até devido à presença da família real, mas esta francamente popular.

¹⁰⁰ Artur Azevedo, “Um Roubo no Olimpo” in Sérgio Goes de Paula (org.), op. cit., p. 126.

¹⁰¹ José do Patrocínio, “A Ponte do Catete” in ibid., p. 129 e 138, respectivamente.

¹⁰² José Murilo de Carvalho notifica que as associações religiosas perderam espaço para as civis e as políticas no final do século XIX. No correr da década de 1880, as religiosas passaram a contar com apenas 1/4 do seu contingente em relação a 1879. Já na década de 1890, as associações de funcionários públicos quase que dobraram. Defende o historiador que o povo brasileiro não correspondia à idéia liberal do “cidadão ativo”, politicamente organizado, mas que era capaz de grande iniciativa para outros fins (Op. cit., capítulo V).

Caso mais notório e longo é o das sociedades carnavalescas como as dos *Tenentes do Diabo*, dos *Democráticos* ou dos *Fenianos*. Nesse caso, a crítica social e política aparecia através dos seus “carros de idéias”. Fatos do ano anterior ou desagradados mais constantes apareciam nos seus concorridos e populares desfiles, que eram primorosamente reproduzidos por Ângelo Agostini, o prodigioso caricaturista de *A Revista Ilustrada*. Nesses carros, personagens graduados da sociedade, inclusive e especialmente, o imperador¹⁰³, eram impiedosamente satirizados em figurações de imediata decifração popular. Mesmo idéias abstratas, como a liberdade, por exemplo, conseguiam ser descritas com clareza quanto aos objetivos a serem atingidos. Era ela uma figura feminina, de vestes diáfanas, trazendo, quase que invariavelmente, o barrete frígio (fig. 4)¹⁰⁴.



fig. 4

¹⁰³ Paula Ney, figura maior da boêmia dos anos 1880, percebe a importância da pândega para o povo. Em roda de amigos, explica: “Suprimam o carnaval e o jogo, e este país irá à garra, desmantelado.” Diz que as eleições são uma farsa, assim como o casamento e o funcionalismo. E, por fim, para chacota geral, acrescenta: “O próprio imperador... (...) vão vê-lo na abertura das Câmaras, coberto de penas de tucano e com as panturrilhas à mostra.” (Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 93)

¹⁰⁴ A figura é um detalhe da descrição de um préstito carnavalesco que aparece na *Revista Ilustrada* de 11 de fevereiro de 1883.

Nos jornais satíricos mantidos por tais sociedades, as matérias são as mesmas. A *Revista*, no seu número de 20 de março de 1886, reproduz um trecho de um deles, *Febre*, onde se lê que “a nossa forma de governo não poderia resistir [sem a escravidão]. Vê, tu, que desgraça: o Brasil já seria uma república. Eu velo pelas instituições. Sou o espantinho dos imigrantes, o dique dos revolucionários.”

Em 1884, Júlio Dast, articulista da *Revista Ilustrada*, rejubila-se com o fato de ter chovido durante o carnaval, tirando o brilho e o entusiasmo do desfile¹⁰⁵. Isto porque desgostava-o o novo feitio da festa, dizendo que a crítica da sociedade e dos costumes deixara o teatro e se refugiara ali, onde, segundo ele, não se conhecia a sociedade fluminense. E mais: que D. Pedro II se tornara “uma figura obrigatória de todos os préstitos carnavalescos”, submetido a todos os ridículos, graças ao relaxamento da polícia, ficando o imperador sem direito de defesa. E logo a figura que a Constituição considerava sagrada! Conclui então:

E o carnaval acabou por se tornar insuportavelmente tolo.
Ora, nada é já por si mesmo mais aborrecido, mais enfadante, mais empaturante do que a política. As sociedades carnavalescas sendo aliás disto injustas, tolas e grosseiras, substituindo o espírito que não têm, pela alusão insólita e malcriada, não podiam senão cansar, aborrecer o público (...).
O carnaval tornou-se de mal humor, e portanto impossível (...).¹⁰⁶

No ano anterior, a polícia havia proibido a saída de cinco carros dos “Tenentes do Diabo” que faziam menções desrespeitosas ao imperador. Mas a *Revista* os publicou nos seus desenhos. Num deles se satirizava os interesses astronômicos de D. Pedro II; noutro, aparecia ele com sua conhecida mania de só andar correndo; e em outro mais, o roubo das jóias da coroa.

Nesse mesmo ano, 1883, o mesmo Júlio Dast reclamava da proibição do entrudo, quando “ria-se mais” porque “sua bagagem era mais leve: a loucura, o kankan, charutos, vinho e mulheres”. Mas o carnaval tudo politizara e pretendia tratar de política: “ora, o carnaval fazendo política”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Em José Murilo de Carvalho temos um testemunho oposto porque faz ele referência ao inglês Charles Dent a quem muito impressionou a enorme multidão que acompanhou aquele carnaval chuvoso de 1884 (op. cit., p. 143).

¹⁰⁶ Júlio Dast, “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada*, 29 de fevereiro de 1884.

¹⁰⁷ Júlio Dast, “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada*, 11 de fevereiro de 1883. Essa insatisfação com a politização do carnaval forma uma longa tradição. No jornal *O Globo* de 8 de fevereiro de 2003, reclamava Olavo de Carvalho, na sua coluna: “Tempos atrás, a apoteose anual do caos ainda se apresentava como tolice inócua, palhaçada assumida. Encampada pela propaganda ideológica, tornou-se pretenciosa, arrogante, autoritária: quis ser levada a sério como alta mensagem moral, portadora da ‘boa nova’ trazida por Lênin, Mao e Fidel. O enredo da Beija-

Mas tudo leva a crer não ter sido assim tão aborrecido o carnaval politizado. As disputas das associações carnavalescas eram acompanhadas com entusiasmo e torcida, seus carros provocavam, uns, exclamações admirativas e, outros, risos e galhofas. É com nostalgia que deles se lembra Coelho Neto:

Lembro com saudade, nesta terça-feira gorda, dos préstitos com que outrora disputavam a láurea da vitória carnavalesca os três clubes sempre em emulação: Democráticos, Tenentes do Diabo e Fenianos. Havia neles gosto e espírito e os fatos principais do ano corrido eram tratados com arte; se alguns comoveram — como, no carnaval de 89, o desfile dos retirantes, alusivo ao êxodo do sertão cearense flagelado pela grande seca chamada dos três 8 — outros faziam rir pelo improviso da farsa, às vezes verdadeiras sátiras aristofanescas ou mimos cômicos, à romana. E as alusões políticas, em que sempre figurava a castanha de caju — referência ao imperador — passavam através da gargalhada do povo.¹⁰⁸

Algumas vezes, eram situações mais jocosas ou leves de que se ocupava a crítica nas vias públicas. Em julho de 1889, um policial mandou prender uma vendedora de laranjas que tinha seu ponto defronte à Faculdade de Medicina. Os estudantes espetaram a fruta em suas bengalas ou guarda-chuvas e as despejaram à porta da residência do subdelegado.

O jornal *O País* na sua edição de 26 de julho comenta o acontecimento contando um préstito de cerca de 300 pessoas que acompanhou os “alunos médicos” e da Escola Politécnica. Descreve a multidão subindo a rua do Ouvidor aos gritos de viva o “subdelegué”. Na rua da Misericórdia, despejaram os estudantes à porta da casa do policial coroas de laranjas, bananas, chuchus etc.

Era, pois, na rua que se vinha demonstrar as alegrias, as insatisfações, os protestos, as idéias.

A essas agitações inconseqüentes, talvez pelo seu viés de liberdade, se associava o termo “república”. Em 1883, foi assassinado o jornalista Apulcro de Castro, dono do pasquim *Corsário*, pouco recomendável por sua grosseria e aleivosia na divulgação de fatos não comprovados que maculavam a honra de pessoas destacadas. Foi inculcado um elemento do Exército. Esse caso causou grande comoção popular e mesmo um certo temor na imprensa. A *Revista*, receando ela também ter as suas portas fechadas, fez na narrativa ilustrada das suas páginas centrais, no dia 31 de outubro, uma crítica feroz ao cerceamento da

Flor é exteriorização popularizada da ‘teologia da libertação’. No desfile de 2003, Cristo e Satanás trocariam tiros no meio da avenida como alegoria à situação de violência vivida pela cidade.

¹⁰⁸ Apud “Páginas da História” in *Jornal do Brasil*, 13 de fevereiro de 2003.

liberdade de expressão enquanto se deixava campear a baderna perigosa que tomava conta das ruas à noite, quando “vários grupos de vagabundos percorreram as ruas da cidade, dando gritos de viva à república, assim como quem diz: viva a pândega.”

França Junior, respondendo a um de seus leitores que reclamava do emprego do termo “república” que se vinha fazendo para traduzir a futura felicidade do Brasil, explica:

Tranquilizai-vos. A palavra república não indica unicamente — o bota abaixo — é a anarquia, segundo uns ou o governo que mais se harmoniza com a dignidade e a razão do homem, segundo outros.

Sob aquela denominação compreende-se também — a casa do estudante.

Por que o lar escolástico se chama república? Por causa da desordem; será é porque ali não há nem meu nem teu.¹⁰⁹

Em 1886, o alferes-aluno José Bevilacqua — que viria a ter participação ativa nos movimentos da “mocidade militar” que antecederam à Proclamação — escreve à sua mãe para tranquilizá-la quanto ao fato de que deixaria os alojamentos da Escola Militar para ir morar numa “república”, o que aquela senhora entendia como fuzarca e desmando. Explica-lhe o filho:

Vm^{ce} não tem razão para sentir calafrios ante a palavra República; em primeiro lugar porque ela simboliza a forma de governo em que os direitos dos cidadãos são melhor definidos, porquanto não admitindo privilégios de famílias ou de classes, as leis igualam todos os cidadãos e a única distinção é aquela que é oriunda do mérito e das virtudes individuais (...); demais ali tratava-se de uma casa de estudantes, que costuma-se designar por esse nome.¹¹⁰

Já vimos a possibilidade de se entender a advertência de Benjamin Constant aos jovens militares insurretos com a questão do trancamento das notas — incidente que desencadeou a Questão Militar — como uma idéia de “oposição a tudo”, expressão que aparece na *Revista Ilustrada*. Em certa ocasião, explicou-se esta: “Eu não sou propriamente republicano, e acho absurdo fazer oposição a tudo (...)”¹¹¹. Em 29 de fevereiro de 1884, a sua coluna “Ecos e Fatos” reclama de um senhor que “anda agora a protestar como um republicano.”

¹⁰⁹ França Junior, “A República” in *Folhetins*, p. 164.

¹¹⁰ Apud Celso Castro, op. cit., p. 84.

¹¹¹ “Crônica Fluminense” in *Revista Ilustrada* de 13 de agosto de 1881.

3.3

Oratória e Propaganda: “o povo brasileiro gosta muito de discursos”

No campo republicano, a palma da oratória coube, primeiramente, a Lopes Trovão que brilhou na Revolta do Vintém, fato emblemático e por longo tempo ainda lembrado. Quando retorna ao país, em 1888, sob efusiva recepção, ainda despertava entusiasmo e empolgava a praça pública. Mas nos dois anos finais do Império, foi Silva Jardim que se destacou como o grande propagandista. Sua presença era tão marcante que seria impossível a uma pessoa minimamente informada desconhecer-lo. Suas conferências eram reproduzidas em jornais e opúsculos. Seus comícios atraíam multidões. Sacudiu ele a Corte com seu verbo inflamado. Provocava delírios por onde passava.

Quanto ao efeito da visualização sobre o imaginário, adequava ele o gestual, as frases, roupas e atitudes aos seus fins e auditórios. Eram gestos pensados para impressionar, atitudes públicas de coragem, a preocupação com a imagem e um especial dom da oratória. E esse homenzinho franzino, sempre vestido de preto, empolgou a cidade e o país. Medeiros e Albuquerque assim dá seu testemunho:

Quem, sem o conhecer, visse surgir no palco de qualquer teatro aquele gafanhotozinho, não daria nada por essa figura insignificante. Mas assim que começava a falar, havia um deslumbramento. Discutia e comovia. Nada de retórico palavroso: era um homem instruído, um argumentador poderoso. Quem lê o que ele escreveu, acha o estilo insuportável. É estilo de orador. Há períodos de légua e meia. Mas Jardim tinha um fôlego sobrenatural: começava esses períodos em surdina, elevava pouco a pouco a voz, sustentando sem desfalecimento aquela mola imensa de frases, subia, subia, subia e, de repente, deixava cair, como uma clava, esmagadora, a conclusão. — E havia uma tempestade de aplausos.¹¹²

Não há como dimensionar a ampliação da esfera pública na década de 1880 sem termos em mente a cultura auditiva brasileira¹¹³. Se parecia argumentar, na realidade o que buscava Silva Jardim era seduzir a platéia, ávida de discursos grandiloquentes e predisposta à submissão pela palavra e pela teatralização gesticulatória, das quais teremos exemplos mais concretos no capítulo 3.

Discursou ele em mais de 60 cidades nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, no curto período de um ano e meio.

¹¹² Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 86.

¹¹³ Seguimos as indicações, conforme explicado na introdução, de Luiz Costa Lima no seu ensaio sobre o “sistema intelectual brasileiro”, incluído em *Dispersa Demanda*.

Por conta própria, embarcou no mesmo navio que levou o Conde d'Eu em campanha monarquista ao norte e nordeste, saltando nos mesmos portos. Vejamos como se preparava para suas conferências:

Não menos exato que em todas as minhas excursões políticas, procurava, antes de falar, informar-me bem do estado da localidade, dos seus partidos, das suas lutas intestinas, e de indústria visitava os edifícios, as curiosidades da terra, com o louvável intuito de inspirar simpatias ao público, em proveito da minha causa (...).¹¹⁴

Na Corte, buscava atravessar, sempre que possível, a rua do Ouvidor após suas conferências — principalmente, quando tinham elas transcorridos sob tumulto e repressão — para que nela se “ouvisse” os ecos da palestra.

Da leitura de suas *Memórias*, não nos fica a imagem do radical estroína que lhe foi fixada, mas a de um revolucionário calculista. Por cálculo, cuida de canalizar a insatisfação dos escravocratas para uma aversão ao regime, o que lhe pareceu ser um ponto de vista “conciliante e moderado”¹¹⁵. Há uma dose de cálculo até no seu sincero abolicionismo. Falando das festas que se deram em Santos pela libertação dos escravos, descreve: “Foi um delírio desde 13 de maio até o fim do mês, delírio de que participei, por sinceridade mediata e imediata, por entusiasmo e por política”, querendo identificar o trono com a escravidão.

Também é por cálculo, pela percepção do poder das imagens, que mesmo tendo sido atingido o palco onde discursava, em Paraíba do Sul, com uma pedrada vinda de fora, sem interromper o discurso, se posta de costas para a janela aberta. Já tivemos notícias de provas de seu destemor quando da conferência de 30 de dezembro de 1888.

É por isso que, igualmente, busca ser afável e ameno junto às esposas dos republicanos que o abrigavam nas suas casas, para “tirar-lhes o susto que lhes possa inspirar o meu nome, que começa a ser muito conhecido como o de um agitador”¹¹⁶, certamente cômico da capacidade de divulgação delas. Essa preocupação lhe advinha do fato da imaginação popular o supor alto, forte, muito mais velho e “um homem perigoso! me chamavam muitos.”¹¹⁷

¹¹⁴ Antônio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 59.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 90.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 84.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 120.

Também na Corte fez grande sucesso. Suas conferências atraíam grande público. Delas se fizeram folhetos com até 4000 exemplares de tiragem. Eram elas reproduzidas em vários jornais da capital e do país. Por isso cuidava da sua imagem:

Não me deixava tornar demasiado familiar com o público, nem o conservava a grande distância. (...) Não freqüentava demasiado, nem evitava sistematicamente os lugares públicos. Procurava ganhar simpatias populares, sem perder as das classes conservadoras.

(...)

Trajava-me sempre de preto, sempre do mesmo feitio. (...) Estava convicto que não bastava ser, mas é preciso também parecer (...). Aspirava aproximar-me do tipo do agitador moderado, frio, calmo e estudado. (...).

Procurava estar à altura do meu compromisso e portanto estudava-me nos menores atos como quem tinha uma grande responsabilidade.¹¹⁸

Sabia que a forma de ganhar as lutas na sociedade de massas exigia agora a propaganda muito mais do que as armas:

Era preciso redobrar os esforços, eis tudo. E, depois, tinha-se em verdade passado o tempo das revoluções feitas somente à força da espada ou à força do dinheiro: o essencial era preparar a opinião pública; e com alguns níqueis no bolso para estradas de ferro, e com uma garganta para discursos, também se podia abrir caminho para a República. Creio que me reconheci com alguns níqueis no bolso, e com uma garganta.¹¹⁹

É por isso que Jardim tinha como primordial a retomada das conferências republicanas populares que tinham desaparecido com Lopes Trovão, mormente num povo tão afeito à oralidade: “o povo brasileiro gosta muito de discursos”¹²⁰. Entendia, como ficou visto acima, que para o advento da República era preciso preparar essa nova força política: a opinião pública¹²¹.

Percebe bem ele que só a Corte — “o foco da vida brasileira”¹²² — daria divulgação nacional ao projeto republicano e para ela se transfere com a família em 1888. Entende, outrossim, a importância capital da imprensa, que solicita, que ocupa. Escreveu na prestigiada e muito lida *Gazeta de Notícias*, que transcreveu algumas de suas conferências. Quando sentiu a ameaça que podia representar os

¹¹⁸ Ibid., p. 113.

¹¹⁹ Ibid., p. 92-93.

¹²⁰ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 12. Coelho Neto conta-nos um fato que lhe foi transmitido por Paula Ney. Após uma grande festa abolicionista no Teatro S. Pedro, retirou-se ele para a alcova acompanhado de uma rapariga, a “ciganinha” que, nestas circunstâncias, pediu-lhe um discurso. Diz ele que, em tom veemente, falou sobre as coisas as mais disparatadas, mas que ela “ouvia-me, fascinada, quieta como uma serpente diante de psilo” (Op. cit., p. 98).

¹²¹ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 10.

¹²² Ibid., p. 18.

artigos de Joaquim Nabuco em *O País*, por indicação de Saldanha Marinho, assumiu com Julio Diniz a direção da coluna republicana no mesmo jornal, antes ocupada por Aristides Lobo. Extravasou, ademais, o debate jornalístico para o púlpito dos teatros, através de conferências. Ainda no mesmo ano, escreveu no *Mequetrefe* e no *Grito do Povo*. Para notificar sua primeira conferência em Santos, como o funcionário do correio receasse passar o telegrama, valeu-se do telégrafo submarino.

Se Silva Jardim foi especialmente sensível à importância da nova fonte de publicização, a esfera pública, sabendo como manipulá-la, sem tanta perspicácia, mas igualmente ciente da novidade, outros a buscaram ou deram mostras dessa percepção. Reflete Olavo Bilac: “(...) que o melhor meio de conquistar uma praça é estar dentro dela, ganhando-a pela brandura e pela astúcia, para possuí-la sem batalha ...”.¹²³

Até Deodoro teria pensado em valer-se desse instrumento para impedir a substituição das tropas pela Guarda Nacional que, segundo se dizia, seria a intenção de Ouro Preto. Teria ameaçado ele com um novo golpe de 7 de abril de 1831, levando ministros à praça pública e entregando-se em seguida ao povo para ser julgado. Ao que teria argüido o capitão Mena Barreto: “Neste caso, V. Excia. vencedor, será o ditador da República!”¹²⁴

Quando se estabelece na Corte, Lúcio de Mendonça funda com Valentim Magalhães o jornal *O Escândalo*, já chamativo no seu próprio nome. No editorial do seu primeiro número, esclarece as propostas e a linha do periódico que não pretende transigir com a mentira, nem dobrar a espinha. E termina conclamando o público “do alto da sua importância coletiva”¹²⁵.

Na Assembléia do Partido Republicano, em 1873, Quintino pede a concentração dos esforços da propaganda na imprensa porque “a publicidade deve ser a nossa força”¹²⁶. No *Diário de Notícias*, além Rui Barbosa, Antonio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lobo, Medeiros e Albuquerque usavam da palavra para atacar os últimos governos monárquicos.

A Abolição foi apressada por força da opinião pública, opinião que foi doutrinação e insuflada por discursos no Parlamento, por artigos nos jornais,

¹²³ Olavo Bilac, “Sobre a Minha Geração Literária” in *Obra Reunida*, p. 891.

¹²⁴ Apud Celso Castro, op. cit., p. 164-165.

¹²⁵ Lúcio de Mendonça, *A Caminho*, p. 342.

¹²⁶ Apud Eduardo Silva (org.), *Idéias de Quintino Bocaiúva*, p. 409.

ilustrações em revistas, comícios em praça pública, ruidosas conferências em teatros, também aproveitados para a encenação de peças anti-escravistas. Castro Alves foi recuperado. Associações, grêmios, sociedades emancipadoras foram criadas pelo país afora. A campanha ganhou a juventude acadêmica e militar e despertou a inteligência nacional.

Essas entidades coletivas juntavam, geralmente, combatentes abolicionistas e republicanos. Athos Damasceno conta que quando, em 1884, as sociedades dramáticas abolicionistas foram fechadas em Porto Alegre, novos grêmios políticos foram abertos sob o disfarce de sociedades literárias: “São rapazes que, disseminados pelos diferentes grêmios culturais de Porto Alegre, cuidam muito menos de poesias e ficção do que de atear fogo no paiol da monarquia, com o morrão espevitado de emancipação dos escravos.”¹²⁷

3.4

A Democratização pela Rua

3.4.1

Rua do Ouvidor: a amplificação do discurso

É preciso destacar que muito da possibilidade de divulgação do que ocorria na década foi efeito da centralidade da Corte durante o Império. O que nela acontecia repercutia no país e quem quisesse publicidade, prestígio ou posição política, social, literária, devia aqui aparecer¹²⁸.

Disto sabia Silva Jardim, como vimos. Percebia ele, com clareza, que para ter êxito uma revolução republicana devia se dar no Rio. Escreve ele: “As revoluções feitas no interior do país abortaram todas. O Rio de Janeiro monopolizou a vida nacional”¹²⁹. Como entendia ele esse monopólio? Explica: “a possibilidade de abarcar a vida nacional n’um só golpe de vista! Poder conversar durante a manhã com um amigo do Rio Grande do Sul e jantar à tarde com outro do Pará!”¹³⁰.

¹²⁷ Athos Damasceno, *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX: contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul*, p. 208.

¹²⁸ A L. Machado Neto diz que das sessenta personalidades literárias que pesquisou, 2/3 delas viveu no Rio de Janeiro seus anos de plenitude (*Estrutura Social da República das Letras*, p. 63)

¹²⁹ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 246.

¹³⁰ Ibid., p. 160.

Na *Filosofia no Brasil*, obra publicada em 1878, reclama Silvio Romero: “O Brasil é o Rio de Janeiro, dizem os insensatos, incapazes de compreender o espírito de uma nação, e que o enclausuram nas vitrines da Rua do Ouvidor”¹³¹. O protagonista do romance *O Mulato* manifesta o interesse em despachar rápido os assuntos que o haviam trazido ao Maranhão para retornar logo à Corte. Justifica-lhe a pressa uma alta figura da sociedade local: “O Rio de Janeiro é o Brasil.”¹³²

Nas palavras de Romero fica a indicação de que se a vida nacional se concentrava na Corte, a vida desta se espremia na rua do Ouvidor. Uma rua pouca extensa, estreita, mal calçada, mas que recolhia, no entanto, em pequena parte de seu percurso — no quadrilátero formado pelas ruas Gonçalves Dias, Ourives, Uruguaiana e Largo de São Francisco — toda a movimentação política, social e literária (e grande parte da comercial) da cidade do Rio de Janeiro e, por extensão, do país. Essa especialidade, essa originalidade histórica das décadas finais do século XIX no Brasil havia que derivar em conseqüências também únicas: a repercussão nacional de idéias, projetos e debates daquela quadra histórica através da concentração espacial.

Conhecida em todo o país letrado porque cenário — e, por vezes personagem — de romances, folhetins, crônicas e artigos, decepçionava, de início, o forasteiro que sobre ela fazia idéias grandiosas.

Assim a descreve Valentim Magalhães:

(...) no quanto varia e se modifica a fisionomia dessa pobre rua, elevada do pé p'ra mão ao honroso posto de — grande artéria da civilização do Brasil. Ela em geral é triste como um beco. Apertada entre as velhas casas desiguais, esquisitas, atarracadas, mal recebe a luz, e não tem a alegria dos carros. Além disso — tão suja!¹³³

Em *A Capital Federal*, nas suas “impressões de um sertanejo”, o personagem Anselmo — codinome para o próprio autor, Coelho Neto — exclama surpreso para o tio que, orgulhoso, o levava a conhecer a rua: “Um beco!” Porque pensava aquele que ela tivesse “largueza, muita largueza”. Perguntado sobre a impressão que lhe causara a rua, revela: “Uma desilusão”. E conclui: “perdoa-me

¹³¹ Silvio Romero, “Filosofia no Brasil” in *Obra Filosófica*, p. 113.

¹³² Aluísio Azevedo, *O Mulato*, p. 35.

¹³³ Valentim Magalhães, “Mademoiselle Ouvidor” in *Horas Alegres*, 126.

avenida da elegância e do espírito fluminense, não passas de uma viela atarracada.¹³⁴”

Entretanto, era nessa rua apertada que pulsava a vida do país. Recebia ela, de fora, as idéias e as modas e as refletia e transmitia para todo o país. É como o tio explica a Anselmo o “segredo” da rua que “é o centro da vida nacional”, a grandeza na sua pequenez:

Todos os grandes fatos da nossa política e da nossa literatura derivam da rua do Ouvidor — ela é o estuário que recebe todas as correntes, o centro para onde convergem todas as forças ativas da nação e donde se escoia a seiva intelectual.

(...)

(...) Tens ali a imprensa, e levantou a bengala para uma sacada onde havia uma comprida tabuleta negra com grandes letras brancas — e passeando a bengala como um ponteiro, prosseguiu: o comércio, a indústria. (...). O câmbio, as leis, tudo quanto orienta e desorienta o Brasil sai daqui.

(...)

(...) A meu ver a nossa forma de governo é a rua do Ouvidor, a nossa religião é a rua do Ouvidor — as constituições, os figurinos e os atos de fé saem desse beco. Isto é a pia lustral que consagra os fatos e os homens. Essa rua ecoa todos os sucessos do mundo como na vida fisiológica o cérebro, por um fenômeno de repercussão nervosa, reflete todas as sensações do corpo. (...)

(...)

(...) Para immortalizar um homem só o sufrágio coletivo, e a urna está aqui. (...) O Caminho da glória é este, Anselmo.¹³⁵

Nessa rua e nas suas adjacências estava a grande imprensa: o *Jornal do Comércio*, o *Diário de Notícias*, *O País*, a *Gazeta de Notícias*, como aí já haviam tido as suas sedes a *República* e *A Reforma*. Suas redações serviam de ponto de encontro para políticos, literatos, intelectuais, jornalistas e pessoas gradas, embora Silva Jardim nisso distinguisse uma diferenciação entre São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o propagandista, o centro da atividade intelectual dos paulistas eram as livrarias e os escritórios dos jornais, enquanto para os fluminenses ele “tem sede nos cafés”¹³⁶.

¹³⁴ Coelho Neto, *A Capital Federal*, p. 70, 65 e 67, respectivamente. No prefácio à 3ª edição de *O Mulato*, Aluísio Azevedo declara que seu livro de estréia já não pertencia mais a nenhuma província “mas sim ao público do Rio de Janeiro, a quem devo tudo.” (op. cit., p. 11).

¹³⁵ Coelho Neto, *A Capital Federal*, p. 70-72.

¹³⁶ Antônio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 246.

Aquela rua era também o endereço de hotéis destacados como o *Ravot*¹³⁷, que tomava quase todo o quarteirão da Uruguaiana ao Largo de São Francisco, à direita de quem viesse por ele, o *Frères Provençaux* e o *Europa*. Nela estavam os restaurantes *Renaissance*, *Louvre* e o *Chinês* com seus almoços de quatro pratos a 600 réis apenas. E, principalmente, os cafés e confeitarias que recolhiam, em burburinho, a vida elegante, boêmia e literária da cidade: o *Java* (na esquina do Largo de São Francisco), o *Deroche* com seus famosos sorvetes, o *Castelões*, o *Pascoal*, o *Cailtau* e o *Café Londres*, reduto esse dos republicanos, para espanto de Silva Jardim. Traçando o perfil dos adeptos do republicanismo no Rio de Janeiro, incluiu ele na sua lista “os desclassificados”, ou seja, “os freqüentadores sistemáticos de *cafés*, eivados de um espírito de indisciplina e de crítica a tudo e a todos”¹³⁸.

Coelho Neto dividiu-os através das disputas literárias: o *Castelões*, um “centro intelectual”, era o preferido dos românticos, onde pontificava e tinha o seu “escritório” o mais popular dos boêmios da época, Paula Ney. Ali ele chegava por volta das 10.30 horas da manhã, verificava a correspondência e escrevia artigos para dois jornais. Era freqüentado também por políticos, jornalistas e músicos. Dele disse França Junior: “é a imprensa no meio da rua; o cérebro do Rio de Janeiro.”¹³⁹ No *Cailtau*, reuniam-se os naturalistas, ficando o *Pascoal* com o parnasianos e o *Deroche*, já decadente, com os simbolistas¹⁴⁰. O *Pascoal* era também um ponto de encontro de jornalistas.

Era igualmente a rua das principais livrarias e editoras: a *Laemmert*, a *Faro & Lino*, — com sua roda de discussões sobre pronomes, como graceja Coelho Neto, onde Valentim defendia os clássicos contra os nacionalistas sectários de Alencar — e a destacada *Garnier*, um “casebre de aspecto

¹³⁷ Já por essa época, no final da década de 1880, o *Ravot* tinha um jeito decadente: prostitutas apresentavam-se escancaradamente à sua porta. Dentro, tudo era muito escuro. A sala de jantar “em desmazelo e desordem”. À noite, era abrigo de boêmios perdidos que, na madrugada, eram despertados por gritarias “com gente em menores trambolhando aos murros pelos corredores”. Mas ainda era procurado por sua posição central e pelos serviços diversos que oferecia, embora, certamente, não mais pelos mesmos fazendeiros ricos da província que dele fizeram o símbolo do café, de que nos fala França Junior (“A Rua do Ouvidor” in *Folhetins*, p. 15). Assim resume o autor de *Fogo Fátuo*: “Tal pocilga que fora o lupanar máximo da cidade, começava a decair em bordel de refugio. Ainda assim, pela tradição que o prestigiava, era a hospedaria preferida dos que vinham do interior com a bolsa atochada e o saldo nos comissários (...).” (Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 105 e 106, respectivamente, para as citações no corpo do texto)

¹³⁸ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 181.

¹³⁹ França Junior, “A Rua do Ouvidor” in *Folhetins*, p. 17.

¹⁴⁰ Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 32.

sombrio”¹⁴¹, onde o velho dono passava o dia no seu escuro corredor recebendo a fina flor da nossa literatura, ávida por sua eleição para a edição de seus romances ou poemas.

Intellectual e frívola, a rua ditava a moda nas suas lojas elegantes. Da alfaiataria *Raunier* (esquina com rua Uruguaiana) saíam rapazes e senhores enfarpelados que atraíam os olhares femininos e proseavam sobre os bailes, o teatro lírico e formavam “os pares do *cotillon* dos grandes saraus”¹⁴². Já a *Madame Lambert* servia às senhoras *chic* (inclusive a imperatriz) que freqüentavam os cabeleireiros *Roux* e *Desmarais*. Mas a loja mais procurada era o magazine *Notre Dame de Paris*. O *Gôndolo & Laboriau*, o *Mappin & Webb* ou os irmãos *Farani* (este na esquina da rua dos Ourives e distinguido pelo brilho das suas vitrines) aparelhavam de jóias as belas.

Outro ponto de encontro eram as charutarias, as papelarias, como a *M. e Mme. Bouvoir* e, principalmente, os armarinhos, que recebiam as damas da Corte em busca de aviamentos para os seus vestidos de baile, assim como eram procurados por moças humildes que se satisfaziam com adereços mais simples. Disse França Junior que o *Armarinho do Godinho* recebia gente do Catete e da Gamboa e que esse conagraamento de “dois povos (...) muito tem contribuído para o progresso do Rio de Janeiro”¹⁴³, referindo-se, muito embora, ao gosto. Assim é que “quem quiser saber dos hábitos, gostos, tendências, profissões, política e até da idade de qualquer indivíduo, consulte a loja que ele freqüenta na rua do Ouvidor”¹⁴⁴.

Por esse beco sujo que resumia a vida nacional, transitavam capitalistas, políticos, jornalistas, literatos, damas da sociedade, funcionários públicos, mas também *cocottes*, moças do subúrbio, moleques vendedores de jornais, comerciantes, caixeiros, empregados, operários e os famosos boêmios.

Essa democratização do mais importante espaço público da cidade, da Corte, atesta talvez mais que tudo, a valorização da rua na década de 1880 porque nela se exibem as mulheres da boa sociedade. A Casa foi para a rua e nela, sem se misturar muito embora, esbarrava com a ralé, mas também com políticos grados e

¹⁴¹ Ibid., p. 42.

¹⁴² França Junior, “A Rua do Ouvidor” in *Folhetins*, p. 15.

¹⁴³ Ibid., p. 18.

¹⁴⁴ Ibid., p. 19.

com a Cidade das Letras. A rua, agora, tem até “adoradores”, como revelou Valentim Magalhães.

A sua fisionomia variava no correr do dia. Coletando as observações de França Junior, Valentim Magalhães e Coelho Neto¹⁴⁵, podemos surpreendê-la desde a madrugada, por volta das 4 horas quando por ela passavam aqueles que iam abastecer a cidade com suas carroças de legumes, verduras, frutas, ovos, pães e jornais. Coelho Neto afirma que, nesse horário, era usual ver-se algum rebanho descer a rua em direção à Praia do Peixe.

Às seis horas, chegavam os cozinheiros com seus cestos de compras e também o carroção do lixo que, segundo Coelho Neto, limpava as casas e sujava a rua, enquanto os caixeiros varriam as lojas. França Junior traz pelos bondes de Botafogo passageiros silenciosos e muito vermelhos que vêm lendo: são os ingleses e alemães. Nessa hora, vacas leiteiras seguem caminho, o que “dá à rua o tom ridículo de viela de aldeia”¹⁴⁶. Também é o momento do desfile de “sujeitos magros e amarelos”¹⁴⁷, de “anêmicos”¹⁴⁸ que voltam do banho de mar, das duchas do Eiras.

Passam depois, as donas de casa mais simples que vêm se abastecer, as costureiras que chegam para as oficinas, os moleques pregoeiros e os caixeiros. Às oito horas, é a vez dos funcionários públicos e às nove, dos estudantes.

A partir das dez horas, a rua vai adquirindo sua fisionomia polida com a chegada dos patrões, dos capitalistas com seus “ventres apostólicos” e “botinas rinchadeiras”¹⁴⁹, dos profissionais liberais, todos com o almoço já digerido: “é o mundo burguês que a ocupa (...) vão digerindo o seu jornal e o seu almoço (...)”¹⁵⁰.

Meio dia começa o desfile das elegantes. As lojas se enchem, os boatos circulam. Descreve Valentim:

A gente é outra.
Chegam os primeiros adoradores [da rua].
Os bondes começam a despejar (...) a melhor água dos arrabaldes fidalgos.
Vão chegando os *blasés*, os ricos, os ociosos, os célebres.

¹⁴⁵ França Junior na crônica “Bonds” inserida em *Folhetins*; Valentim Magalhães na citada “Demoiselle Ouvidor” e Coelho Neto em *A Capital Federal*.

¹⁴⁶ Valentim Magalhães, “Demoiselle Ouvidor”, in *Horas Alegres*, p. 126.

¹⁴⁷ França Junior, “Bonds” in *Folhetins*, p. 148.

¹⁴⁸ Coelho Neto, *A Capital Federal*, p. 110.

¹⁴⁹ Valentim Magalhães, op. cit., p. 128.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 127.

(...)
 Emergem subitamente *cocottes*, picando a onda serena e honesta da burguesia (...).
 Os armarinhos escancaram-se vorazmente sobre as famílias abastadas (...) inocentíssimas [moças], com um casal de velhos atrás e alguns pequeninos, muito *emboncados*, à frente.
 (...)
 O Brasil ... que digo? — o mundo está neste beco!
 (...)
 E pedi, pedi o que desejais.
 Um grande poeta? O maior poeta do mundo? Ali, naquela livraria.
 O maior poeta do Brasil? Acolá, naquela esquina.¹⁵¹

Coelho Neto acentua essa mistura de gentes que toma a rua até às cinco da tarde: “A desfilada — a elegância, o espírito, o trabalho, o vício, a miséria. O Rio manda a sua embaixada diurna que passa em promiscuidade fantástica (...).¹⁵²

Depois das cinco, o povo da rua se recolhe: as mulheres com seus embrulhos tomaram o bonde de Botafogo, os operários deixaram os arsenais e as fábricas. Os funcionários públicos já haviam terminado seu expediente às três horas e circularam ainda um tempo pela rua. Todos ganham suas casas para o jantar na hora em que os atores vêm almoçar. Os “profetas” acendem os lampiões a gás e os caixeiros, trepados em cadeiras, iluminam as lojas.

No final da noite, aparecem os freqüentadores dos teatros, centrados quase todos eles, o *São Pedro de Alcântara*, o *Lucinda*, o *Recreio*, no Rocio (ou Praça da Constituição). É para aí que os boêmios transferem suas atividades, enchendo os restaurantes, especialmente, o *Maison Moderne* e as tavernas, acompanhados das atrizes. Naquela praça ficavam o Ministério da Justiça, o *Club Naval* (onde foi fundado o *Club Militar* em 1887), o *Derby Club*, o *Hotel Itália* e as estações de bondes para Vila Isabel e Jardim Botânico. Também nela estava alojada uma tropa de cavalaria, cujas cocheiras davam para o Largo de São Francisco. Num dos ângulos do Rocio ficava a Travessa da Barreira (hoje, rua Silva Jardim), famosa pela Fonte das Boiotas, cujas águas eram procuradas para a cura de diversas moléstias e que desaguavam no Beco do Piolho (hoje, rua da Carioca). Seu nome vem da barreira da olaria dos franciscanos do Convento de Santo Antônio¹⁵³. Era nessa travessa que ficava a *Academia Francesa de Ginástica*, onde se deu a conturbada conferência de Silva Jardim de 30 de dezembro de 1888.

¹⁵¹ Ibid., p. 128-130.

¹⁵² Coelho Neto, op. cit., p. 110.

¹⁵³ Informações retiradas de Brasil Gerson, *História das Ruas do Rio*, capítulo “O Velho Rocio”.

Nessas horas que medeiam entre a agitação do dia e o teatro da noite, a rua é triste, “sem alma”, segundo Valentim. O *flâneur* tenta ainda encontrar quem lhe pague o jantar. Nos cafés, os fregueses já raros se debruçam “sobre a leitura dos jornais do dia, amarrotados por muitos olhos e muitas mãos e cobertos de manchas amareladas, cheirando a café.”¹⁵⁴ À noite, é a vez dos bilhares. A rua é povoada, então, pelos “bilontras, cabulas, capoeiras, capadócios, caftens, cambistas, secretas, bate-carteiras.”¹⁵⁵

O ambiente reanima-se na hora dos espetáculos, enquanto as redações dos jornais fervilham de atividade. Nas suas portas discutem-se as notícias do dia. Os cafés ficam então cheios desse outro público.

Nos sábados, a rua mantinha sua agitação frenética. Assim a retratou Medeiros e Albuquerque:

O que ela era nesses dias [entre 1884-1889], do Largo de São Francisco até a rua do Ourives, não se pode hoje avaliar.

Todas as comunicações da cidade para aí se dirigiam (...). A circulação inteira da cidade convergia assim para aí e daí radiava.

(...)

Aos sábados, a Rua do Ouvidor parecia uma igreja em dia de festa. Pode-se dizer que não se circulava livremente. Não havia quase espaços desocupados.¹⁵⁶

Já no domingo, sua fisionomia toda se modificava, “perde o chic”, vestindo-se “à saloia”. Depois dos carroções de lixo, vinha o desfile de cestos — os “bichos de cozinha” — e as “baratas de igreja” com seus terços e as “Horas Marianas”. E Valentim continua sua descrição: “Passam depois as famílias que vão ‘à praça’ ou voltam dela, acompanhadas de criados ou ‘ganhadores’ carregados de enormes cestos pantagruélicos. (...) Magotes de marinheiros (...) passeiam a sua *touca*. Burgueses pançudos, donos de casas comerciais, vão com as mulheres e as filhas visitar os confrades aos arrabaldes.”¹⁵⁷

Assim era a rua do Ouvidor, a pequena grande artéria da vida nacional, por onde perambulava todo o tipo de gente, vitrine da moda, das idéias, dos acontecimentos, lugar de exibição dos talentos, da boêmia, das celebridades. Era um tambor cujos ecos eram ouvidos em todo o país. Então, o que aí acontecia, quem aí se projetasse, ganhava visibilidade nacional. E como freqüentá-la se fez

¹⁵⁴ Valentim Magalhães, op. cit., p.143.

¹⁵⁵ Ibid., ibidem.

¹⁵⁶ Medeiros e Albuquerque, op.cit., 71-72.

¹⁵⁷ Valentim Magalhães, op. cit., p. 136-138.

um hábito diário, como nos disse o cronista da *Revista Ilustrada*, era ela um especialíssimo “lugar de solidariedade” das figuras da sociedade, da política, das letras e das finanças. Explica França Junior: “O Rio de Janeiro, pode-se dizer sem hipérbole, resume-se na rua do Ouvidor. (...) Nos bailes, nos teatros, nos passeios, por toda a parte encontram-se sempre as mesmas caras.¹⁵⁸” E aconselhava ele: “Quem quiser que uma mentira ou um dito maligno percorra com rapidez elétrica toda a cidade, nada mais tem a fazer que transmiti-lo àquela assembléia [da *Confeitaria Castelões*], das três às quatro da tarde.¹⁵⁹”

Também as desavenças pessoais das notoriedades deviam buscar esse palco para repercussão. A *Revista Ilustrada* relata esse fenômeno: “porque esses provocadores, em geral, escolhem para campo de batalha a rua do Ouvidor, e o negócio liquida-se sem conseqüências, com palavras e insultos ou golpes inofensivos de bengalas ou guarda-chuvas, o que muito diverte os que presenciam.¹⁶⁰”

Assim é que ela se fez um hábito dos cariocas, como descreve a “Crônica do Chic” da mesma *Revista Ilustrada*:

Ah! Rua do Ouvidor!

(...)

(...) Tudo isso se vai vendo de passagem, junto ao encontro, a cada passo, de um amigo que nos diz uma boa palavra, de um conhecido que nos aperta a mão, de outra pessoa a quem precisávamos perguntar qualquer coisa, faz com que a rua do Ouvidor se imponha, quer queiram quer não.

E cada qual entre os seus hábitos ou as suas necessidades, pode acrescentar, o pagar um tributo de solas, à rua da moda, à artéria principal da circulação da nossa cidade.

E o hábito inveterou-se de tal sorte, que se um dia deixamos de lá passar, falta-nos alguma coisa, como a um crente que se esqueceu de fazer o sinal da cruz (...).¹⁶¹

Já França Junior retrata o peculiar *flaneur* que se abastece da rua:

Ninguém dirá, por exemplo, que seja um vadio comum o que passa todo o dia na rua do Ouvidor, vendo, ouvindo, contando. À porta das confeitarias, dos charuteiros e dos cafés ele habilita-se praticamente para falar de política, de letras e de artes e adquire grande cópia de conhecimentos, superficiais é verdade, porém variados, acerca dos homens e das nossas coisas.

¹⁵⁸ França Junior, “Parece Estrangeiro” in op. cit., p. 649-650.

¹⁵⁹ França Junior, “A Rua do Ouvidor” in op. cit., p. 17.

¹⁶⁰ Ângelo Agostini, “Uma Explicação” in *Revista Ilustrada*, 22 de outubro de 1887. O caso em pauta foi o da agressão do “redator de *Novidades*”, provavelmente Alcindo Guanabara, a Valentim Magalhães.

¹⁶¹ *Revista Ilustrada*, 19 de junho de 1886.

Quereis saber, por exemplo, quem é o Sr. Afonso Celso, o Sr. João Alfredo ou que pretende fazer o Sr. Paulino, perguntai a algum desses vadios. Ele responderá a todas as vossas interrogações com artigos de jornais, jornais que não leu, com documentos valiosos, documentos que não compulsou e sobretudo com observações que não são suas.¹⁶²

Registremos ainda, porque precioso, esse retrato conciso de Coelho Neto:

A r. do Ouvidor é trêfega. Durante o dia toda ela é vida e atividade, faceirice e garbo (...) aqui, picante; além ponderosa; sussura um galanteio e logo emite uma opinião sisuda, discute os figurinos e comenta os atos políticos, analisa o soneto do dia e disseca o último volume filosófico. Sabe tudo — é reporter, é *lanceuse*, é corretora, é crítica, é revolucionária. Espalha a notícia, impõe o gosto, eleva o câmbio, consagra o poeta, depõe os governos, decide as questões à palavra ou a murro, à taponia ou a tiro (...).¹⁶³

3.4.2

A Cidade do Rio de Janeiro

Na época que nos compete tratar, a década de 1880, a cidade do Rio de Janeiro, sede política do país, já se tornara há muito o seu centro econômico, financeiro e cultural. Intermediando os recursos da economia cafeeira, ligava-se a todo o país quer pela rede ferroviária, quer pela navegação de cabotagem, ou ainda pelas estradas. São vias de acesso que fizeram da cidade o maior centro comercial do Brasil.

Na década de 1880, o porto do Rio de Janeiro vai perdendo o predomínio da exportação do café em decorrência do declínio da agricultura do Vale do Paraíba¹⁶⁴. A produção do Oeste Paulista, que se lhe substitui em pujança, procurará o porto de Santos para escoamento da sua produção. Mas essa redução da atividade exportadora será largamente compensada pelo incremento da importação como resultado do crescimento populacional da cidade e da imigração.

Realmente, a população do Rio de Janeiro quase dobrou de 1872 a 1890, passando de 274.972 habitantes para 522.651, contando-se nesse último caso, a população regular e a flutuante. Esse fato se explica pelo afluxo de libertos e imigrantes o que deu ao Rio uma singular característica: mais da metade de sua

¹⁶² França Junior, “À Janela” in op. cit., p. 423.

¹⁶³ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 58.

¹⁶⁴ Toda esta seção da tese foi composta sobre os estudos quantitativos de Eulália Maria L. Lobo, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, especialmente pelo volume 2. Em decorrência da Abolição, o comércio do café sofreu uma queda de 50%, compensada pela valorização dos seus preços no mercado internacional.

população era composta de pessoas de fora. Dos estrangeiros, o maior contingente foi representado pelos portugueses.

Entre os dois censos, nota-se um incremento considerável dos setores secundário e, muito especialmente, do terciário, após 1881, em função do aumento da população e da expansão da infra-estrutura de transportes e comunicações, fatos que fizeram da cidade o maior mercado consumidor do país. Na década de 1880, os portugueses foram perdendo a hegemonia de que gozavam na propriedade fabril para nacionais e outros estrangeiros. Entretanto, no setor do comércio, a presença deles era marcante.

A formidável expansão do setor terciário que absorvia o maior contingente da população ativa da cidade se assentou sobre o crescimento do comércio e do número de profissionais liberais. A mão de obra empregada na atividade mercantil cresceu em aproximadamente 200% de 1872 a 1890, enquanto os profissionais liberais passaram de 2383 a 7133 entre aquelas datas.

A cidade do Rio de Janeiro liderava igualmente o setor das finanças por sediar o Banco do Brasil, a maior Bolsa de Valores do país e as principais casas bancárias nacionais e estrangeiras.

A nova estrutura produtiva do centro dinâmico do capitalismo, ocorrida por volta de 1870, resultou, dentre outros fatores, numa ampliação dos recursos de capital para investimento e em superproduções crônicas como a que levou à “Grande Depressão”, iniciada em 1873. Em decorrência, operou-se uma intensa evasão de capitais europeus para as áreas periféricas em busca preferencialmente de empréstimos governamentais, mas também de aplicação em infra-estrutura de transporte e comunicação, além do incremento de indústrias extrativas e de beneficiamento de matérias-primas.

Esse influxo de capitais foi acompanhado da exportação de costumes e padrão de vida europeus. O conjunto desse novo cenário desestabilizou as regiões periféricas ao sistema, do que se ressentiu especialmente a América Latina.

No Brasil, tais fatos provocaram a instalação de ferrovias, a melhoria dos portos do Rio de Janeiro e Santos e das comunicações. O comércio foi impulsionado pela crescente demanda européia por matérias-primas e pelo aumento das importações. Esse novo quadro econômico e financeiro vai abalar o

regime imperial incapaz de responder ou de se adaptar às exigências de um progresso rápido¹⁶⁵.

A partir de 1886, o país parecia ter saído da crise cambial que o assolava desde 1875, crise dinamizada pela seca de 1877-1878. Tratava-se de uma euforia sem base sustentável visto que o afrouxamento se devia ao aporte de capital estrangeiro de empréstimo — um em 1886 e outro em 1888. Os últimos três anos da monarquia assistiram a uma explosão de novas companhias industriais e comerciais, com ativação da Bolsa e elevação de capital dos bancos.

O aumento do valor das exportações e a pressão provocada pelo assalariamento em decorrência da progressiva libertação dos escravos levou o mercado financeiro a exigir a ampliação da quantidade de papel moeda. Foi o que fez a lei monetária de 1888 autorizando três bancos — o Banco Nacional do Brasil, o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio — a emitir moeda sob lastro ouro. Essa lei previa um regime de plena conversibilidade facilitada por vultosos empréstimos externos para socorrer a lavoura e pela alta do café.

O sistema bancário nacional passou a intermediar o empréstimo à lavoura, criando-se um ambiente favorável à especulação. Outros bancos exigiram também a prerrogativa emissora, elevando ao triplo seus capitais com promessas de lucros fabulosos. O “Retrospecto Comercial” do *Jornal do Comércio* de 18 de dezembro de 1889 dá-nos esse panorama estarrecedor: “Títulos houve (...) que subiram 30% num dia e 150% num mês. A cada passo se anunciavam fortunas feitas em poucas semanas, às vezes em poucos dias.”¹⁶⁶ Alguns fazendeiros destinaram à especulação o dinheiro obtido pelo empréstimo à lavoura. A proclamação da República sustou esse processo especulativo, mas para cair, logo em seguida, no *Encilhamento*.

Pela sua centralidade, o Rio ressentia-se mais fortemente das mudanças que se operavam no país: urbanização crescente, ativação cultural e da infra-

¹⁶⁵ Para informações e interpretações sobre as inovações provocadas pela 2ª Revolução Industrial e seus reflexos sobre a periferia do sistema capitalista, drasticamente reduzidas nos parágrafos acima, consultar, dentre outros: Eric J. Hobsbawm, *A Era do Capital*; Geoffrey Barraclough, *Introdução à História Contemporânea*; Paul Singer, “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional” in *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 8; Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*; Caio Prado Junior, *A História Econômica do Brasil*; Richard Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*.

¹⁶⁶ Apud Maria Bárbara Levy, *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, p. 146.

estrutura das cidades. Por força da atração que exercia, recebeu o talento provincial, uma considerável massa de imigrantes e libertos.

Fato notável — e prenhe de conseqüências — do extraordinário aumento da população do Rio de Janeiro foi o crescimento dos setores médios: profissionais liberais e funcionários públicos, apesar da redução do número de militares e de membros do clero em relação ao censo de 1872. Entretanto, deve ter ocorrido escassez de profissionais se levarmos em conta a taxa de crescimento da população em 4,4%. O que nos interessa sobremaneira é que se somamos a estes setores o dos capitalistas e o dos grandes proprietários temos um incremento considerável de um público leitor, ou potencialmente leitor.

Apesar da redução do número de pessoas classificada na categoria “sem profissão definida”, um resultado da expansão dos setores secundário e terciário da economia, esse grupo compunha um quinto da população total da cidade. Eram trabalhadores mal remunerados, sem ocupação fixa, vivendo de biscates e que, nessas condições, bem poderiam ser tidos como as “classes perigosas”, termo muito embora em uso na primeira metade do século XIX¹⁶⁷.

Essa população marginal vivia toda ela na Cidade Velha, onde disputava serviços esporádicos e onde espalhava o medo e o escândalo com seus costumes desregrados, suas bebedeiras e brigas. Anote-se ainda para melhor se visualizar esse quadro, que havia um predomínio de população masculina na cidade, o que se refletia na baixa nupcialidade e natalidade. Chegou-se a calcular em 20.000 o número dos perigosos capoeiras às vésperas da proclamação da República. Toda essa gente cruzava nas vias públicas com as pessoas gradas e com os remediados recatados, com os intelectuais, os políticos e mesmo com as senhoras de sociedade que diariamente perambulavam pela rua do Ouvidor.

A expansão populacional do Rio de Janeiro veio agravar os seus já crônicos problemas de abastecimento de água, de falta saneamento e de habitação¹⁶⁸. A insalubridade da cidade era notória, provocando a recorrência de doenças como a febre tifóide, o empaludismo, a varíola, a febre amarela, o que as

¹⁶⁷ José Murilo de Carvalho assim os discrimina: “ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes” (Op. cit., p. 18).

¹⁶⁸ O problema era de tal ordem que uma lei de dezembro de 1882 concedeu isenção de impostos de importação para empresas que se dispusessem a construir casas populares, o que provocou um surto desta atividade no Rio de Janeiro.

suas áreas pantanosas tornavam endêmico. No verão, os ricos, a família imperial e o corpo diplomático subiam a serra em direção à Petrópolis. Comenta França Junior que a rua do Ouvidor ficava de “de crista caída durante três meses” e que naquela cidade serrana, neste período do ano, não se ouvia português, só francês e, às vezes, inglês¹⁶⁹.

Mas nada disto diminuía a atração que exercia o Rio de Janeiro sobre o país. Era o seu centro cosmopolita em contato direto com a produção material e espiritual da Europa e das Américas que, através dele, se irradiava para toda a nação.

O fenômeno do inchamento das camadas médias letradas foi aqui significativamente mais sentido. Esse setor compunha com membros da antiga elite uma sensação de marginalização em relação às possibilidades de colocação no aparelho do Estado, que antes os absorvia, mas que não tinha agora mais elasticidade para acompanhar o ritmo de crescimento da população. Tal demanda insatisfeita forjava um sentimento de frustração e de animosidade em relação ao regime.

À exceção dos membros da antiga e da nova camada agrária economicamente favorecida, mas não contemplada com posições no quadros da burocracia, os outros agentes sociais insatisfeitos — capitalistas, setores médios e camadas populares — tinham em comum a desvinculação do controle senhorial dos proprietários rurais ou pelo menos de sua influência direta. A sociedade adquiria uma complexidade não prevista pelos construtores do Império.

3.4.3

A Democratização pelo Transporte

Toda essa concentração na rua do Ouvidor, paradoxalmente ampliando a esfera pública, foi possível pelo uso generalizado dos bondes como meio de transporte para o centro da cidade.

Os contemporâneos perceberam a dimensão das mudanças que ele veio a provocar. França Junior ressalta sua influência sobre a vida familiar: “o bond revolucionou a família.” Antes, os pais saíam às nove horas para o trabalho e às três estavam de volta. Em casa, a família reunida, sob a direção atenta da esposa, o

¹⁶⁹ França Junior, “Friburgo e Petrópolis” in op. cit., p. 197.

aguardava. Depois do advento do bonde, quando o marido chegava, já não encontrava mais a esposa e a filha. A família só se via no jantar, quando o assunto eram as compras na rua do Ouvidor. Depois dele, o pai saía para um passeio e as mulheres para as visitas. Projeta o cronista uma sociedade futura na qual as mulheres estarão discutindo política à porta do *Castelões* ou lendo jornais na Praça do Comércio. É com essa graciosa imagem que critica: “Antes do trilho urbano, a mulher era a rainha do lar. Hoje, porém, trocado o cetro da realeza pelo barrete frígio da democracia, percorre a rua como qualquer um de nós, e vai conquistando palmo a palmo as prosaicas prerrogativas do sexo feio.”¹⁷⁰”

Essas alterações significativas na “Casa”, modificando as rígidas relações que marcaram a sociedade brasileira até meados do século XIX, vazam para o público. O mesmo cronista vê bem o ponto de inflexão: “E o Rio de Janeiro, graças aos bonds, vive no meio da rua, contente e descuidoso, como um garoto napolitano.”¹⁷¹”

Na crônica acima percebe-se um sentimento de democratização da sociedade que decorre do transporte comum. Em artigo de 1º de abril de 1882, as “Crônicas Fluminenses” da *Revista Ilustrada* registram: “O bond nivelou todos no mesmo progresso, sexos e gerarquias.” É num bonde lotado para a festa da Glória que o ilustrador da *Revista* quis comunicar o efeito do 13 de Maio: nele, vai espremido entre negros, desconfortavelmente enfiados, um senhor branco¹⁷² (fig. 5).

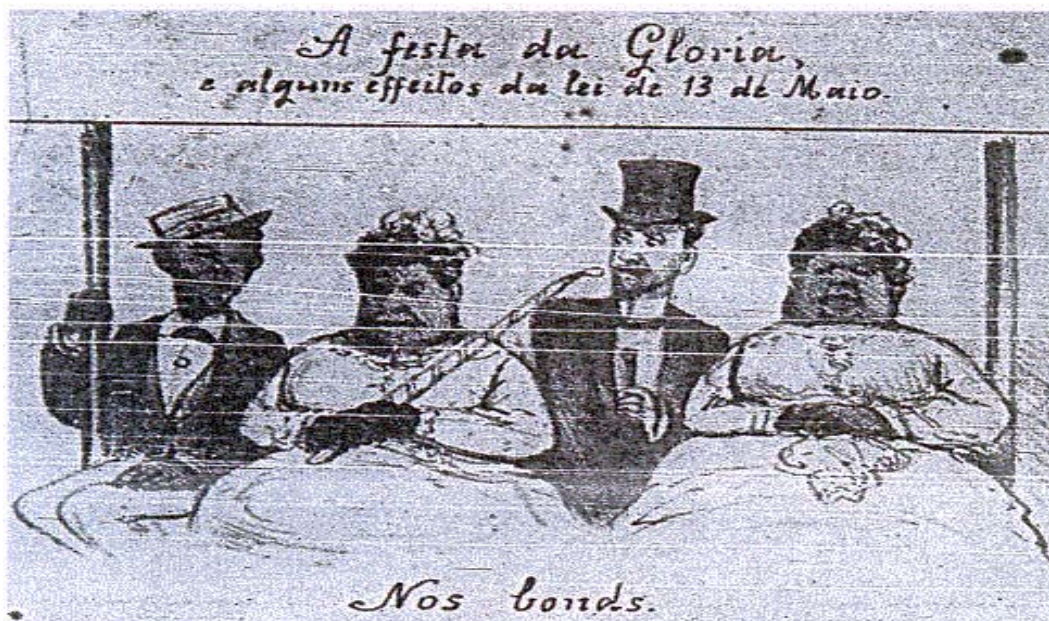


fig. 5

Sem dar mostras do que fazes, tu vais passando a rasoura nos preconceitos e pondo todas as classes no mesmo nível. Tu és um grande Socialista, ó *bond* amável!

(...) Assim, nos teus bancos, acotovelam-se as classes, ombreiam as castas, flanqueiam-se a opulência e a penúria; sobre os teus assentos esfregam-se igualmente os impecáveis fundilhos das calças dos janotas e os fundilhos remendados das calças dos operários (...). Tu és um grande apóstolo do Socialismo, ó *bond* modesto! Tu destruístes os preconceitos de raça e de cor (...). E, além disso, amo-te porque és, juntamente com o café, o que era nas antigas povoações selvagens o *cachimbo da paz* — o veículo da hospitalidade e da sociabilidade.

Ó *bond* conagraçador! Tu fazes mais do que nivelar os homens — tu os obriga a ser polidos, tu lhes ensinas essa tolerância e essa boa educação, que são os alicerces da vida social ...¹⁷³

3.5

As Celebriedades da Rua

E quais os tipos, as profissões, os nomes que foram, na década de 1880, consagrados na rua do Ouvidor? Os famosos eram objeto de admiração, eram apontados na rua, tinham a glória da nomeada. Descreve Valentim Magalhães: “vultos estacionados às portas [dos jornais] conversam gesticulando, discutem-se coisas do dia, ri-se, apontam-se as celebridades de rua, de palco ou de gabinete, que vão passando”¹⁷⁴.

Dessas celebridades as que causavam maior *frisson* eram os literatos, principalmente os poetas. Os escritores eram assediados nas ruas pelos seus pares em início de carreira como ídolos e também pelos seus leitores ou pelos que os conheciam por sua condição de pessoas cultas e até pelas mulheres como objetos de adoração. Mas mesmo gente simples sabia distingui-los em razão da fama de que desfrutavam.

Raul Pompéia descreve uma fabulosa festa de formatura no colégio Ateneu, tão importante fora ela naquele ano que teve a presença até da Princesa Regente e do seu marido. Quase todo o escol da sociedade se apresentou e mais jornalistas, literatos, pintores e compositores. Entretanto, para os alunos “nada disso era o grande atrativo, nada conseguia altear-se para nós um palmo na perspectiva geral da multidão; o nosso grande cuidado era o poeta, o ‘poeta!’ murmurava o colégio, uns à procura, outros indicando.”¹⁷⁵

¹⁷³ Olavo Bilac, “O Bond”, artigo de “Crítica e Fantasia”, recolhida in *Obra Reunida*, p. 435-439.

¹⁷⁴ Valentim Magalhães, “Mademoiselle Ouvidor” in *Horas Alegres*, p. 143.

¹⁷⁵ Raul Pompéia, *O Ateneu*, p. 136.

Na pele da personagem Anselmo, Coelho Neto conta seu deslumbramento quando pela primeira vez viu Aluísio Azevedo na rua do Ouvidor: “o escritor que ele seguia de longe, enamorado”¹⁷⁶. Também foi nessa rua que Medeiros e Albuquerque diz que conheceu toda a grei dos boêmios: “Aí eu vi de perto quase toda a boêmia literária da época (...). Mas conheci-os de longe, sem nenhuma intimidade.”¹⁷⁷

Provocavam eles paixões nas mulheres que disputavam um olhar, um galanteio. Coelho Neto lembra a figura de Guimarães Passos que causava temor às mães: “as janelas se cerravam sobre o rosto das donzelas quando ele aparecia guapo, o olhar fito, pisando com solenidade heróica a laje das calçadas.”¹⁷⁸. Na década de 1880, ficaram famosos os boêmios da roda de José do Patrocínio¹⁷⁹ que os reuniu na redação da *Cidade do Rio*: Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet, Guimarães Passos, Coelho Neto, Paula Ney. Também freqüentaram essa gente, Raul Pompéia e Manoel Bomfim.

O tipo acabado do boêmio da época foi Paula Ney. Era jornalista, mas não foi poeta ou escritor como os outros. Todos procuravam a delícia da sua companhia. Era figura conhecidíssima das ruas do Rio pela sua vivacidade, participação em todos os eventos da cidade e pelo espírito *blagueur* que para tudo tinha um *mot d'esprit*. Personagem onipresente na vida intelectual e farrista da cidade. Era um prosador invejável: “Sou um folhetinista oral: a rua do Ouvidor é o meu rodapé.”¹⁸⁰ Tinha plena consciência de seu papel e lugar na vida social e intelectual do Rio. Sobre ele — “o dissipador de gênio” —, Coelho Neto escreveu *Fogo Fátuo*, onde reproduz essa observação que sobre si mesmo fez Paula Ney:

Essa gente, por aí, admira-me, paga-me bebidas, jantares; as mulheres convidam-me para a alcova; as mães atiram longe a meada de Penélope, propõem-me escândalos, tudo por quê? Porque falo. A Câmara, entretanto, que é o lugar onde a palavra vale alguma coisa, essa fecha-me as portas. É assim, meu velho. Sou o bobo da cidade.¹⁸¹

¹⁷⁶ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 4.

¹⁷⁷ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 72.

¹⁷⁸ Apud A L. Machado Neto, op.cit., p. 178.

¹⁷⁹ Medeiros e Albuquerque expressa uma opinião corrente em alguns setores de que embora promovesse os jovens talentos, Patrocínio os corrompia. No caso do memorialista, havemos que descontar a antipatia dele, como republicano convicto, pelo “tigre da abolição” que, no 13 de Maio, se converteu ao monarquismo.

¹⁸⁰ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 200.

¹⁸¹ Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, 23.

Nos dois romances biográficos da boêmia da década de 1880 — *A Conquista* e *Fogo Fátuo* — Paula Ney destoa do grupo por reprovar o republicanismo dos colegas. Talvez seja índice de suas posições o fato de que tinha “escritório” no Castelões, reduto dos românticos. No entanto, uma pequena nota da coluna “Ecos da Semana” de 26 de março de 1882 da *Revista Ilustrada* diz que “O Sr. Paula Ney não cumprimenta S. M o imperador”. Imperador que ele defende junto aos colegas de boêmia, subscrevendo a propalada tese da imaturidade do brasileiro para uma República.

Aqueles romances descrevem com vivacidade a vida dissoluta e de dispersão daquela geração boêmia. Acordavam sempre tarde das noites frequentes e logo iam para a rua do Ouvidor, dividindo-se entre o *Cailtau* e o *Pascoal*, onde tentavam descolar de um admirador ou de um desprevinido o almoço. Segundo Coelho Neto, Paula Ney arranhou um secretário, rapaz imprestável para qualquer ofício conseqüente, pagando-lhe o “salário” com a divisão das áreas de tunga da cidade. Ou melhor, entregou-lhe toda a cidade e mais Niterói e reservou para si a rua do Ouvidor. Reclama o seu secretário: “Fora da rua do Ouvidor não há salvação. Dá-me, ao menos, o *Pascoal* das cinco às seis. É a hora da onça beber água. Não peço mais.”¹⁸² Para Paula Ney o lugar dos homens de letras no Brasil era a rua do Ouvidor ou o botequim¹⁸³.

Sonhavam em reproduzir aqui a Paris retratada em *Scènes de la Vie Bohème*, memórias de grande sucesso de Henri Murger. Costumavam dividir com colegas a moradia e trabalhavam nos jornais que se abriam à contribuição literária, mas freqüentemente desempenhavam também a função de jornalistas. Julgavam-se seres à parte, talentos desperdiçados. Nos seus poemas, romances, contos e artigos atacavam as instituições monárquicas que entendiam como retrógradas e mesquinhas. Podendo gozar de uma situação confortável em virtude do nível de instrução que tinham, escolheram a companhia das musas e o combate nos jornais e nos comícios. Deram vida e *glamour* aos cafés e confeitarias, reinando na rua do Ouvidor. A expansão da imprensa e o crescimento de camadas médias letradas aumentaram as oportunidades literárias, criando as condições para uma verdadeira vida boêmia, desvinculada da boa sociedade e totalmente entregue ao cultivo das

¹⁸² Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 70.

¹⁸³ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 200.

letras e, no caso deles, também da luta política. Da intensidade com que viveram esse tempo nunca se esquecerão¹⁸⁴.

Viviam da imprensa, quando estavam empregados. Sempre mal vestidos, exceto Guimarães Passos que impunha moda na cidade com sua lapela sempre florida. Esse era imitado pelos moços e todos disputavam a companhia do famoso poeta de “O Lenço”. À noite, freqüentavam os teatros e as atrizes, dispersando-se pelos restaurantes do Rocio, ao que emendavam, já de madrugada, passeios à Tijuca ou ao Jardim Botânico, recolhendo-se, onde pudessem, já altas horas, sempre muito alcoolizados ou até drogados pelo absinto.

Alguns desses literatos tinham contato com a paralela boêmia das Belas Artes, retratada por Gonzaga Duque em *Mocidade Morta*. Esta freqüentava a confeitaria *Havanesa* da rua Uruguaiana, mas também podia ser vista no *Cailteau*. Referindo-se, por exemplo, o biógrafo dessa gente a um desafeto seu, lembrava: “e afinal encontrava o biltre na vagabundagem da rua do Ouvidor!...”¹⁸⁵

Os boêmios literatos condensavam em si a ambigüidade de sinais que a rua passava a emitir na década de 1880. Eram desordeiros, eram pessoas de costumes poucos recomendáveis para a boa sociedade. Entretanto, devido ao nível cultural deles — membros que eram da Cidade das Letras, muitos deles com curso superior — eram respeitados e o que é mais... admirados! As mães os temiam mas as filhas os adoravam e com eles sonhavam! Seria então o caso de que a desordem, quanto culta, tem um lugar na civilização? Um dos pensionistas da casa de Madame Brizard, por exemplo, manifesta em relação a eles um sentimento que não é o de repúdio, mas que também não o de aceitação, quando exterioriza: “Receio a convivência dos literatos que formigam por aí, esfarrapados e bêbados.” Entretanto, a sociedade fluminense deles se orgulhava.

Toda essa gente, intelectuais, políticos, jornalistas, literatos, veio a constituir a já bastante estudada “Geração 70”, que abraçou com entusiasmo as “idéias novas”, especialmente, o cientificismo, com suas derivações teóricas no positivismo, evolucionismo, anticlericalismo, ateísmo, criticismo, realismo, materialismo, republicanismo e, de certa forma, abolicionismo, trazendo para a

¹⁸⁴ Além de artigos de Olavo Bilac e dos romances de Coelho Neto citados nessa tese, ver também *Mocidade Morta* de Gonzaga Duque e *A Boêmia do Meu Tempo* de Leôncio Correia.

¹⁸⁵ Gonzaga Duque, *Mocidade Morta*, p. 76.

esfera pública a discussão de todos os assuntos. Repensou ela a realidade nacional com os instrumentos das idéias importadas.

Aqui o que nos interessa discutir é a alegada alienação dessa gente. De fato, comparando-se com o nacionalismo dos românticos, tinha aquela geração um sentido mais agudo do nosso atraso, da letargia da nossa sociedade, o que atribuíam ao sistema político e ao monarca, ao escravismo e, por vezes, ao sistema de propriedade da terra, tudo isso esclerosado em fórmulas superadas, enquanto nutriam eles um deslumbramento com os avanços da “civilização”. Se consentiam alguns na benfeitoria do regime monárquico para a garantia, em tempos difíceis, da unidade nacional, era ele, agora, responsável pela estagnação do país, isolado, longe do fluxo progressista que varria, célere, o Ocidente. Impugnavam ao imperador um desejo de “inércia”, bloqueando as reformas necessárias e inevitáveis para alçar o país ao “nível do século”.

Conheciam as teorias que respaldavam o progresso nos países avançados e gostariam de adaptá-las às nossas necessidades e urgências. Inovavam nas ferramentas de análise, mas não nos temas, que foram recolher no repertório liberal. E exatamente por isso tinham eco na sociedade. Foram, ao contrário, combativos e polemistas, chamados por Euclides da Cunha de “os mosqueteiros intelectuais”. A meta era o progresso e a democracia.

Preconizavam o desenvolvimento econômico e material com a introdução da mão-de-obra livre, quer pela abolição da escravidão, quer pela imigração. Pediam a descentralização administrativa com o federalismo. Outras vezes, era na proteção do Estado que viam a superação da “vocação agrícola Brasil” pelo incentivo à sua industrialização. Em demanda mais restrita, bateram-se alguns pela adoção da pequena propriedade. Isto devia ser acompanhado, necessariamente, da democratização da sociedade e do seu esclarecimento com a reforma eleitoral, a supressão dos privilégios sociais ou religiosos — e a conseqüente secularização ampla da sociedade — e pela expansão da instrução pública.

Acontece que a monarquia, entendida como uma fase superada do percurso progressista da História, não podia dar conta dessas reformas inscritas na agenda do Partido Liberal. Mesmo a reforma eleitoral, que veio a se concretizar, acabou por manter os mesmos mecanismos de fraudes e corrupção, inserindo, ademais, na cidadania plena apenas uma proporção diminuta da sociedade. A

Corte mantinha o total controle político e administrativo, centralização que desgostava as províncias, especialmente a de São Paulo, região mais dinâmica do país. Nas províncias se reclamava da ganância da Corte que mantinha com os tributos delas seu luxo, desperdício e clientelismo.

Aluísio de Azevedo coloca na boca de uma personagem do seu romance *O Mulato* uma discussão entre um republicano e um monarquista. Defende o primeiro uma revolução no país, o que seria benéfico para o Maranhão e assim constrói seu argumento: “O alto governo não faz caso das províncias do Norte! a tal centralização é um logro para nós! Ao passo que, se isto fosse dividido em departamentos, cada província cuidaria de si e havia de ir para adiante, porque não tinha que trabalhar para a Corte, a insaciável cortesã!”¹⁸⁶

Ora, federalismo, democracia, instrução pública eram bandeiras do republicanismo que já tinha por si o beneplácito dos ventos da história. Por isso a república era o ideário político de quase todos os intelectuais, com honrosas exceções como as de Joaquim Nabuco, André Rebouças e Rui Barbosa, por exemplo.

Trata-se, portanto, de uma geração profundamente interessada nos destinos da nação, não merecendo a pecha, que algumas vezes se lhes imputa, de imitadores ou de alienados. Explicou Aluísio Azevedo: “Porque dizeis elegantemente que nós desejávamos condenar o Brasil a uma eterna imitação jungindo-o ao carro triunfal da França, quando o que nós dissemos foi que éramos, à força das circunstâncias, arrebatados, malgrado nosso patriotismo e nossa dignidade nacional, pela corrente elétrica de idéias que jorra na França.”¹⁸⁷

Entretanto, os intelectuais se viam como agentes e condição mesma dessas transformações. Para tanto, opinam sobre todos os assuntos, introduzindo-os pela crítica na esfera pública¹⁸⁸.

Caso especial era o da boêmia, maltrapilha, tungadora de almoços e jantares, mas sonhadora e fascinada pela arte das palavras. Frases como essas de

¹⁸⁶ Aluísio Azevedo, *O Mulato*, p. 286.

¹⁸⁷ Apud Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão*, p.79-80.

¹⁸⁸ Dessa nova função da literatura já tinha consciência Quintino Bocaiúva nos idos de 1863. Comentando um romance saído na época, escreveu ele: “Desde que os romancistas fizeram-se filósofos e tomaram a missão de doutrinar as massas, desde que da crítica dos costumes e das paixões humanas ao estudo e ao exame das instituições e das questões políticas, o romance perdeu os caracteres primitivos que o distinguiam e, abrindo-se uma nova classificação literária, transformou os poetas em apóstolos doutrinários e pregadores da seita.” (apud Eduardo Silva, org., op. cit., p. 206).

Olavo Bilac deram uma perspectiva errônea da atuação deles, antes engajada do que alienada: “Podiam os tronos desabar, podiam massacrar-se os partidos, que nós, quando nos dignávamos a olhar para a terra, só a julgávamos merecedora de uma pilhéria.”¹⁸⁹ Também os romances biográficos de Coelho Neto podem induzir a tal distorção pelo retrato daquelas vidas descuidosas, dispersivas e apaixonadas pela arte como bem único.

Mas quem eram eles, nomeadamente? José do Patrocínio, o centro do grupo, teve sua vida voltada à luta abolicionista, como seu mais destacado prócer, pelo menos junto ao público. Desde a Revolta do Vintém seu engajamento político é notório: era republicano e membro ativo do partido para onde levava, insistentemente, a discussão sobre a questão servil. Luís Murat, segundo Coelho Neto, foi apresentado ao grupo na *Maison Moderne* como “o grande poeta republicano”. Quando Paula Ney quis retrucar à convicção do novato de que à Abolição devia se seguir a República, exaltou-se Murat: “A república, sim! — afirmou o poeta assomado. Quer você que continuemos com um rei de burla e com uma freira melomaníaca? Está enganado. Pego em armas, se for preciso.”¹⁹⁰ Também Pardal Mallet é apresentado como republicano em *Fogo Fátuo* numa passagem em que condena Guimarães Passos, este parece que monarquista, bibliotecário na Quinta da Boa Vista e amigo do imperador: “E você não cora de viver no Paço às sopas de um bonzo?”.¹⁹¹

Páginas adiante, o romancista descreve o dia da Proclamação da República, salientando a indignação de Paula Ney por ter sido pego de surpresa, o que achou uma desconsideração com a imprensa. A narrativa de Coelho Neto põe o povo nas ruas, cantando a marselhesa. O tal “secretário” de Ney, entra efusante no *Pascoal*: “Vencemos”, gritava ele. Retruca o boêmio: “Venceram o que, animal? Que diabo venceram vocês?” Responde de pronto o outro: “A tirania. Está proclamada a República. Proclamamo-la agora mesmo, diante do Arsenal da Marinha”¹⁹². O jornalista reclama que ela chegou muito cedo, que o brasileiro ainda não estava preparado para viver nesse regime. Mas é com indignação que registra a indiferença do povo. Teriam sido estas as suas palavras:

¹⁸⁹ Apud A Machado Neto, op. cit., p. 91.

¹⁹⁰ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 160 e 161, respectivamente.

¹⁹¹ Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 224.

¹⁹² *Ibid.*, p. 230.

O embarque do imperador para o exílio é um episódio que nos degrada. Nenhuma voz de protesto! Nenhuma vítima para sacrificar-se pelo mísero velho, um cadáver que ficasse estendido à margem da história, amortalhada na bandeira do Império. Um povo que assim se porta com a tradição (...).¹⁹³

Entretanto, em relação a alguns deles é dúbio o seu posicionamento. O próprio autor, que será bem aquinhoado com a República, devido às suas relações de parentesco com o governador do Estado do Rio de Janeiro, ainda nessa sua solterice, participou efusivamente do 13 de Maio, parece que para espanto de José do Patrocínio. Em certa ocasião, declara que “A República é a democracia e a democracia quer dizer: governo do povo.”¹⁹⁴ Mas quando recebe convite para trabalhar como redator-chefe do falido *Diário Ilustrado*, um periódico ferrenhamente monarquista, compromete-se a “cimentar o trono com a lógica formidável da sua pena.”¹⁹⁵

Lúcia Miguel Pereira diz que, com exceções, os naturalistas foram indiferentes às consequências da Abolição e da proclamação da República e afirma: “nefelibatas a se encerrarem em problemas estéticos e a se alhearem do seu meio (...). O Brasil, que parecera tão ilustre aos românticos, já não interessava tanto aos escritores que o sabiam inculto, quase analfabeto.”¹⁹⁶ Entretanto, comentando a mais importante obra de Aluísio Azevedo diz ela: “As condições da existência do elemento popular livre, uma cidade em crescimento, são o verdadeiro tema do *Cortiço*.”¹⁹⁷ De qualquer maneira, é da sociedade brasileira que, criticamente, tratam os naturalistas.

Brito Broca dedicou mais de um artigo para contestar a pretensa alienação dos literatos da Geração 70. Lembra o republicanismo muitas vezes ativo de parnasianos e naturalistas, citando, especificamente, Júlio Ribeiro, Raul Pompéia, Inglês de Sousa, Horácio de Carvalho e Aluísio Azevedo como os mais notórios. Ressalta a prática da “poesia social” que com Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque e Augusto Lima pregava a revolução. Nesse grupo, como veremos muitos exemplos no próximo capítulo, acrescentaríamos Teófilo Dias, Raimundo Correia, Luiz Delfino e Fontoura Xavier, assim como a “poesia científica” de Martins Junior.

¹⁹³ Ibid., p. 236.

¹⁹⁴ Ibid., p. 238.

¹⁹⁵ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 204.

¹⁹⁶ Lúcia Miguel Pereira, *Prosa de Ficção: 1870-1930*, p. 19.

¹⁹⁷ Ibid., p. 156.

A questão maior é a que se refere aos boêmios. Destaquemos um trecho das memórias de Silva Jardim na qual ele elenca seus desafetos:

Realmente, ele [José do Patrocínio] e o seu grupo, do qual se destacava o dr. Campos da Paz e literariamente Pardal Mallet, Olavo Bilac e Coelho Neto, inteligentes rapazes que eu sentia não estarem conosco, e ainda de outro lado Joaquim Nabuco em *País* e Luiz de Andrade na *Revista Ilustrada*, não davam tréguas à nossa agitação. Também Luís Murat, embora não esposasse todos os sentimentos de Patrocínio, era nosso contrário; mais tarde mesmo atacou-me violentamente e a Bocaiúva.¹⁹⁸

Ora, quanto à Mallet, Bilac e Coelho Neto, o texto do propagandista fala em sensações. No tocante à Murat explicita a divergência deste em relação ao “tigre da abolição” e revela um desgosto pessoal com o ataque do poeta-jornalista. No que se refere ao “isabelismo” do grupo, o que sabemos é que exatamente por causa dessa opção de Patrocínio, romperam os boêmios com ele, abandonando a redação da *Cidade do Rio* para fundar um novo jornal, *A Rua*. Por fim, Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet e o próprio José do Patrocínio participaram do grupo de ativistas que quiseram ratificar a Proclamação da República na Câmara Municipal, em 15 de novembro de 1889.

Outro memorialista, Medeiros e Albuquerque, jornalista estreitamente ligado a Silva Jardim, como temos visto, diz que Patrocínio havia convertido esses rapazes ao “isabelismo”, razão porque Bilac e Murat não atenderam ao pedido de Jardim para que escrevessem a letra para um hino do Partido Republicano¹⁹⁹.

Cabe fazer um parêntese para destacar — por ser surpreendente — uma observação de Jardim quando arrola os amigos do republicanismo. Afirmar ele: “Os literatos despreocupados de paixões, como Machado de Assis e Capistrano de Abreu estavam conosco. Este, especialmente, comprazia-se em discutir a minha ação e o futuro da nossa idéia.”²⁰⁰

Voltando ao artigo de Brito Broca, soma ele ao quadro geral a publicação de *Lucros e Perdas* (1883) de Sílvio Romero e Araripe Junior, mas fala na possibilidade de uma “atitude literária no fervor antimonárquico dos ‘novos’”²⁰¹. O que estes desprezariam no imperador era o aulicismo que impunha a seus protegidos.

¹⁹⁸ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 188.

¹⁹⁹ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 91 e 93.

²⁰⁰ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 199.

²⁰¹ Brito Broca, “Os Intelectuais no advento da República” in *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida literária do realismo ao modernismo*, p. 118.

O argumento do crítico literário é o de que os boêmios tinham, paradoxalmente, uma vida de trabalho árduo. Bilac e Coelho Neto produziam mais de uma crônica diária. Raul Pompéia colaborava em jornais do Rio, de São Paulo e de Minas Gerais. Artur Azevedo, esse então, escrevia para a imprensa e o teatro em abundância. Pardal Mallet era outro jornalista infatigável. Aluísio, além dos romances naturalistas, publicava seguidos folhetins para os jornais, que depois eram publicados com sucesso. E ainda freqüentavam os cafês, os teatros e as casas noturnas, numa dispersão que teve em Paula Ney seu tipo acabado²⁰².

Podemos dar a palavra ao mesmo Olavo Bilac para fechar essa discussão. Já em pleno século XX e senhor provento, Olavo Bilac é convidado a falar sobre a sua geração literária. Dela dá esse expressivo e fundamental testemunho:

O que fizemos nós? Fizemos isso: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio (...) forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores; e, como, abandonando a tolice das gerações anteriores, havíamos conseguido senhorear-se da praça que queríamos conquistar, tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade, e incorporamo-nos a ela (...)

Aluímos, desmoronamos, pulverizamos, a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano, ansiando com os outros homens, sofrendo com eles, padecendo com eles todas as desilusões e todos os desenganos da vida (...). Assim, não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e, sendo 'homens de letras', não deixamos de ser 'homens'.²⁰³

O que essa geração pretendia era viver das letras, um sonho impossível na época. E era essa indiferença do trono para com o talento, o que mais lhes doía, segundo Broca. Com a República, muitos deles se tornaram burocratas, com cargos públicos de remuneração assegurada. A paixão pela literatura se sobrepôs em muitos deles à profissão pretendida pelos pais: Bilac, Guimarães Passos, Paula Ney abandonaram seus estudos superiores. Aluísio e Artur Azevedo declinaram da carreira desenhada pelo pai.

Mas faziam sucesso. Olavo Bilac veio a ser o mais querido. Seu livro de estréia, *Poesias* (1888), foi longamente saudado nos cafês da rua do Ouvidor. Guimarães Passos ficou famoso com o seu soneto “O Lenço” e seu ar sedutor, seu jeito de vestir. Era venerado em Maceió, sua terra natal, onde, por estranho que

²⁰² Silva Jardim relaciona como seus colegas de pensão no Rio de Janeiro quando aqui esteve para os preparatórios: Clóvis Bevilacqua, Raimundo Correia e Paula Ney (Op. cit., p. 171).

²⁰³ Olavo Bilac, “Sobre a Minha Geração Literária” in op. cit., p.892-893.

pareça, clubes e centros de propaganda republicana recebiam o seu nome. A admiração de D. Pedro II lhe valeu um emprego na Quinta. Coelho Neto conta que, certa vez, preso por embriaguez, Guimarães Passos é admoestado pelo delegado quando declina sua identidade: “Deixe o nome de um poeta distinto e que, além do mais, escreve nos jornais.”²⁰⁴ Quando de viagem à Europa, foi hospedado na Ilha da Madeira por um fã. Pela mesma razão foi socorrido numa gare de Paris por um capitalista brasileiro que, reconhecendo-o e vendo seu estado de fraqueza, recolheu-o a um hospital, às suas custas. Veio a falecer em Paris, um sonho que acalentara.

No prólogo à publicação portuguesa de *Opalas* (1884) de Fontoura Xavier, saída em 1909, o prefaciador, José Santos Chocano, diz que “nunca houve outra [poesia] tão universalmente conhecida” em língua portuguesa como “Brinde”, traduzida em diversas línguas.²⁰⁵

Mas não foram os boêmios o único núcleo da nossa *intelligenza* que viveu intensas trocas entre si. Valentim Magalhães, o grande animador intelectual da época, faz um retrato da mocidade acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo dos fins da década de 1870. Ali se editava o jornal *República* “onde resplandecia o irradiante e vigoroso talento que se chama — Lúcio Mendonça.” E também Afonso Celso Junior, “o Afonsinho, republicano e poeta (...) o mesmo prodígio, cujo nome por toda parte ecoava em frêmitos de admiração (...) cujos versos cantavam por todos os jornais e por todas as revistas. Era o ídolo da academia de então (...)”. Resume Valentim aquele período acadêmico como uma “abelheira de poetas e oradores, de jornalistas e revolucionários”. E cita os contemporâneos: Lúcio de Mendonça, Afonso Celso, Teófilo Dias, Assis Brasil, Silva Jardim, Alcides Lima, Júlio de Castilhos, Raimundo Correia, Augusto de Lima, Felício dos Santos e, no último ano, Raul Pompéia.²⁰⁶

Em 1881, parte desse grupo fundou um jornal literário-humorístico, *A Comédia*, no qual colaboravam: Raul Pompéia, Raimundo Correia, Eduardo Prado, Afonso Celso, Assis Brasil e Fontoura Xavier. Do Rio, mandavam colaborações gratuitas Machado de Assis e Filinto de Almeida.²⁰⁷

²⁰⁴ Apud A L. Machado Neto, op. cit., p. 178.

²⁰⁵ Fontoura Xavier, *Opalas*, p. 3.

²⁰⁶ Valentim Magalhães, “As Aventuras do Sousa” inseridas na 3ª Parte de *Horas Alegres*, denominada “Contos Acadêmicos”, p. 159, 160 e 161, respectivamente.

²⁰⁷ Brito Broca, “Um jornal literário-humorístico em 1881” in op. cit..

Medeiros e Albuquerque que formava com o grupo ativista de republicanos e era um jornalista e poeta de prestígio relata, por exemplo, que nos princípios de 1889 publicou um panfleto em versos que pôs à venda na *Livraria Laemmert*. Esta foi aconselhada a retirá-lo da vitrine por um delegado. O folheto tornou-se então um sucesso e foi “vendido aos milhares”. Só na Corte teve 20 edições e quase todos os jornais oposicionistas do país o publicaram²⁰⁸.

Uma demonstração do prestígio popular dos escritores foi a recepção à Ramalho Ortigão que, como Eça de Queiroz era colaborador da *Gazeta de Notícias*. Em 1887, a massa de gente que o recepcionou só pode ser comparada a de Sarah Bernhardt. Mesmo destacando-se como atenuante do seu sucesso o tamanho da colônia portuguesa no Rio, o fato é que não se fizera alarde de sua visita²⁰⁹. A lancha que o jornal pôs à disposição dos que queriam recebê-lo no navio não foi suficiente. Muitos outras foram alugadas por pessoas — que não os membros da imprensa, que brilharam pela ausência.

∴

O episódio da prisão de Guimarães Passos nos remete a outro tipo urbano que exercia atração e admiração geral: o homem de imprensa. Valentim Magalhães conta-nos que “o redator chefe de uma poderosa folha subia vagarosamente para o largo de S. Francisco de Paula, a tomar o seu bondinho, e alguns dedos estendiam-se, apontando-o”²¹⁰

A intensa atividade política e cultural do decênio final do Império, o debate por reformas, o movimento abolicionista e a propaganda republicana deram ensejo a uma renovação e ampliação da imprensa brasileira. Um sem número de jornais foram abertos na Corte e pelo país afora. A maioria deles, no entanto, teve vida efêmera.

Outros, entretanto, se fixaram como órgãos dinâmicos da vida social. Exemplo maior dessa renovação, a *Gazeta de Notícias* de Ferreira de Araújo, aparecido em 1874, trouxe a literatura e os literatos para as suas folhas. Jornal

²⁰⁸ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 94.

²⁰⁹ Brito Broca diz que o povo quis carregá-lo nos braços, causando espanto tanta veneração “por um homem que, no fundo, não fazia outra coisa senão literatura” (“Ramalho Ortigão no Brasil” in op. cit.). A notícia de sua recepção também foi comentada na *Revista Ilustrada* e por Valentim Magalhães na sua crônica “Ramalho Ortigão” (in *Escritos e Escritores*).

²¹⁰ Valentim Magalhães, “Mademoiselle Ouvidor” in *Horas Alegres*, p. 131.

independente — não filiado a partido ou a qualquer grupo político — e barato²¹¹, instituiu o jornalismo literário, o que foi imitado em outras províncias, principalmente pelo *Diário Mercantil* de São Paulo e *O País e Novidades* no Rio. A imprensa passou a receber a contribuição do que havia de melhor no mundo pensante e na literatura.

O Jornal do Comércio e a *Gazeta de Notícias* eram os jornais mais lidos. A *Gazeta* trouxe o folhetim humorístico com França Junior e Tomás Alves — este na coluna “Hop-Frog” —, a crônica política com José do Patrocínio e a literatura com Ferreira de Menezes, Machado de Assis e Demerval da Fonseca. Publicou alguns romances nacionais em fascículos como *O Ateneu* de Raul Pompéia, em 1888. Nele colaboraram Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Domício da Gama, Guimarães Passos, Coelho Neto e, depois, Paulo Barreto.

A fascinação que a *Gazeta* exerceu sobre os talentos literários pode ser bem percebido por esse emocionado testemunho de Olavo Bilac²¹²:

Escrevendo este nome [*Gazeta de Notícias*], revivo muitos anos da minha mocidade. Este nome e estas velhas laudas vêm lembrar-me o tempo em que, desconhecido e feliz, com o cérebro e o coração cheios de esperança e versos, eu parava muitas vezes naquela feia esquina da travessa do Ouvidor, e quedava a namorar, com olhos gulosos, a duas portas estreitas da velha *Gazeta*, que, para a minha ambição literária, eram as duas portas de ouro da fama e da glória. (...) escrever na *Gazeta*; ser colaborador da *Gazeta*; ser da casa, estar ao lado de gente ilustre que lhe dava brilho — que sonho!

Não era, pois, o desejo de ganhar dinheiro que me impelia para a *Gazeta* (...). Os da casa, os que a dirigiam e serviam, — esses já não me causavam tanta inveja. Mas os cortejadores íntimos, os convidados freqüentes, os colaboradores regulares, — que invejáveis! Como eu silabava os seus nomes com admiração e ciúme! Eram Eça de Queiroz, Machado de Assis, Ramalho Ortigão, Alberto de Oliveira, tantos outros ... Quando as minhas mãos abriam a *Gazeta* (...) eu imaginava tocar um ídolo (...) incensado pela admiração e pelo aplauso de um milhão de homens.

É que a *Gazeta* daquele tempo, a *Gazeta* de Ferreira de Araújo, era a consagradora por excelência.²¹³

O País, periódico fundado em 1884, de propriedade de João José dos Reis Junior, o conselheiro conde de São Salvador de Matosinhos, falecido em 1888, foi o jornal de maior tiragem e circulação na América do Sul, imprimindo 26.000

²¹¹ Custava 40 réis, enquanto o outro periódico que com ele concorria pelo número de leitores, o *Jornal do Comércio*, era vendido por 100 réis.

²¹² Coelho Neto revela-nos que Bilac esnobava o trabalho de literatos nos jornais, dizendo que isto matava a arte. Dizia ele que queria escrever livros. Ao que o autor retrucou-lhe lembrando-lhe que eles não eram publicados (in *A Conquista*, p. 160).

²¹³ Olavo Bilac, op. cit., p. 715-716.

exemplares diários. Os filhos do proprietário, os “Reis”, como eram conhecidos, ligaram-se à malta de desordeiros da cidade que atacava os republicanos. Entretanto, era seu redator-chefe Quintino Bocaiúva, figura maior do Partido Republicano do Rio e, desde maio de 1889, eleito chefe do Partido Republicano Nacional. É bem verdade que Quintino fazia questão de declarar a neutralidade de sua folha. Nela, em 1888, podia-se ler numa mesma edição as colunas “Campo Neutro”, redigida por Joaquim Nabuco — numa batalha contra o crescimento do republicanismo — e a do “Boletim Republicano”, dirigida por Aristides Lobo e depois, por indicação de Saldanha Marinho, por Silva Jardim e Júlio Dinis.

A *Gazeta de Notícias* e *O País* se desentenderam em 1889, desavença que culminou num duelo entre Ferreira de Araújo e o conde de Matosinhos. José do Patrocínio e Paula Ney — que se tornaria o maior admirador do “tigre da Abolição” — se conheceram na redação da *Gazeta*. Em 1879, se transferem os dois para o jornal de Ferreira de Menezes, a *Gazeta da Tarde*, fundada em 1880 e que se tornou um baluarte da luta abolicionista. Nessa folha se publicou *Alma Morta* de Raul Pompéia, em 1888. Com sua talentosa grei, a roda dos boêmios, Patrocínio funda, em 1888, o *Cidade do Rio*, onde continua a sua campanha anti-escravista.

Quando, em 1889, Rui Barbosa assumiu a direção do *Diário de Notícias*, aparecido em 1885, o jornal deu uma guinada, tornando-se um dos grandes da imprensa da Corte. Das suas páginas, o redator-chefe fez uma campanha tão arrasadora contra as mazelas dos governos imperiais que Joaquim Nabuco comparou sua atuação sobre a proclamação da República com a de Evaristo da Veiga para a Abdicação. Evaristo de Moraes parece corroborar com essa opinião quando elenca os motivos que levaram à queda da monarquia e revela a “demolidora campanha que o liberal-monarquista Rui Barbosa empreendeu, desde março daquele ano [1889], pelas primeiras colunas do *Diário de Notícias*, contra o regime imperial.²¹⁴” No jornal *O Escândalo*, fundado em 1888, com Valentim Magalhães, Lúcio de Mendonça elogia a transfiguração do *Diário de Notícias* no

²¹⁴ Evaristo de Moraes, op.cit., p. 120. É significativa a comparação que faz: “A verdade é, todavia, que ninguém excedeu Rui Barbosa no combate contra o último Ministério da Monarquia e na crítica à maneira pelo qual ele procurava prolongar a existência do regime. Neste sentido, tem o historiador de reconhecer que a ação do *Diário de Notícias* tornou-se mais eficiente do que de *O País*, embora deste fosse redator principal e chefe republicano Quintino Bocaiúva.” (op. cit., p. 66).

seu artigo de 3 de junho de 1889. No dia 8, escreve: “(...) Rui Barbosa vai começar, no foro do *Diário de Notícias*, a prometida liquidação da monarquia.”²¹⁵ Medeiros e Albuquerque disse que “seus artigos ajudavam terrivelmente a demolição da Monarquia.” E o importante é que “ninguém os deixava de ler.”²¹⁶

Ainda em 1889 aparecem o *Diário do Comércio* do poeta Filinto de Almeida e o *Dia* com Coelho Neto como colaborador — que também já o era do *Diário de Notícias*. Como vimos a dissidência do grupo boêmio com Patrocínio quando este aderiu ao monarquismo fundou a *Rua* que reunia Pardal Mallet, Raul Pompéia, Olavo Bilac, Luís Murat e Manoel Bomfim. Medeiros e Albuquerque dirigia *O Fígaro* e colaborava no *Novidades*. A *Gazetinha* de Artur Azevedo era outro jornal literário. Fundado em 1880, contou com a colaboração de José do Patrocínio, Lopes Trovão, Dermeval da Fonseca, Lúcio de Mendonça, Aluísio Azevedo, Teófilo Dias, Urbano Duarte, Fontoura Xavier, dentre outros. Com redação na rua do Ouvidor, funcionou até 1881, sendo reaberto entre 1882 e 1883, mas já sob outra direção. A *Gazetinha* se indispôs com a *Gazeta de Notícias*. Os filhos da princesa mantinham *O Correio Imperial*. No *Mesquetryfe*, aparecido em 1875, escreveram Olavo Bilac, Artur Azevedo, Raimundo Correia e Felinto de Almeida.

Os jornais ampliaram sua rede de leitores com vendas avulsas, o que provocou reação dos que se desgostavam dos moleques que aos gritos anunciavam pelas ruas sua mercadoria. Mas a principal fonte de renda continuou sendo a assinatura — estimuladas por prêmios de loteria, segundo modelo criado pelo periódico *República* — e os anúncios. Os jornais tinham quatro páginas.

Acrescente-se a isso, o crescimento e dinamização da vida urbana, o considerável aumento da população, a expansão das camadas médias, a ampliação e renovação de centros de ensino e o desenvolvimento do sistema de comunicações: estradas de ferro, telégrafo, navegação a vapor e a instalação de uma sucursal da agência Reuter-Havas, a partir de 1874, que passou a abastecer os jornais com um noticiário internacional mais rápido e dinâmico.

O escritor era endeusado naquela época e era preferencialmente nos jornais — e nas ruas — que o povo os encontrava. Os números de tiragem de uma folha não dão a dimensão real sobre a sua divulgação porque um mesmo exemplar

²¹⁵ Lúcio de Mendonça, *A Caminho*, p. 375.

²¹⁶ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 98.

passava de mãos em mãos. Vimos como os retardatários da rua do Ouvidor valiam-se das edições do dia largadas nos cafés, já amareladas e amassadas de tanto manuseio. Acrescente-se a isso que, pela nossa tradição de oralidade, notícias, folhetins, fofocas, anúncios eram lidos em voz alta para um público predominantemente ágrafo. Por outro lado, as conversas entreouvidas na rua do Ouvidor divulgavam as matérias saídas nos periódicos. E ainda: os principais jornais da Corte eram distribuídos em outras capitais e cidades importantes do país, enquanto, em sentido contrário, reproduziam eles artigos de diferentes jornais do país.

Também era comum a transcrição ou a notícia de artigos de um jornal em outros da mesma cidade, assim como de conferências, imprimindo uma dimensão nacional aos debates em curso. Citemos o caso, por exemplo, do pequeno periódico *Colombo*, publicado em Campanha e que tinha Lúcio de Mendonça como seu redator-chefe²¹⁷ ou *A Federação*, do Rio Grande do Sul, que primeiro acolheu a Questão Militar.

Tanto a imprensa como as editoras sofriam certa pressão da colônia portuguesa²¹⁸. Neste caso estavam o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*. Francisco Cunha escreveu diversos artigos contra o *Jornal do Comércio* denunciando sua ligação com ela. Pela mesma razão, Ferreira de Araújo não foi poupado pela *Revista Ilustrada*. Coelho Neto acusa os jornais da época de serem “empresas estrangeiras”. Excluindo como caso único a *Gazeta da Tarde*, afirma o romancista que toda a imprensa era dominada pelo capital português que “por isso mesmo [é] senhor da opinião pública.”²¹⁹

A agitação política da década multiplicou o número de jornais e sua influência social por ser ao mesmo tempo efeito e causa da intensa politização da época e por acolher e ser a principal fonte de divulgação da produção cultural e literária. Amplia, pois, a função que a imprensa teve na Regência, o primeiro grande momento do jornalismo brasileiro. A importância que a imprensa adquiriu na vida social de então é sem paralelo com os dias de hoje. Lúcio de Mendonça

²¹⁷ *O Colombo*, “semanário republicano” como se auto-intitulava, apareceu em 1873. Entre 1879 e 1885 foi dirigido por Lúcio de Mendonça, mas sobreviveu até 1888.

²¹⁸ Manoel Bomfim, por exemplo, não teria alcançado a repercussão que sua obra merecia em função, justamente, de sua lusofobia.

²¹⁹ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 196-197.

deixa patente sua percepção sobre a força de penetração do jornal quando se rebela contra o “despotismo” do regime monárquico:

Assim tu, que já vês o nosso cativoiro,
Queres a todo instante, horrível petroleiro,
Essa metralhadora esplêndida — o jornal.²²⁰

Machado de Assis, por diversas vezes, deu conta dessa novidade afirmando que o jornal se tornara “o grande veículo do espírito moderno”²²¹. Ou ainda de forma mais contundente: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares: foi o jornal”. Com aguda sensibilidade para o efeito demolidor do uso público da razão, adverte: “Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade.” E termina de forma surpreendente: “Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. (...) Mas não importa! Eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade.²²²” José de Alencar também se deu conta dessa inovação. Num texto de 1875 afirma: “Não se lê muito entre nós; mas a opinião do jornal é acatada.²²³”

Paralelo aos jornais, cresceram os periódicos ilustrados, sendo a *Revista Ilustrada*, aparecida em 1º de janeiro de 1876, o maior acontecimento gráfico do período, na qual se notabilizou o traço de Ângelo Agostini. Desde a década de 1860, que as revistas ilustradas se haviam tornado o *locus* privilegiado da crítica política. O jornal católico, *O Apóstolo*, reclamou do sucesso desses “foliculários torpes e desenhistas imundos (...) sem Deus, sem pátria e sem família.²²⁴”

Registrar a popularidade, a importância social e a penetração da *Revista Ilustrada* requer o emprego de superlativos. Semanário, era vendido a 500 réis o exemplar avulso e a 12\$000 e 20\$000 a assinatura anual, na Corte e nas províncias, respectivamente. Cobria todo o território nacional e chegou a ter uma tiragem de 4.000 exemplares, fato inédito para uma publicação ilustrada naquela

²²⁰ Lúcio de Mendonça, “Ao Menino Republicano” in *Vergastas*.

²²¹ Apud Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 280.

²²² Apud Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 268.

²²³ Apud Afrânio Coutinh (org. e intr.), *A Polêmica Alencar-Nabuco*, p. 39.

²²⁴ Apud N. Werneck Sodré, op. cit., p. 248.

época em toda a América Latina. Se nos lembrarmos que seus exemplares eram, devido à sua popularidade, várias vezes emprestados, podemos avaliar o seu alcance, com o acréscimo que graças à imagem gráfica, sua capacidade de penetração atingia as camadas não letradas da população. Dela dizia Monteiro Lobato: “Não havia casa em que não penetrasse a *Revista*, e tanto deliciava as cidades como as fazendas.”²²⁵

O semanário de Ângelo Agostini tratava dos mais variados assuntos: corridas de cavalo, as peças em cartaz, notícias sobre livros e jornais, publicação de poesias e folhetins, crônicas do cotidiano e também artigos políticos, que acompanhavam a vida nacional e dela fazia a caricatura impagável. Participou da campanha pela laicização completa das instituições e, principalmente, foi uma das principais tribunas da luta abolicionista. Joaquim Nabuco qualificou-a como “A bíblia da Abolição dos que não sabem ler”²²⁶. Pelo registro ilustrado da sociedade e de fatos sociais e políticos foi comparada à obra de Rugendas e Debret por Monteiro Lobato. Nas suas páginas fez-se a caricatura dos principais personagens da vida nacional e, muito especialmente, a do imperador.

O traço marcante dessa extraordinária expansão da imprensa foi sua combatividade, sendo os principais jornais e jornalistas, abolicionistas e republicanos. O alemão Koseritz, amigo do imperador, por isso mesmo, num artigo de 1883 denigre a imprensa da Corte, dizendo-a puramente mercantil, pois que só queria agradar o público “que não pode absolutamente ser sério”, não se ligando a nenhum partido ou tendo qualquer programa, segundo ele. Por isto não podia ela exercer qualquer influência política²²⁷. Bem ao contrário, no entanto, foi justamente pela sua popularidade, principalmente a das publicações ilustradas, que teve a imprensa grande penetração na época.

Realmente a marca do período é a combatividade crítica e o acentuado interesse pelas questões políticas e doutrinárias. A impressão generalizada para quem lê hoje os jornais mais difundidos daquela década é a de que quase todos a imprensa era republicana e abolicionista. Mas, na realidade, de clara adesão republicana só tivemos alguns jornais. Nos outros, como no muito mencionado *O País*, de Quintino Bocaiúva, a posição é, proclamadamente, de neutralidade,

²²⁵ Apud N. Werneck Sodré, op. cit., p. 249.

²²⁶ Apud N. Werneck Sodré, op. cit. p. 250.

²²⁷ Apud N. Werneck Sodré, op. cit., p. 266.

aberto que sempre esteve a diferentes opiniões. Outro caso, tido como de evidente *partis pris* pela república, é o da *Revista Ilustrada*. Se consultamos seus exemplares do segundo semestre de 1889, então essa impressão é correta. Na edição de 21 de dezembro desse ano, proclamada já a República, podemos ler a descrição da sua trajetória:

O seu programa de ontem era entreter os leitores e trabalhar pela conquista de todas as liberdades; o de hoje é fornecer leitura amena e trabalhar pela consolidação e pela grandeza dos Estados Unidos do Brasil, popularizando os fatos mais dignos de menção do governo e do povo, dando retratos e biografias dos homens mais notáveis de nossa era.

É bem verdade que ainda até boa parte da década de 1880 não se podia distinguir com nitidez um liberal radical de um republicano. Entretanto, podemos notificar momentos em que a *Revista* declara seu posicionamento. Reclamando, por exemplo, da notícia do *Jornal do Comércio* que atestava um pretendido júbilo nacional pelo nascimento de mais um príncipe, em 1881, a *Revista* diz não ter conhecimento de que republicanos e também outros brasileiros tivessem passado procuração àquele periódico para falar em nome deles. Mas essa reclamação é introduzida com a seguinte declaração: “Eu não sou precisamente republicano”²²⁸.

As lutas mais concretas da *Revista* foram pela liberdade religiosa e, principalmente, pela Abolição. É notória sua aversão aos “republicanos de 14 de maio”, contra os quais faz violenta campanha. Naquele momento, não se percebe que queira ela a república. Queixa-se da politização da sociedade nos finais de 1888 e em 1889, o que entende como um prejuízo para o governo. Defendeu o Gabinete João Alfredo e só muda sua posição com a ascensão de Ouro Preto.

O que podemos avançar na avaliação da posição política da *Revista* é que teria ela na democracia seu valor maior, feito critério e baliza de seus julgamentos. Abolição da escravidão e do privilégio social foram suas bandeiras maiores e o mote constante de seu empenho, como já dissemos. Por isso, adere ela ao programa das reformas liberais, por isso aceita e tem em alta consideração o ideário republicano e por isso, enfim, apoia o gabinete João Alfredo contra os conversos de 14 de maio. Veremos, no capítulo 3 dessa tese, como irá ela subescrever a proposição de Rui Barbosa em 1889: democracia com ou sem monarquia.

²²⁸ *Revista Ilustrada*, “Crônica Fluminense”, 13 de agosto de 1881.

Quanto ao conteúdo dos jornais, deixemos que dele trate Coelho Neto:

(...) ouve-se apenas o rumor constante dos prelos nas oficinas dos jornais. É a rua que digere a sua formidável alimentação diária para, no dia seguinte, pela manhã, espalhar pelo país inteiro a substância que compõe a nutrição do grande corpo, cada parte para o seu destino. Para o cérebro: as grande idéias que são os incidentes políticos e literários e as descobertas científicas, essas ficam com a casta dos intelectuais; o sentimento para o coração, que é a mulher; essa tem o romance e a esmola, o lance dramático e a obra de misericórdia; o movimento dos portos e das gares para o ventre e para os braços do povo que devora e do comércio que abastece e o resíduo que rola, parte para os cemitérios, parte para os presídios mortos e condenados.²²⁹

O crescimento da imprensa “independente”, isto é, não ligada a partidos é enorme na década de 1880. Numa carta enviada ao *Jornal do Comércio*, em 9 de abril de 1881, sob o título “A Imprensa Revolucionária no Brasil”, um anônimo — que, singularmente, se assina “O Povo” —, repreende Quintino Bocaiúva por recebimento de supostas benesses do governo. Comenta o missivista o surpreendente crescimento da imprensa “extra-oficial ou independente”. Enquanto os jornais oficiais não mantêm mais um só órgão na imprensa, diz ele, os independentes contavam com periódicos diários como a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde* e ainda outros: *Pátria*, *Corsário*, *Tagarela*, *Revolução*, *Combate*. Esses, explica, não eram escritos pelos “filhotes da Coroa ou do Governo” e tinham tendências republicanas mais ou menos francas ou escancaradas. E observa: “Parece que a atmosfera social está saturada de um *miasma revolucionário*” e a única forma de prevenir a sua explosão iminente, segundo a carta, é distribuindo títulos, pastas e privilégios. Entretanto, conclui a epístola, nada poderá suspender “a ação dinâmica da civilização do século XIX”²³⁰.

Essa ação é a matéria do segundo capítulo.

²²⁹ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 58.

²³⁰ “A Imprensa Revolucionária no Brasil” apud Eduardo Silva (org.), op.cit., p. 554-555.